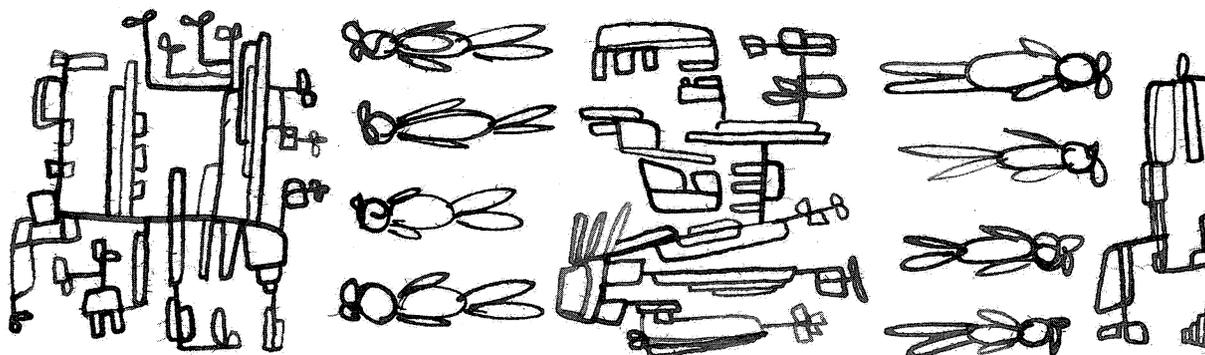


E D I T O R I A L

Já consolidada no ambiente acadêmico enquanto uma das mais importantes vias de publicação discente, a Revista Três [...] Pontos chega ao seu sexto ano ratificando parcerias e oferecendo ao leitor, mais uma vez, uma larga perspectiva daquilo que vem sendo produzido no nível de graduação em Ciências Sociais no país. O crescente volume de artigos recebidos, e submetidos à avaliação de nossos pareceristas, provém das mais importantes Instituições de Ensino Superior brasileiras, o que se reflete nessa edição para a qual contribuem estudantes de quatro regiões do país. Expandindo sua distribuição a cada número, hoje encontramos a Revista Três [...] Pontos disponível nas principais Bibliotecas e Universidades brasileiras, numa projeção que acompanha o crescente envolvimento acadêmico dos estudantes de graduação que, pela apresentação de seus trabalhos, protagonizam, cada vez mais, congressos e eventos relacionados às Ciências Sociais.

Lançar um novo número é, portanto, reafirmar a nossa convicção na capacidade produtiva dos estudantes e pô-la em xeque, permitindo ao leitor - nosso maior crítico, sem dúvida - a constatação da qualidade científica da publicação daqueles que ainda dão os primeiros passos de uma longa trajetória acadêmica. Ao leitor oferecemos, então, uma edição múltipla, composta por artigos que nos propõe discussões teóricas, empíricas e metodológicas, abordando temas das Ciências Sociais a partir de suas diferentes perspectivas. A edição conta também com a resenha do último livro publicado por Eric Hobsbawm, historiador contemporâneo de importância capital para as Ciências Sociais, o que reafirma aqui a impossibilidade da construção de uma Ciência Social que não esteja em constante diálogo com outras áreas do conhecimento humano. Mais uma vez, nosso maior voto e profundo estímulo, é pelo debate fértil e plural.

Das parcerias, destacamos, em primeiro lugar, o Centro Acadêmico de Ciências Sociais, que assina a Revista em conjunto como principal colaborador e mantenedor do projeto. Juntos, avançamos no intuito de contribuir para a melhoria do curso de Ciências Sociais da UFMG, e fazemos de nosso trabalho, voluntário que é, um investimento extremamente gratificante. Em segundo lugar, e não por isso menor, destacamos a parceria constante com a Diretoria da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e, pela confiança conferida, lhe dirigimos nossos maiores agradecimentos.



A REVISTA TRÊS [...] PONTOS, revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, é um periódico com publicação semestral, destinada a estimular a produção de conhecimentos científicos de graduandos e promover o debate teórico e empírico sobre os temas de interesse das Ciências Sociais. A REVISTA TRÊS [...] PONTOS é uma iniciativa de estudantes da UFMG e tem abrangência ampla e plural no que diz respeito a posições científicas e político-ideológicas. A REVISTA TRÊS [...] PONTOS publica artigos, resenhas e trabalhos artísticos inéditos que tenham passado pelo crivo de pareceristas anônimos designados pela comissão editorial.

EXPEDIENTE

REDAÇÃO

REVISTA TRÊS [...] PONTOS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627. FAFICH/UFMG – Sala 4188.
Pampulha – CEP 31270-000. Belo Horizonte – MG.
revistatrespontos@fafich.ufmg.br - www.fafich.ufmg.br/~revistatrespontos

EDITOR-EXECUTIVO:

Amanda Horta (Discente-UFMG)

EDITOR-ADJUNTO:

Victor Alcantara e Silva (Discente-UFMG)

CONSELHO EDITORIAL:

Profa. Ana Lúcia Modesto (SOA-UFMG)
Bruna de Fátima Chaves Aarão (Discente – PUC Minas)
Prof. Carlos Ranulfo Félix de Melo (DCP-UFMG)
Prof. Eduardo Viana Vargas (SOA-UFMG)
Fabrício Mendes Fialho (Discente-UFMG)
Frederico Mendes Fialho (Discente-UFMG)
Guilherme Alberto Rodrigues (Discente-UFMG)
Henrique Gonçalves Rodrigues (Discente-UFMG)
Profa. Marlise Matos (DCP-UFMG)
Prof. Renarde Freire Nobre (SOA-UFMG)
Roberto Luiz Goulart Alves (Discente - UFMG)
Profa. Tânia Quintaneiro (SOA-UFMG)

CONSELHO CONSULTIVO:

Prof. Carlos Pereira (Universtiy of Michigan/EUA)
Prof. Cícero Araújo (USP)
Prof. Fábio Wanderley Reis (UFMG)
Prof. Gustavo Lins Ribeiro (UnB)
Prof. Ivan Domingues (UFMG)
Prof. Leonardo Avritzer (UFMG)
Prof. Marcelo Medeiros (IPEA / PNUD)
Profa. Maria de Lourdes Dolabella Pereira (UFMG)
Profa. Mariza Corrêa (Unicamp)
Profa Neuma Aguiar (UFMG)
Prof. Pierre Sanchis (UFMG)
Prof. Renan Springer de Freitas (UFMG)
Prof. Solange Simões (University of Michigan/ EUA)

PROJETO GRÁFICO: Gilmar Campos

DIAGRAMAÇÃO: Tiago Macedo

CAPA: Clarice Lacerda

IMAGENS:

Clarice Lacerda (págs. 15, 18, 26, 29, 31, 61, 64, 68, 71, 73)
Janaina Rodrigues. (págs. 35, 39, 40)
Raquel Versieux (págs. 5, 7, 10, 45, 49, 52, 56)

FICHA CATALOGRÁFICA: Biblioteca Fafich-UFMG.

EDITORA: O Lutador

IMPRESSÃO: Gráfica O Lutador

TIRAGEM: 600 exemplares

Circulação: agosto de 2009.

Número publicado com recursos provenientes do Centro Acadêmico de Ciência Sociais e da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, todos da Universidade Federal de Minas Gerais.

OS CONCEITOS EMITIDOS EM ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE ABSOLUTA E EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. OS TRABALHOS PUBLICADOS NA REVISTA PODERÃO SER REPRODUZIDOS DESDE QUE CITADO O AUTOR E A FONTE.

Revista Três Pontos : revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais.
- Ano 6, n.1 (jan 2009 / jun 2009). - Belo Horizonte: O Lutador, 2009 - .

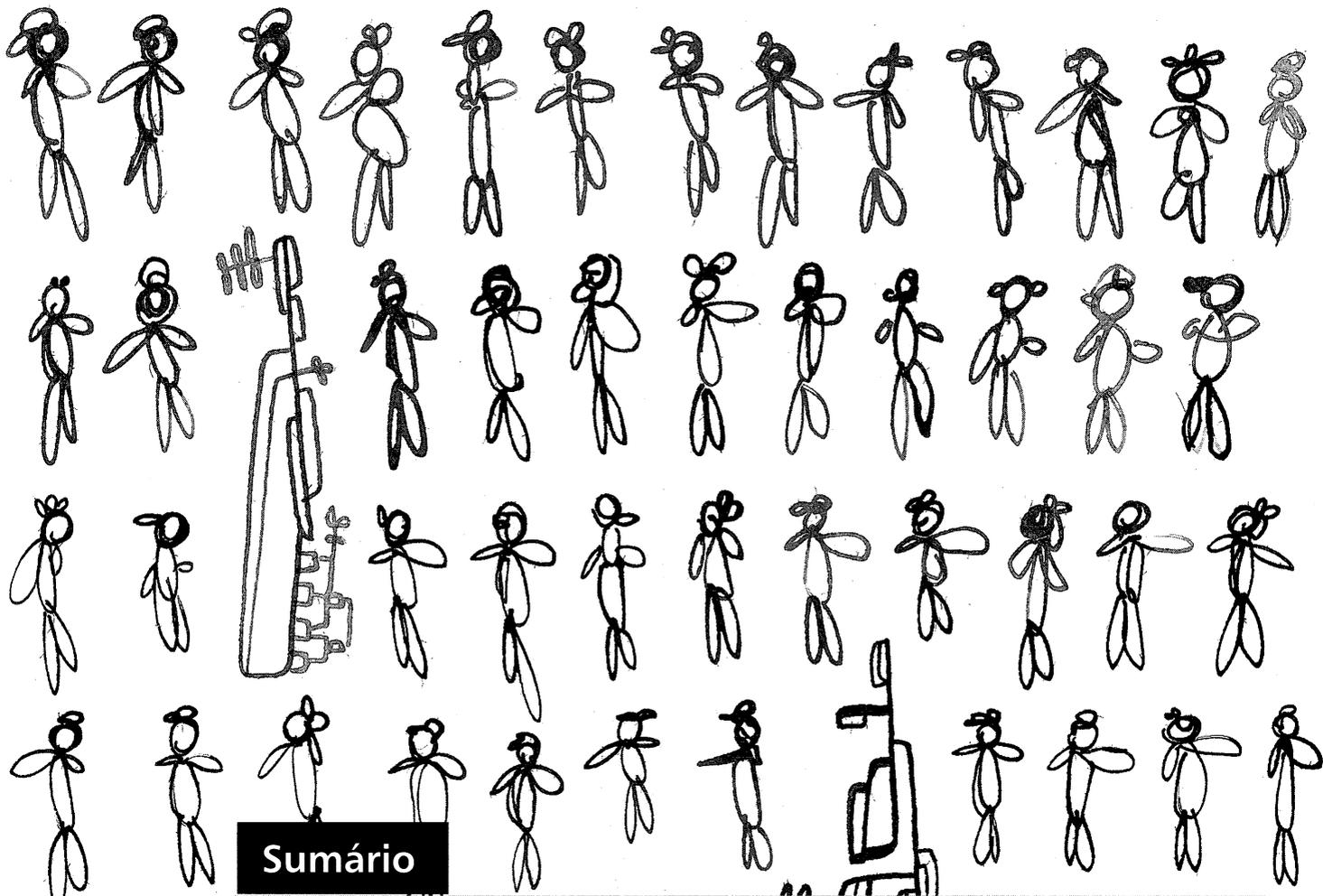
V. ; 30,5 cm.

Semestral

Editor: Centro Acadêmico e Ciências Sociais/UFMG

ISSN:1808-169X

1 Teoria social - Periódicos 2.Ciência Política - Periódicos 3. Sociologia e Antropologia
- Periódicos I. Universidade Federal de Minas Gerais. II. Centro Acadêmico de Ciências
Sociais. III.Título



Sumário

05

Semear para distribuir ou concentrar: elementos históricos para a compreensão do mundo rural brasileiro no século XX

Márcio Fernandes Pereira

15

Os Comícios e a Construção da Pessoa (da) Política: representações de São Gonçalo do Sapucaí

Bruno Nogueira Guimarães

25

Pedestres e espaço público: uma questão social no meio urbano contemporâneo - o caso de Porto Alegre

Clara Natalia Steigleder Walter

35

"Malandro mineiro é Malandro psicológico": sobre o mundo do samba na capital de Minas Gerais

Jaqueline de Oliveira e Silva

43

Movimento Passe Livre de Brasília: por uma vida sem Catracas

Priscilla Caroline de Sousa Brito

51

O percurso, o concurso e o curso: as condições de possibilidade do próprio privilégio

Leonardo Melo Lins e Lucas de Matos Sardinha Pinto

61

Fermentando o inimigo: considerações sobre a cauinagem ameríndia

Carlos Gomes de Castro e Nikolas Raphael Gil Alcon Mendes

RESENHA

71

HOBBSAWM, Eric. Globalização, Democracia e Terrorismo. José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras.

Renan Holanda

Semear para distribuir ou concentrar: elementos históricos para a compreensão do mundo rural brasileiro no século XX

Márcio Fernandes Pereira

Graduando do curso de Ciência Política / UnB

Palavras-chave:
Brasil; Agricultura; Política Agrícola; Agricultura Familiar

Key Words:
Brazil; Agriculture; Agricultural Policy; Family Farming

RESUMO: O objetivo deste artigo é caracterizar historicamente os fatos fundamentais para o entendimento do processo de transformações em torno da agricultura brasileira do século XX. Será dada ênfase nos impactos das intervenções governamentais sobre a produção agrícola de caráter familiar. Inicialmente, o tema será abordado por meio da discussão teórica em torno do significado do termo *agricultura familiar*. A segunda parte do artigo está devotada ao retróspeto da política agrícola implementada ao longo da primeira metade do século XX. A terceira seção caracteriza o processo de modernização agrícola sofrido pelo Brasil nas décadas de 1960 e 1970, bem como seus impactos sobre a agricultura brasileira. Finalmente, o trabalho é concluído com uma breve análise da influência destes elementos históricos no gerenciamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

ABSTRACT: The objective of this article is to characterize historically the essential facts to the understanding the changes on the Brazilian agriculture of the twentieth century. Will be given emphasis to the impacts of government interventions on *family farming* production. Initially, the theme will be addressed through theoretical discussion about the concept of family farming. The second part of the article is devoted to the review of agricultural policy implemented during the first half of the twentieth century. The third section characterizes the process of agricultural modernization experienced by Brazil in the 1960s and 1970s, and their impacts on Brazilian agriculture. Finally, the work is concluded with a brief analysis of the influence of these historical elements in the management of the National Program for Family Farming Strengthening (Pronaf).

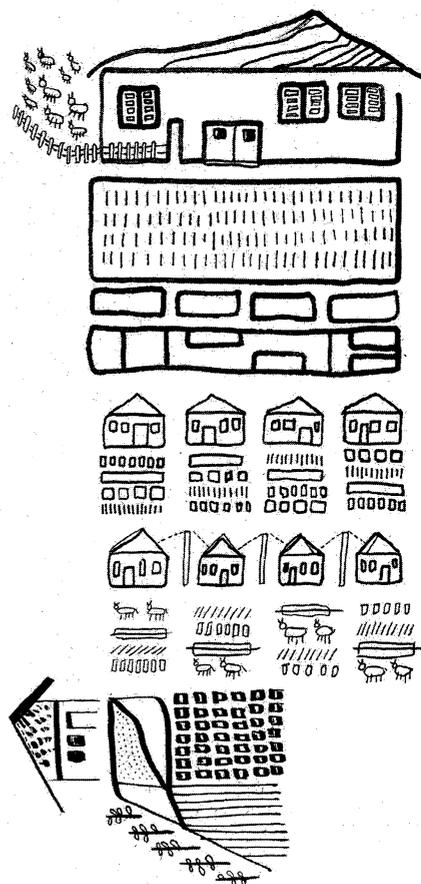
Introdução

O objetivo deste artigo restringe-se à breve caracterização histórica dos elementos considerados fundamentais para se compreender o processo de transformações ocorridos no mundo rural brasileiro no século XX. Será dada atenção aos impactos das diferentes intervenções governamentais voltadas à atividade agropecuária sobre a pequena produção agrícola de base familiar.

Os diferentes aspectos que envolvem a "questão agrária"¹ são importantes para a compreensão da sociedade brasileira. Sendo um país essencialmente agrícola até aproximadamente a década de 1930, tendo sua população então concentrada no campo e possuindo uma economia fortemente dependente dos setores agroexportadores, o Brasil possui no meio rural um fator revelador de sua formação social. Neste sentido, os problemas ligados à grande produção agropecuária brasileira não deixam de se relacionar com a natureza sócio-econômica da agricultura familiar, ambas fazendo parte de uma dinâmica histórica de interação mútua.

O peso da produção familiar sobre a atividade agropecuária nacional é maior do que geralmente se imagina. A sua importância econômica associa-se ao caráter de sua produção,

¹ Graziano da Silva (1986, p. 10-11) preocupa-se em fazer uma distinção conceitual entre os termos questão agrícola e questão agrária. A questão agrícola se referiria aos aspectos ligados à "produção em si mesma", tais como: preços, tecnologia, produtividade, produtos cultivados; de outra forma, a questão agrária envolveria aspectos ligados às relações sociais desenvolvidas em torno da atividade agropecuária, como, por exemplo, as relações de propriedade, a organização do trabalho no campo, os níveis de renda e emprego dos trabalhadores rurais, suas interações em torno do poder político. Para o autor, porém, tal separação é apenas um recurso analítico. Ambos os processos podem estar - e geralmente estão - relacionados em uma mesma dinâmica.



voltada em grande parte para o provimento do mercado interno de alimentos. Sua contribuição também é relevante na oferta de matérias-primas ligadas a cadeias da agroindústria, como a soja e a criação de animais de pequeno e médio porte. A agricultura familiar responde a outros aspectos, contribuindo para dimensões ligadas à inclusão social, à geração de empregos no campo e à redução de pressões demográficas sobre os centros urbanos. Estes dados são significativos, levando-se em conta a concentração fundiária, o menor acesso às inversões tecnológicas, a restrição ao crédito e as dificuldades relacionadas à assistência técnica enfrentadas pela produção familiar. Neste aspecto encontra-se a relevância em se observar os impactos das intervenções governamentais sobre a produção de base familiar.

Na primeira seção, partiremos de uma breve discussão quanto ao significado do termo *agricultura familiar*. Esta etapa é importante para se ter em mente o tipo de organização produtiva a qual está sendo dada atenção ao longo da exposição histórica que se seguirá nas seções seguintes.

A segunda parte será dedicada a um retrospecto da política agrícola implementada ao longo da primeira metade do século XX. Verificar-se-á que o modo de ocupação e exploração do meio rural no Brasil daquele período irá influenciar em grande parte as futuras políticas de desenvolvimento agrário.

Na terceira seção será dada ênfase ao aspecto modernizador das medidas governamentais implementadas nas últimas décadas do século XX, bem como no impacto por elas sofridas em virtude do ambiente internacional em que estavam inseridas. Tais imperativos externos terão influência relevante nos desenhos de políticas voltadas para o meio rural, como se verá brevemente no caso do *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar* (Pronaf).

1. Agricultura Familiar e Camponato: seus significados diante da modernização agrícola

Os termos *agricultura familiar* e *campesinato* ainda são alvos de debate no meio acadêmico. Ambas as definições têm sido utilizadas como identificadoras dos núcleos familiares de produção na zona rural. Mas, a despeito de possuírem importantes interseções, estes termos têm significados diferenciados.

O conceito de camponês foi originalmente dotado de uma significação política. A busca por sua definição, do ponto de vista teórico, desenvolveu-se mais intensamente a partir do último quartel do século XIX, entre pensadores preocupados com a questão agrária na Europa. Compartilhando em grande parte de uma linha de pensamento comum,² estes autores concentraram suas reflexões nos impactos do desenvolvimento capitalista sobre as regiões europeias nas quais ainda se notavam traços da sociedade

feudal. Neste sentido, se poderia definir o pequeno *camponês* como:

"[...] o proprietário ou arrendatário — principalmente o primeiro — de um pedaço de terra não maior do que ele possa cultivar, de modo geral, com sua própria família, nem menor do que o que possa sustentá-lo e aos familiares. Este pequeno camponês é, portanto, como o pequeno artesão, um operário que se distingue do proletário moderno pelo fato de ter ainda a posse de seus meios de trabalho." (ENGELS apud GRAZIANO DA SILVA & STOLCKE, 1981, p.62).

No Brasil, a utilização do termo camponês terá como marco temporal a década de 1950, período em que as grandes transformações econômicas e sociais deram ensejo a debates relativos à questão agrária. A partir deste momento, vindos da Europa, foram absorvidos conceitos relativos ao meio rural, notadamente do pensamento marxista. Naquele período, o acirramento das lutas no campo teria contribuído para a "politização do conceito de camponês", dando "unidade conceitual a uma grande diversidade de relações de trabalho e de formas de acesso à terra", em contraposição a outro termo de caráter igualmente político: o de *latifundiário* (ALTAFIN, 2003, p. 12). Ambas as definições incluiriam uma grande diversidade de situações empíricas regionais, cada uma delas com suas particularidades.

Flamarion Cardoso (1987) aponta um conjunto de características que indicariam o conceito clássico de camponês utilizado nos meios acadêmicos brasileiros a partir da década de 1950. Inicialmente, dever-se-ia considerar o acesso estável à terra, sob a forma de propriedade ou outro tipo de usufruto. Em seguida, seria importante o caráter prioritariamente familiar do trabalho exercido na atividade produtiva, não excluindo a eventual utilização de trabalho contratado. Uma terceira característica seria a produção voltada para a subsistência, com vinculações esporádicas ao mercado, tendo em vista a necessidade de se trocar os produtos do trabalho por bens consumidos pela família. O trabalho camponês também seria identificado por um relativo grau de autonomia na administração do trabalho agrícola.

A modernização da agricultura experimentada pelo Brasil nas décadas de 1960 e 1970 irá modificar o significado do termo *camponês*. O modelo de desenvolvimento adotado fez com que as autoridades governamentais se preocupassem em estabelecer um conceito que contribuísse para a despolitização do tema. Assim, tornou-se comum a identificação dos agricultores com base no tamanho de suas áreas de cultivo, designando-os como pequenos, médios ou grandes produtores. Tal nomenclatura passou a ser utilizada pelo governo para a inserção diferenciada destas categorias em políticas públicas voltadas ao financiamento rural, extensão agropecuária e colonização. A ação do Estado neste período

² A problemática agrária, na Europa entre os séculos XIX e XX, foi em grande parte abarcada por pensadores ou ativistas políticos influenciados pela produção intelectual marxista, preocupados com as transformações no meio rural europeu e, especialmente, russo. Adeptos ou críticos do pensamento de Marx — e fazendo uso de uma abordagem econômica e histórica —, tais autores ainda são a referência fundamental para o estudo clássico da questão agrária nas sociedades capitalistas. Dentre eles, destacam-se: Engels, Lênin, Kautsky, Chayanov e, em certa medida, Weber. Cf. Graziano da Silva; Stolcke (1981).

teria optado por definir a grande propriedade rural como responsável pela geração de divisas por meio da exportação, além de consumidora de produtos industriais voltados à agricultura. A pequena propriedade seria alvo de políticas de assentamento, implementadas em regiões fora dos interesses da grande agricultura. Assim, no âmbito das pesquisas acadêmicas, a década de 1970 será marcada pela utilização do conceito de *pequena produção* como solução operacional para a identificação empírica dos grupos a serem estudados. A definição de *campesinato* manteria sua função abrangente, sendo utilizada para analisar a situação social dos pequenos produtores nas sociedades capitalistas.

Nas décadas de 1980 e 1990, os estudos ligados ao mundo rural começariam a se voltar cada vez mais para a verificação do papel da pequena produção no conjunto da agropecuária brasileira. Será a partir da década de 1990 que o conceito de *agricultura familiar* se consolidará – abrangendo grande diversidade de situações – como contraposição à idéia de *agricultura patronal*. No modelo familiar, o trabalho e a gestão estariam fortemente centralizados no detentor dos meios de produção – o *agricultor familiar* –, enquanto que a agricultura patronal experimentaria uma total separação entre gestão e trabalho³.

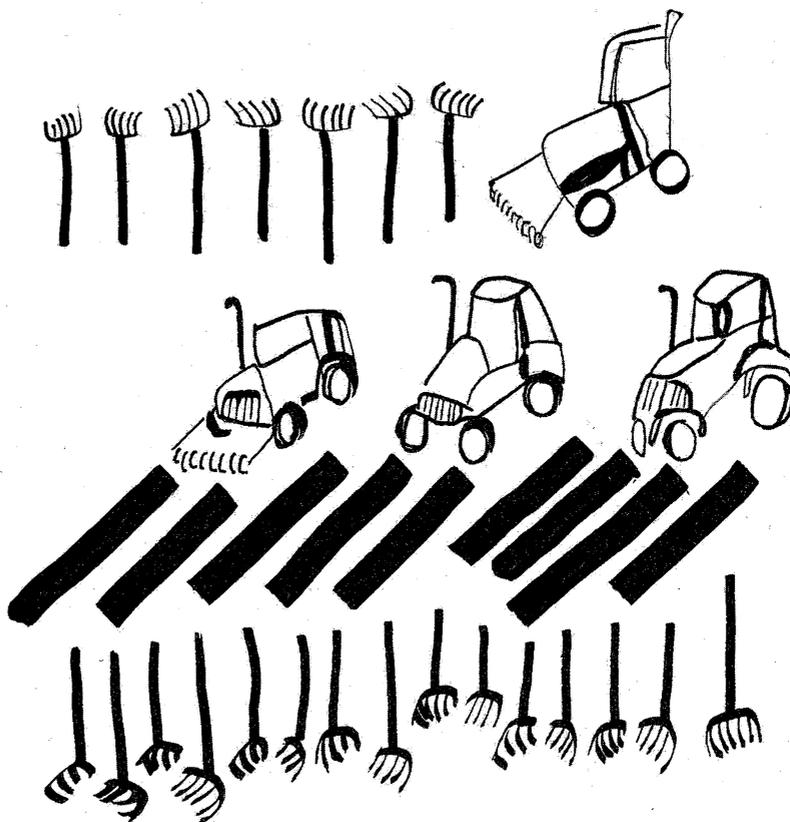
O termo *agricultura familiar* também teria diferenciações importantes em relação à definição de *campesinato*. Como visto, o conceito de *camponês* foi corriqueiramente utilizado para se designar aquele responsável por uma unidade de produção de subsistência e sem vínculos consistentes com o mercado. Porém, as rápidas transformações na agricultura brasileira, notadamente na região centro-sul do país, levaram alguns estudiosos a indicarem o novo camponês – agora, *agricultor fa-*

miliar – como também podendo vincular-se a uma unidade de produção tecnificada e mercantilizada. Como indica Gómez Soto:

"[...] o camponês e o agricultor familiar diferenciam-se porque o camponês tem uma escassa mercantilização e utiliza técnicas rudimentares enquanto que a agricultura familiar responde aos mecanismos de mercado. O agricultor familiar está completamente submetido às oscilações de preços e está subordinado ao sistema financeiro. A agricultura familiar tende à especialização produtiva, utilizando técnicas modernas e insumos industrializados. O agricultor familiar obtém as máquinas e os insumos produtivos no mercado, assim como os produtos de subsistência." (SOTO, 2002, p. 56).

Porém, a despeito destas diferenciações, os dois conceitos não seriam mutuamente excludentes. Para Nazareth Wanderley (1999), o termo agricultor familiar teria caráter genérico, incluindo diferentes situações produtivas executadas por núcleos familiares rurais. Entre elas, seria possível identificar aquela tradicionalmente denominada como camponesa. Os vínculos da produção agrícola familiar à economia seriam um reflexo da capacidade de adaptação da organização camponesa diante das transformações da sociedade.

Do ponto de vista das intervenções governamentais voltadas para o mundo rural, serão importantes para a definição do conceito de *agricultura familiar* os trabalhos realizados conjuntamente pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).



³ A consolidação do termo agricultura familiar, no Brasil, deveu-se em grande parte a contribuições acadêmicas que, paulatinamente, influenciaram não somente a pesquisa social quanto ao tema, mas também a formulação de intervenções governamentais sobre o meio rural. Ver, por exemplo, Veiga (1995).

Seus estudos definem a *agricultura familiar* a partir de três características básicas:

"a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva." (INCRA/FAO, 1996, p. 4).

A partir da década de 1990, tais critérios servirão de suporte à definição de *agricultura familiar* adotada pelos programas governamentais brasileiros, como o Pronaf, criado em 1995. Atualmente, a definição oficial de *agricultura familiar* está determinada por legislação específica, a Lei 11.326 de 2006 – a *Lei da Agricultura Familiar* –, que determina este conceito para qualquer intervenção governamental voltada para esse público. De acordo com a legislação, considera-se agricultor familiar aquele produtor que pratica atividades no meio rural em área não superior a 4 (quatro) módulos fiscais⁴, utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas da propriedade, tenha renda familiar predominantemente gerada por meio das atividades econômicas do próprio estabelecimento e dirija a propriedade rural com sua família. Tal definição também inclui silvicultores, aqüicultores, extrativistas e pescadores que atendam, no que couber, aos requisitos anteriormente citados⁵.

2. A política agrícola ao longo da primeira metade do século XX

A proclamação da República não trouxe mudanças significativas às condições sócio-econômicas do Brasil. A despeito do fim da escravidão em 1888, a sociedade brasileira continuava alicerçada em relações de poder cujos principais efeitos sociais – elevada desigualdade de renda, restrições ao livre acesso às instâncias políticas, grande concentração fundiária – continuariam presentes no decorrer dos anos seguintes. Ao longo da República Velha (1889-1930), o predomínio dos interesses ligados à cafeicultura resultaria na articulação de sucessivas medidas⁶ visando proteger aquele setor. Os atos do governo frente às necessidades da demanda interna concentraram-se em ações regulatórias⁷ do abastecimento e no aumento da importação de gêneros alimentícios, quando necessário.

De qualquer modo, Prado Júnior (1992) salienta que, ao longo da República Velha, teria ocorrido uma relativa ampliação do número de pequenas propriedades no país. Tal processo estaria ligado a fatos como o crescimento da população, o fim do regime escravocrata e as contínuas crises vividas

pelos regiões produtoras de café. Estes acontecimentos teriam favorecido o surgimento de estruturas produtivas de caráter camponês em diferentes regiões. Porém, em observação crítica, Altafin (2003) adverte que tal processo não seguiria as mesmas tendências em todo o país:

"Nas regiões de café, a chamada pequena agricultura se estabelece nas terras cansadas e nas porções de propriedades vendidas pelos fazendeiros, nos períodos de crise. No nordeste, fora das áreas de cana e pecuária, há o avanço da pequena propriedade, mas nas áreas de incremento das usinas, o aumento da demanda por cana leva a uma forte pressão sobre os pequenos agricultores. [...] Esse crescimento do número de pequenas propriedades não representa, no entanto, uma maior possibilidade de acesso à terra. Ao contrário, desde o início da República, com a Constituição de 1891, houve a transferência das terras públicas para o patrimônio dos estados". (ALTAFIN, 2003, p. 69).

As mudanças políticas e econômicas operadas no país⁸ ao longo da década de 1920 foram desgastando a composição de interesses e o equilíbrio das forças sustentadoras da República. Tal processo provocaria instabilidades quanto à aceitação, por parte das oligarquias estaduais, da eleição rotativa do Presidente da República entre os estados econômica e eleitoralmente mais fortes – São Paulo e Minas Gerais – em troca do respeito à "soberania" local dos demais grupos (MARTINS, 1982, p. 677). O acirramento da crise teria culminado com o advento do Movimento de 1930, depondo o então Presidente, Washington Luís (1926-1930), e levando Getúlio Vargas ao poder.

Não há grandes rupturas com a instauração do Estado getulista (1930-1945). De fato, seus desdobramentos irão eliminar a hegemonia política da "classe dirigente paulista" em favor das forças heterogêneas que compuseram o Movimento. Ao contrário do que se verificara na República Velha, os fluxos de poder partirão cada vez mais do governo central para os estados, com a União centralizando as decisões econômicas e políticas. Todavia, nem as oligarquias desaparecerão, nem as relações políticas clientelistas deixarão de existir. O autoritarismo irá paulatinamente se impor.

A vulnerabilidade do modelo agroexportador diante das crises internacionais influenciou a estratégia econômica do novo governo. As ações governamentais voltaram-se para a transformação progressiva de uma economia primário-exportadora em uma base produtiva urbano-industrial, com atividades econômicas mais diversificadas e maior capacidade de consumo interno. A política de industrialização por substituição de importações, característica daquele período, irá privilegiar em seu primeiro momento a obtenção, por

⁴ O módulo fiscal é uma unidade de medida fundiária, expressa em hectares (10.000 m²), utilizada para fins de arrecadação de impostos territoriais. Seu cálculo é fixado para cada município, sob orientação do INCRA, levando-se em conta: o tipo de exploração predominante na localidade; a renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes que, mesmo não sendo predominantes, sejam importantes em função da renda gerada e da área explorada; o próprio conceito de propriedade familiar, definido em lei.

⁵ Em linhas gerais, a definição de agricultor familiar contida na lei 11.326 de 2006 já vinha sendo formalmente utilizada no âmbito do PRONAF desde a publicação da Resolução do Banco Central 2.191/1995, que criou o programa. A publicação da lei teve o objetivo de estender o referido conceito a todas as políticas que pudessem viabilizar a atender a pequena produção familiar rural, além de impor um ponto pacífico entre as diferentes legislações, portarias e resoluções que, no âmbito da Administração Pública, estabeleciam distinções conceituais quanto ao significado de agricultura familiar.

⁶ Nos primeiros anos da República, a economia cafeeira foi alvo de sucessivas medidas de proteção, concentradas essencialmente em políticas de desvalorização cambial – visando proteger, em moeda nacional, os lucros do setor cafeeiro, quando da queda de seus preços – e de valorização dos preços daquele grão, por meio da compra dos excedentes da produção. A celebração do Convênio de Taubaté, em 1906, representará o símbolo das políticas de proteção do café durante aquele período. Cf. Gremaud; Vasconcelos; Júnior (2007).

⁷ Como resposta ao aumento da população das cidades, bem como das tensões sociais em torno do processo de urbanização, o governo instituirá medidas de controle da alta dos preços dos alimentos. Em 1918, será criado o Comissariado de Alimentação Pública, entidade responsável por intervir e regular o setor de abastecimento. A extinção do Comissariado, no mesmo ano de sua criação, mostra as dificuldades quanto à capacidade do governo em manter as determinações relativas à política alimentar.

⁸ A década de 1920 foi um período de grandes instabilidades políticas e econômicas no Brasil. As tensões entre as diversas forças políticas regionais, em grande parte afastadas do processo decisório no âmbito da Presidência da República, tomaram contornos cada vez mais claros. As disputas pelo poder político nos meios

meio do exterior, de máquinas e equipamentos necessários à modernização industrial. Neste processo, a agricultura exerceria uma função estratégica, atendendo às demandas de abastecimento do país. A produção agropecuária sofrerá estímulos para sua diversificação, sendo alvo de políticas públicas especificamente articuladas para o meio rural.

Todavia, Altafin (2003) indica os limites deste processo de modernização. De fato, a intervenção estatal mostrou-se essencial para adequar a agricultura brasileira às novas necessidades do projeto varguista. Porém, buscou-se minimizar os impactos de tais medidas sobre as esferas de influência política das elites agrárias. A opção pela colonização interna do país por meio da expansão da fronteira agrícola, em detrimento de uma reforma agrária no centro-sul do Brasil, seria um reflexo desta preocupação. Desta forma, seria evitada a interferência na estrutura fundiária das regiões mais prósperas, ocupadas pela grande propriedade monocultora. De maneira semelhante, os trabalhadores rurais não foram beneficiários do conjunto de legislações trabalhistas que iriam culminar com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943.

Como medida de incentivo à produção agropecuária, foi criada, em 1937, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), operada pelo Banco do Brasil. Sua importância no financiamento a atividades produtivas será crescente, a despeito de sua pequena capilaridade no que diz respeito às atividades agrícolas⁹. Tendo seus recursos concentrados no fomento ao setor agroexportador, a CREAI servirá de experiência para os futuros programas de crédito rural. O governo Vargas também teria se preocupado com a adoção de medidas de garantia de preços mínimos para gêneros alimentícios, além de buscar o tabelamento de preços dos produtos de maior consumo. A formação da *Comissão Reguladora do Tabelamento*, em 1936, é um exemplo de tais preocupações.

Os resultados da agricultura do período indicam os impactos das ações mencionadas. Entre os anos de 1930 e 1939, a produção rural voltada para o mercado interno teria experimentado uma expansão da ordem de 2,7% a.a., enquanto que a agricultura de exportação havia crescido, em média, 2,1% a.a.. Na fase posterior, entre 1940 e 1945, as lavouras para abastecimento interno haviam ampliado sua produção em torno de 3,1% a.a., enquanto que a atividade agrícola, em sentido amplo, havia se expandido em apenas 1,6% a.a. (MUELLER, 1983, p. 223).

Todavia, o desgaste dos oito anos do Estado Novo (1937-1945) – marcado por enorme concentração de poderes no Executivo –, o realinhamento internacional das forças políticas no pós-guerra e a mobilização crescente de grupos nacionais em prol da redemocratização enfraqueceram Vargas, afastado em outubro de 1945, dando início a um processo de mudança que contribuirá para a intensificação da modernização técnica da agropecuária brasileira.

3. Modernização e transformações sociais na agricultura brasileira

O período posterior ao Estado Novo será caracterizado como fase de consolidação de um projeto urbano e modernizador. A década de 1950, assim como os anos subseqüentes, serão de avanço do setor industrial. A agricultura brasileira passará por profundas transformações técnicas, marcadas por forte intervenção estatal. O período entre 1945 e 1964 também será caracterizado pela intensificação da atuação política dos trabalhadores rurais, sob a forma de ligas, sindicatos e confederações. Neste sentido, os movimentos de rebeldia no meio rural brasileiro serão paulatinamente incrementados por formas mais organizadas de ação política (MARTINS, 1986).

A rápida passagem do governo Dutra (1946-1951), caracterizado pela redução da intervenção estatal e pela abertura da economia, será seguida do retorno ao nacionalismo de Vargas, eleito presidente em janeiro de 1951. Seu governo (1951-1954) será marcado por incremento no processo de substituição de importações que, no meio rural, refletir-se-á na implantação de indústrias produtoras de fertilizantes e máquinas agrícolas. O crédito rural continuará como importante política governamental, apesar de sua reduzida cobertura. Como continuidade ao processo modernizante, o governo Juscelino Kubitschek (1956-1960) irá provocar grande estímulo à industrialização, induzida pelo Estado, com participação de capitais estrangeiros e forte endividamento externo. Os investimentos em infraestrutura e a intensificação da produção interna de materiais elétricos e do setor de transportes, apesar de não direcionados especificamente ao meio rural, delinearão as bases para a aceleração da modernização agrícola após o golpe de 1964. Investimentos ligados à produção agropecuária não foram prioridade dentro do conjunto de ações do governo Kubitschek¹⁰. A despeito disso, durante a sua presidência, serão criadas as Associações de Crédito e Assistência Rural (ACAR), ligadas ao fomento a atividades de extensão rural. Posteriormente, tais organizações terão suas ações coordenadas em torno da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR).

O período Kubitschek foi acompanhado de transformações sociais intensas no campo. O surgimento das *Ligas Camponesas* – movimento originário da organização política de grupos de posseiros –, em 1955, reflete a manutenção da questão agrária como importante elemento de tensão social na política brasileira. As disputas entre posseiros e fazendeiros em torno da ocupação de terras devolutas já havia apresentado resultados violentos em diferentes regiões do país, em grande parte devido ao processo de valorização dos territórios rurais ocasionado pela extensão da malha rodoviária do país¹¹.

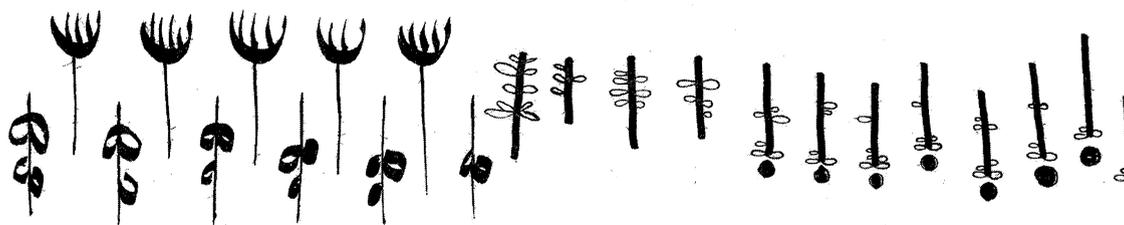
O forte crescimento experimentado durante a vigência do Plano de Metas, estratégia de desen-

urbanos irão manifestar-se sob a forma de movimentos como o tenentismo, fazendo com que o governo Artur Bernardes (1922-1926) governe fazendo uso constante de instrumentos de exceção, como o estado de sítio. O final daquele período também seria marcado pelo advento da quebra de bolsa de valores de Nova Iorque, cujos impactos sobre as políticas de proteção à produção cafeeira serão notáveis. Para mais detalhes, Cf. Martins (1982).

⁹ Em 1938, os recursos da CREAI haviam representado o equivalente a 5% do total de financiamentos produtivos do Banco do Brasil. Em 1945, tal participação chegou a 62,2% do total. No entanto, o crédito rural institucional tinha pouca representatividade em relação à totalidade da agropecuária brasileira: dados de 1940 indicam que foram firmados 7.218 contratos nesta linha de financiamento, enquanto que números oficiais do período apontavam para a existência de cerca de 1.904.589 estabelecimentos rurais no país. O crédito rural não havia atingido sequer 0,4% dos agricultores do Brasil, naquele período. (MUELLER, 1983, p. 310).

¹⁰ Segundo Gremaud et alii (2007, p. 384), o principal objetivo do governo Kubitschek foi a rápida industrialização, atingida mais claramente a partir de 1958. Naquele ano, por exemplo, a agricultura teria tido desempenho muito limitado em comparação aos demais setores: crescimento da ordem de 2%, muito aquém da expansão de 16,8% da indústria e de 10,6% do setor de serviços.

¹¹ Ainda segundo Martins (1986), dois grandes focos de conflito no campo, antes mesmo da década de 1950, estiveram relacionados à construção de rodovias que passariam por regiões até então pouco valorizadas no meio rural brasileiro. São os casos das disputas na região de Teófilo Otoni, em Minas Gerais, durante os anos de 1945 e 1948, e dos conflitos relativos às Revoltas de Trombas e Formoso, em Goiás, entre os anos de 1945 e 1957.



volvimento adotada pelo governo JK, trouxe seus impactos à economia brasileira:

"Os principais problemas do plano estavam na questão do financiamento. Os investimentos públicos, na ausência de uma reforma fiscal condizente com as metas e os gastos estipulados, precisaram ser financiados principalmente por meio de emissão monetária, com o que se observou no período forte aceleração inflacionária. Do ponto de vista externo, [...] há uma deterioração do saldo em transações correntes e o crescimento da dívida externa, outra forma de financiamento do plano. A concentração de renda, por sua vez, ampliou-se pelos motivos já levantados: desestímulo à agricultura e investimentos na indústria com tecnologia e capital intensivo." (GREMAUD; VASCONCELOS; JÚNIOR, 2007, p. 385).

Ao se comparar com as décadas anteriores, o início dos anos de 1960 indica grande retração da situação econômica. Principalmente após 1963, o país experimentou forte crise, com queda dos investimentos e reversão no crescimento da renda. Naquele ano, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) seria da ordem de 0,6%, contra uma inflação no patamar de 72,8% a.a.. O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, formulado para o período de 1963-1965, durante o governo Goulart (1961-1964), destacava o setor agrícola como responsável pelo atraso do conjunto da economia. A baixa produtividade do setor limitaria a oferta de alimentos e matérias-primas necessárias à atividade econômica, restringindo o crescimento industrial. Tal rigidez na oferta de produtos agropecuários estaria vinculada às formas de acesso e uso da terra. A promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, e a formulação de um projeto de reforma agrária, no início de 1964, seriam reflexos destas conclusões. Todavia, a manutenção da crise econômica, a elevada instabilidade política e a ameaça de quebra de importantes compromissos – como a não-extensão de conquistas trabalhistas para o campo, assim como a não-alteração da estrutura agrária do país – teriam contribuído para o advento do golpe militar de 1964.

Durante o regime militar (1964-1985), os responsáveis pela política econômica do governo buscaram desenvolver uma nova linha de ações

para a agricultura. A antiga Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), órgão até então responsável pela execução da política agrária no país, foi substituída pelos dispositivos do novo Estatuto da Terra (Lei 4.504 de 1964), que criou o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). A política agrária brasileira se voltaria principalmente para ações de colonização em áreas localizadas fora do Sudeste do país.

O objetivo do novo governo também se ligou à aceleração da modernização na agricultura, possibilitando maior produtividade do setor. Para tanto, foi fundamental o incremento das ações de crédito rural. Neste sentido, foi articulado, por meio da Lei 4.829 de 1965, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), com a finalidade de garantir linhas de crédito baratas e acessíveis aos agricultores. A partir de então, grande parte do crédito agrícola, notadamente entre a década de 1970 e os primeiros anos da década de 1980, foi disponibilizada com taxas de juros nominais fixas. Com tal medida, os empréstimos acabavam tendo taxas de juros reais negativas, dado o ambiente de aceleração inflacionária. A principal fonte de recursos do sistema era o próprio orçamento do governo. De modo mais específico, o Banco do Brasil – principal intermediário financeiro do SNCR –, fazendo uso da Conta Movimento¹², emprestava recursos com taxas de juros subsidiadas e sacava a descoberto tal quantia do Tesouro Nacional. A nova Lei estabelecia que parte dos recursos obtidos em depósitos à vista pelos bancos comerciais fosse destinada para o crédito rural – a *exigibilidade* –, compondo cerca de 10% do total recebido. O governo também implementou uma *Política de Garantia de Preços Mínimos*, visando proteger o produtor especialmente nos períodos de safra. Porém, tais medidas não atingiram os agricultores de igual maneira. Estando o crédito rural condicionado à capacidade de oferta de garantia – vinculada, por sua vez, à posse da terra –, somente proprietários tinham acesso ao sistema financeiro. Apenas médios e grandes produtores puderam beneficiar-se da melhor forma possível do SNCR.

Tal conjunto de medidas foi organizado tendo em vista dois mecanismos: os *Empréstimos do Governo Federal* (EGF) e as *Aquisições do Governo Federal* (AGF). Os EGF, como linha especial de crédito, objetivavam financiar a estocagem do produto pelo agricultor, dando a ele a possibilidade de adiar a venda da produção, esperando um mo-

¹² A Conta Movimento foi criada após a promulgação da Lei 4.595 de 1964 (que dispunha sobre a nova estrutura do Sistema Financeiro Nacional), para transmitir recursos do Banco do Brasil ao recém criado Banco Central, permitindo a sua entrada em operação. Antes da referida Lei, a execução da política monetária brasileira era feita por meio da Carteira de Câmbio e Redesconto do Banco do Brasil e do Serviço de Meio Circulante do Tesouro Nacional. A Conta fez com que o Banco do Brasil não perdesse a condição de autoridade monetária, podendo expandir os limites de suas operações de crédito por continuar sendo depositário do Tesouro Nacional. A Conta Movimento será encerrada em 1986, com graves impactos sobre o SNCR. Cf.

13 De acordo com dados do IBGE, em 1970, o país possuía cerca de 93.139.000 de habitantes, dos quais 55,92% viviam nas cidades, enquanto que 44,08% residiam na zona rural. (GREMAUD *et alii*, 2007, p. 32).

14 Segundo Gremaud *et alii* (2007, p. 411) “[...] observa-se, no período, o aumento no consumo de fertilizantes, que passa de aproximadamente 200.000 t, em 1960, para mais de 1.900.000 t, em 1980. Esse mesmo crescimento também é verificado na utilização de tratores nos estabelecimentos agrícolas, que salta de 60.000 tratores, em 1960, para 550.000, em 1980”.

15 Nas pesquisas agropecuárias recentes, o termo “agronegócio” designa um conceito amplo, que tem a atividade agropecuária como o centro por meio do qual se projeta toda uma cadeia produtiva, que vai desde os insumos utilizados, a indústria de transformação, até o setor de distribuição e serviços referentes àquele setor produtivo. Neste aspecto, nem sempre será desprovida de sentido a utilização do termo “agronegócio familiar” para se indicar o conjunto de quatro componentes principais – insumos; o próprio setor; processamento; distribuição e serviços – referentes às atividades produtivas familiares altamente mercantilizadas no meio rural.

16 A ampla liquidez externa verificada a partir da primeira crise do petróleo (1973) garantiu a países como o Brasil o acesso a linhas de financiamento, por meio do sistema financeiro internacional, a taxas de juros flutuantes vantajosamente baixas. Repactuadas de prazo em prazo, estas taxas estavam geralmente atreladas àquelas praticadas na economia norte-americana. Todavia, os sucessivos déficits públicos experimentados pelos Estados Unidos levaram as autoridades econômicas daquele país a aumentarem substancialmente suas taxas de juros, buscando atrair aplicações externas. Tal medida, além de ter reduzido o volume de recursos internacionais disponíveis para economias como a brasileira, provocou o encarecimento das dívidas anteriormente contraídas pelo Brasil. Esta sucessão de acontecimentos irá explicar, em grande parte, o advento da Crise da Dívida, vivida pela economia brasileira a partir da década de 1980. Cf. Gremaud *et alii* (2007).

17 Segundo Graziano da Silva (1986, p.35), de um total de 5 milhões de estabelecimentos agropecuários recensados em 1975, 50% possuíam somente 2,5% da área. Isso significava que cerca de 2,5 milhões de pequenos produtores detinham algo em torno de 8 milhões de hectares, resultando numa média de 3 hectares por produtor. Em contraste, apenas 1% dos maiores estabelecimentos controlava 45% da área total, com uma média de 3000 hectares por produtor, dentro desta categoria.

mento de preços mais oportunos. As AGF designavam as compras dos produtos agrícolas, feitas pelo governo, a preços prefixados. Por meio de tal medida, o produtor teria a possibilidade de buscar a melhor alternativa possível após a colheita: vender sua produção no mercado (ao preço definido na praça) ou para o governo (ao preço prefixado). Tais instrumentos teriam sido importantes para o estímulo à produção agrícola entre as décadas de 1960 e 1970. Deve-se também ressaltar dentro deste processo a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em 1972, com responsabilidades de execução e coordenação da pesquisa agropecuária no Brasil. Em 1974, as ações de extensão rural também sofreram modificações, por meio da criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), coordenadora de unidades menores, as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

O processo de modernização pelo qual passou a agricultura brasileira após 1964 causou mudanças consideráveis no setor. Verificou-se um elevado grau de mecanização e de utilização de insumos químicos nas fazendas. Tal transformação proporcionou enorme aumento da produtividade agrícola, garantindo crescimentos intensivos das lavouras, contrariando a tradição de expansões extensivas – aumento da área plantada –, típicas na história agrícola do país. A população no campo diminuiu. Pela primeira vez, em 1970, verificou-se uma maior concentração demográfica nas zonas urbanas do país¹³. Houve, em conjunção a tais mudanças, forte aumento na demanda por produtos industriais pela atividade agropecuária¹⁴. As transformações técnicas na agricultura brasileira provocaram expansão na produção de bens exportáveis e, posteriormente, de culturas vinculadas aos mercados internos. A retração verificada nas lavouras de café e algodão, ao longo das décadas anteriores, será seguida pelo incremento no cultivo de culturas vinculadas à agroindústria, como a soja, a laranja e a cana-de-açúcar.

A extraordinária expansão da fronteira agrícola brasileira é outro traço marcante deste período. As áreas cultivadas estenderam-se cada vez mais em direção ao Centro-Oeste, ocupando limites de espaço que passariam de cerca de 29 milhões de hectares, em 1960, para aproximadamente 50 milhões, em 1980 (GREMAUD *et alii*, 2007). A agricultura passou a estabelecer uma inter-relação cada vez mais forte com a indústria, formando cadeias de produção consistentes entre os fornecedores de insumos e bens de capital, a própria atividade no meio rural, e os setores compradores de seus produtos, constituindo um complexo que posteriormente se convencionará chamar de “agronegócio”¹⁵. A pequena produção familiar se expandiu graças à ocupação de novos territórios nas fronteiras agrícolas – orientada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criado em 1970 – e ao arrendamento das propriedades de parte das empresas ligadas à agroindústria. Este último aspecto, por exemplo, teria contribuído para a formação, no

centro-sul do país, de uma pequena categoria de produtores familiares altamente integrados aos complexos agroindustriais.

No entanto, o processo de crescimento econômico brasileiro sempre dependeu de um ambiente externo favorável com grande poder de compra e elevada liquidez.

“O capital estrangeiro, de uma forma ou de outra, historicamente fez-se presente em todas as fases da economia brasileira, tanto para o governo quanto para o setor privado. [...] o processo recente de endividamento externo brasileiro inicia-se principalmente a partir de 1968. A justificativa oficial para esse endividamento era a necessidade de recurso à poupança externa para viabilizar as altas taxas de crescimento ao longo do milagre. Parte das explicações do endividamento externo neste período reside nas profundas transformações do sistema financeiro internacional e na ampla liquidez existente, e na ausência de mecanismos de financiamento de longo prazo na economia brasileira, exceto as linhas oficiais.” (GREMAUD *et alii*, 2007, p. 533-534).

Porém, a economia mundial passaria por períodos conturbados a partir dos anos de 1970. Os choques nos preços do petróleo foram seguidos por substancial mudança da política econômica norte-americana, o que afetaria diretamente as condições do setor externo¹⁶. O ritmo de crescimento experimentado pelo Brasil nas décadas anteriores não será mantido no período seguinte, gerando grandes impactos à produção agropecuária.

De fato, a modernização da agricultura possibilitou a renovação técnica do setor, mas ao custo de elevada concentração de renda, bem como da queda no nível de vida da população rural. As mudanças experimentadas se fizeram mediante grande processo de aumento da concentração fundiária¹⁷, crescimento da utilização de mão-de-obra temporária e lenta expansão da força de trabalho ocupada no setor agropecuário, contribuindo para o elevado grau de concentração de renda ainda hoje verificado na zona rural brasileira. A redução da mão-de-obra assalariada no campo teria se relacionado com a intensificação do êxodo rural, entre as décadas de 1960 e 1970. Em adição a tais fenômenos, a concentração fundiária e a queda nas condições de vida no meio rural teriam incentivado o ressurgimento de organizações de defesa dos trabalhadores rurais, enfraquecidas pelo golpe de 1964. Em 1975, é fundada a Comissão Pastoral da Terra – movimento católico vinculado às disputas de terra no meio rural – e, em 1979, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) (GOHN, 1997).

A partir da década de 1980, as dificuldades para a renovação dos empréstimos externos, somadas ao seu encarecimento, contribuíram para

o aumento da instabilidade econômica, com retrações nas taxas de crescimento e aceleração inflacionária. Dentre os diversos diagnósticos para a situação de recessão que se configurava, destacou-se aquele ligado às ineficiências da própria economia brasileira, dada a sua baixa exposição à concorrência internacional e a forte presença do Estado na economia. As reformas propostas diante do problema brasileiro haviam se voltado para a "disciplina fiscal, redirecionamento das prioridades de gastos públicos para as áreas de saúde, educação e infra-estrutura, reforma fiscal [...], desregulamentação, liberalização comercial, privatização, eliminação de barreiras ao investimento estrangeiro e liberalização financeira". (BAUMANN, 2000, p. 13, *apud* GREMAUD *et alii*, 2007, p. 468)

Tais elementos, aliados à profunda recessão experimentada ao longo dos anos de 1980, tiveram grandes impactos sobre a política agrícola brasileira. A manutenção da política adotada para o campo – que assegurava crédito rural subsidiado como combustível para a expansão agropecuária – não foi possível em virtude das drásticas reduções de recursos externos. Os demais componentes da política modernizante também sofreram impactos da crise. Os serviços de assistência técnica e extensão rural serão limitados em virtude da extinção da EMBRATER, fazendo com que as EMATER regionais subordinassem-se aos governos estaduais. A nova política agrícola se voltaria para a valorização da capacidade concorrencial do setor, por meio da redução de barreiras tarifárias e abertura comercial, com diminuição da intervenção estatal. A contenção de recursos do Tesouro Nacional para o setor agrícola foi notável. Em 1985, eles teriam respondido por cerca de 64% do total de financiamentos e, em 1999, passariam a representar apenas 0,02% dos recursos (GASQUES & CONCEIÇÃO, 2001, *apud* ALTAFIN, 2003, p.96). Tais medidas teriam impactos importantes sobre a agricultura familiar.

"Para o segmento da agricultura familiar, a redução das estruturas do Estado e a rápida abertura da economia, no início da década de 1990, resultaram no aumento das dificuldades já enfrentadas. A parte das unidades familiares inseridas no mercado sofreu com a ruptura de mecanismos de proteção sem que tenha havido o devido estímulo para o enfrentamento da competição internacional. [...] Para os agricultores menos capitalizados e as regiões menos desenvolvidas, ficaram ainda mais remotas as possibilidades de inserção econômica, resultando no empobrecimento da população. Essa situação fez aumentar a importância de políticas sociais, como é o caso da previdência rural." (ALTAFIN, 2003, p. 98).

Conclusão

Os ajustes promovidos ao longo das décadas de 1980 e 1990, no que diz respeito à ação do Estado sobre a economia, tiveram impactos no perfil dos programas sociais implementados a partir de então. A tendência geral apontaria para a prioridade na formulação de programas calçados em aspectos de focalização, em detrimento da universalidade do atendimento, buscando atender aos grupos mais atingidos pela crise econômica. O aspecto de descentralização seria outro elemento característico dos programas sociais formulados na década de 1990. Neste sentido, buscar-se-ia transferir responsabilidades administrativas ao longo das diferentes esferas de poder. O estímulo à inserção de agentes privados dentro da estrutura dos programas governamentais também seria característico deste período (BEHRING; BOSCHETTI, 2006). Tais elementos estarão presentes na órbita dos programas governamentais ligados ao meio rural implementados na década de 1990, como o Pronaf.

O Pronaf tem como objetivo principal integrar a agricultura familiar à cadeia de agronegócios, garantindo-lhe agregação de valor à produção e à propriedade, ofertando linhas especiais de crédito para a agricultura familiar. Todavia, grande parte das pesquisas relacionadas ao Programa¹⁸ indicou a concentração excessiva de seus recursos no Sul do país¹⁹. Como mencionado nas seções anteriores, o perfil de modernização agrícola brasileira incentivou um desenvolvimento desigual entre as regiões do país. Estando fortemente vinculada à produção agroindustrial, a agricultura familiar sulista capta a maior parte do crédito rural disponibilizado por meio do Pronaf, causando um desequilíbrio espacial prejudicial às regiões menos desenvolvidas do ponto de vista da produção familiar (notadamente, as Regiões Norte e Nordeste). Tal situação não deixaria de ser problemática, visto que o programa previa justamente a dinamização de tais localidades.

O caso exemplar do Pronaf indica a necessidade de se compreender a dinâmica social sobre a qual as intervenções governamentais são gerenciadas. Na experiência específica daquele Programa, a concentração de recursos na Região Sul tem sido minimizada por contínuas reformulações que, paulatinamente, estão contribuindo para uma maior captação de crédito por localidades mais pobres. De qualquer modo, o caso em questão, aliado à breve exposição feita neste trabalho, salienta que a dinâmica interna de uma sociedade tem importância decisiva no sucesso ou no fracasso das ações governamentais, não podendo ser desconsiderada sem riscos. Esse é um aspecto que justifica a prática da ciência social em momentos de crise como o que vivemos.

¹⁸ Ver, por exemplo, Correa & Cabral (2000), Mattei (2005) e Pereira (2008).

¹⁹ Segundo Mattei (2005, p. 23), em 1999, a Região Sul concentrou o equivalente a 49% dos recursos oferecidos no âmbito do Pronaf-Crédito, enquanto que o Nordeste participou com cerca de 26% dos mesmos. A despeito da redução contínua da participação do Sul no montante de recursos captados, aquela Região continuou, em 2006, a concentrar a maior parcela de recursos obtidos pelo Pronaf-Crédito (cerca de 38%), em detrimento dos Estados nordestinos (cerca de 26%). Cf. Pereira (2008, p. 124-125).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTAFIN, Iara Guimarães. (2003), *Sustentabilidade, políticas públicas e agricultura familiar: uma apreciação sobre a trajetória brasileira*. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável: Política e Gestão Ambiental, Universidade de Brasília (UnB), datilo.
- BEHRING, Elaine & BOSCHETTI, Ivanete. (2006), *Política social*. São Paulo: Cortez.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. (1987), *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense.
- CORREA, Vanessa Petrelli & CABRAL, Mayra dos Santos. (2000), *Uma análise da implantação do Pronaf: indicação de distorções*. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 40, Rio de Janeiro.
- GOHN, Maria da Glória. (1997), *Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. São Paulo: Cortez.
- GRAZIANO DA SILVA, José & STOLCKE, Verena (orgs.). (1981), *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense.
- GRAZIANO DA SILVA, José. (1986), *O que é questão agrária*. São Paulo: Brasiliense.
- GREMAUD, Amaury; VASCONCELOS, Marco Antonio; JÚNIOR, Rudinei. (2007), *Economia brasileira contemporânea*. São Paulo: Atlas.
- INCRA/FAO. (1996), *Perfil da agricultura familiar no Brasil*. Brasília: Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento.
- MARTINS, Luciano. (1982) A revolução de 1930 e seu significado político. In: GUIMARÃES, Manoel et alii (orgs.). *A revolução de 30*. Brasília: UnB.
- MARTINS, José de Souza. (1986), *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes.
- MATTEI, Lauro. (2005), *Impactos do Pronaf: análise de indicadores*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. (Estudos Nead; 11)
- MUELLER, José. (1983), *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- PEREIRA, Márcio Fernandes. (2008) *Semear para distribuir ou concentrar*. Monografia de Bacharelado em Ciência Política, Universidade de Brasília (UnB), datilo.
- PRADO JÚNIOR, Caio. (1992), *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- SOTO, William Héctor Gómez. (2002), *A produção do conhecimento sobre o mundo rural no Brasil*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- VEIGA, José Eli da. (1995), *Delimitando a agricultura familiar*. Anais do 23º encontro nacional de economia. Salvador: ANPEC, v. 2, pp. 41-59.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth. (1999), *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. In: TEDESCO, João Carlos (orgs.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF.

Os Comícios e a Construção da Pessoa (da) Política: representações de São Gonçalo do Sapucaí

Bruno Nogueira Guimarães

Graduando do curso de Ciências Sociais / UFMG

Palavras-chave: Eleições; Comícios; Rituais; Performance; Pessoa.

Key Words: Elections; Rallies, Rituals; Performance; Person.

RESUMO: Neste artigo abordo as práticas eleitorais das eleições locais de São Gonçalo do Sapucaí, Minas Gerais, em 2008. Enfoco particularmente os comícios, a partir de um estudo de rituais, demonstrando sua importância para a construção da pessoa política do candidato. Não obstante, aponto também como o estudo destas práticas pode nos revelar outros elementos da vida social daquela comunidade, mobilizados pelos políticos em sua busca por votos.

ABSTRACT: In this paper I make an approach to the electoral practices of the local elections of São Gonçalo do Sapucaí, Minas Gerais, Brazil, in 2008. I focus particularly the rallies, from a ritual studies approach, showing its importance to the performance of the political person of the candidate. Notwithstanding, I also point out how the study of such practices can reveal other elements of social life of that community, mobilized by the politicians on their pursuit for votes.

Qual Política?

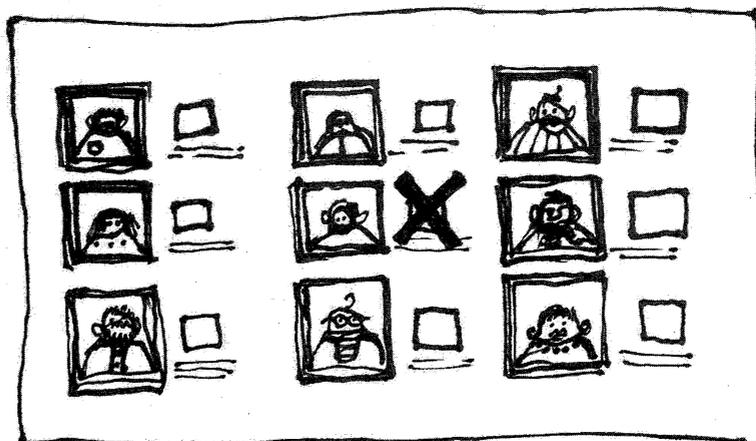
As ciências sociais, cada vez mais, problematizam a relação do eleitor com o voto, buscando respostas sobre o que motiva as pessoas a escolherem este ou aquele candidato. Diferentes perspectivas contribuíram para o debate, passando fronteiras disciplinares e métodos de pesquisa. Enquanto o estudo das eleições tem sido uma preocupação antiga da Ciência Política, recentemente a Antropologia engrossou a produção acadêmica sobre o tema, contribuindo tanto com marcos diferentes como com investigações inovadoras, por enfocarem diversos atores através de outros métodos.

O propósito deste artigo é mostrar como o político em campanha busca construir uma "identidade" e personificar determinadas qualidades que o ajudem a se eleger. Minha experiência de campo na cidade de São Gonçalo do Sapucaí - MG foi fundamental para observarmos os mecanismos por meio dos quais os candidatos agenciam certos elementos simbólicos na construção de sua *persona*.¹ Um grande número de textos no âmbito

da Ciência Política e áreas correlatas foi publicado tratando da importância da informação no processo de decisão eleitoral. No entanto, apesar dos vários trabalhos lidando com as formas pelas quais esta informação ocorre, estamos longe de exaurir as possibilidades de abordagem do tema. Parece-nos que a maior parte dos estudos trata a comunicação entre as partes como simplesmente intermediada², dando pouca importância ao meio pelo qual tal ocorre, ou relegando-o a segundo plano. A visão aqui é outra: interesse-me justamente pelo modo com que a comunicação se torna possível e é efetivada, pois tal está diretamente ligado ao bom (ou mal) desempenho do político na eleição. Ignorar a dimensão simbólica e performática da relação candidato-eleitor é, por vezes, pressupor um automatismo nas decisões que as partes vêem a tomar, como se em uma eleição não houvesse muito mais do que disposições objetiváveis calculadas pelos agentes. Distancio-me desta perspectiva e parafraseio Mariza Peirano: "a sociedade não é um ser nominal e de razão, mas um sistema de forças atuantes, e a eficácia das idéias e crenças precisa ser incluída

¹ "forma pela (per) qual ressoa a voz (do ator)" (MAUSS, 2003b: 385) - embora a explicação etimológica nos dada por Marcel Mauss receba ressalvas do próprio autor, a alternativa defendida por ele - a de pessoa enquanto máscara - não nos é menos instigante nem parece excluir a anterior. Parece-nos claro que o político deve construir uma imagem (máscara), que comunique e permita comunicar-se com o restante da população.

² Inspiro-me em Bruno Latour (1994) para a distinção entre "mediado" (em que o meio pelo qual um acontecimento ocorre é relevante) e "intermediado" (no qual o meio não possui papel algum). Lembro que Latour se debruça principalmente sobre as práticas de "purificação" da Constituição Moderna, ao passo que o interesse aqui é apenas tomar seus termos de empréstimo, para outros usos nos quais eles também caíam bem.



na análise explicativa, somando-se à ação, para que se identifique os mecanismos de movimento e de reprodução da sociedade." (2002, p. 23). É igualmente relevante entender tanto os valores e códigos mobilizados pelos agentes como a forma pela qual o fazem.

Um segundo ponto balizador da análise que desenvolvo é retomar a noção de *fato social total* (MALINOWSKI, 1976; MAUSS, 2003a), visando desfazer a divisão da vida social em "esferas", como ela sido concebida no pensamento ocidental (em que postulamos uma "esfera política", uma "esfera religiosa", uma "econômica", dentre outras). A tradição antropológica nos lega a lição de que estes compartimentos são quimeras e seus mecanismos de purificação raramente se verificam na prática – no mais das vezes, aquilo que pensamos ser um fenômeno político está impregnado de valores religiosos e interesses econômicos, por exemplo.³ Ao tomarmos a antropologia como a "ciência social do observado" (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 385), em que nos voltamos para o estudo do pensamento nativo e da realidade apreendida através dele, abrimos mão de uma perspectiva normativa em favor de apurarmos nosso potencial explicativo. Acompanhada da certa dose de relativismo implícita acima vem a assertiva de Peirano:

"Perspectiva antecipada nos clássicos da disciplina, uma antropologia da política parte da suposição básica de que a categoria 'política' é sempre etnográfica – quer para aqueles que são observados, quer para o próprio investigador. Tal passo é fundamental para resolver os problemas tradicionais sobre a coincidência, semelhança ou distância entre os valores do pesquisador e o universo pesquisado, com o conseqüente obstáculo que se detecta em relação à percepção das diferenças – nóculo fundamental para o refinamento teórico. Tal procedimento tem mais uma dimensão importante: ele implica em colocar como sistemas de valores e de conhecimento tanto a política investigada quanto a política definida e legitimada pelos padrões ocidentais modernos, deslegitimando premissões essencialistas, sociocêntricas e conformistas" (PEIRANO, 1997, p. 22)

Está claro que a proposta de se realizar uma antropologia da política só poderá ser bem-sucedida se, de antemão, implodirmos os Grandes Divisores, ou os desnaturalizarmos, tanto em um plano mais geral (GOLDMAN & LIMA, 1998; LATOUR, 1994) como no que diz respeito às nossas concepções de 'política' e como lidamos com elas (DELEUZE & GUATTARI, 1996). E, se seguirmos a idéia de que a categoria política é sempre etnográfica, como é o caso, temos como desdobramento imediato a existência de várias políticas, a serem-nos apresentadas pelo campo. Com qual política, então, estamos lidando? Esta pergunta guiou-nos a São Gonçalo do Sapucaí, cidade do interior de Minas Gerais, com

o intuito de experimentarmos, brevemente, o município no ápice de seu período eleitoral.

Cartografia Política de São Gonçalo do Sapucaí

Um breve panorama da história política recente de São Gonçalo do Sapucaí é indispensável para compreendermos os acontecimentos do ano de 2008.

O município de São Gonçalo do Sapucaí está situado no sul do estado de Minas Gerais, a 340 km da capital Belo Horizonte (com acesso pela BR-381, a Rodovia Fernão Dias), em uma região com economia baseada principalmente nas atividades agrícolas e pecuária⁴. Com 22.308 residentes em 2000 (segundo o censo daquele ano) e 23.523 estimados para julho de 2008 pelo IBGE, a cidade não realiza segundo turno⁵. O número do eleitores em 2004 foi 16.873, com 14.685 votos válidos. Nas últimas eleições municipais, o comparecimento às urnas totalizou 14.978 pessoas, com 13.880 votos válidos.

Os últimos prefeitos de São Gonçalo do Sapucaí foram Akira Yamaguchi (2005-2008), Terezinha Allerand (2001-2004) e Elói Radim (1992-1995 e 1996-2000). Terezinha é mulher de Elói, que governou a cidade por duas vezes e é visto por muitas pessoas como uma encarnação atualizada do coronelismo - enquanto estivemos em São Gonçalo ficaram patentes os extremos em que Elói se situava para a população local: ou ele é amado e tido como alguém que fez muito pela cidade, ou então é caricaturado como um político de conduta duvidosa, que utilizou os bens públicos em favor de seus fins privados. Após ter sido eleito duas vezes prefeito de São Gonçalo, em 2001 foi a vez de sua mulher ocupar o posto. Ao tentar a reeleição, Terezinha foi derrotada pelo médico Akira Yamaguchi: a candidata do PSC obteve 4.371 votos, 29,8% do total, contra 6.912 (47%) do prefeito eleito pelo PSDB. Muitos viram a derrota de 2004 como o início do declínio do grupo de Elói, que havia feito sua fortuna nos anos anteriores.

Se, por um lado, a concepção que os são-gonçalenses possuem de Elói divide a cidade, por outro, o governo de Akira Yamaguchi é unanimidade: sobram críticas ao prefeito, acusado de corrupção e supostamente envolvido em um escândalo com sua secretária. Sua administração é tão mal vista pela população que Akira não apoiou nenhum candidato (nem mesmo o de seu partido, PSDB), nem fez qualquer tipo de aparição pública. Eleitores e candidatos lembraram seu nome apenas para ilustrar a má situação que o município se encontrava, em especial na área de saúde, com muitos dizendo que já haviam atingido o "fundo do poço". O fraco desempenho do médico como prefeito foi um golpe duro para aqueles que votaram nele, depositando tanto as esperanças de superarem a imagem de uma política ultrapassada que Elói representava (aquele ligada à imagem clássica do chefe local, que possui exemplificação ideal

³ Peirano (1997), ao propor uma "antropologia da política", aponta como seu principal diferencial em relação à antropologia política e à ciência política a inexistência de uma predisposição a compartimentar a realidade vivida em diferentes domínios ou sistemas ("sistema político", "sistema jurídico"...). Desse modo, não se cede às pressões de uma ideologia moderna que define de antemão o que é o "moral", o "político" ou o "econômico", permitindo-se resgatar o programa clássico de Mauss e Malinowski.

⁴ Com a implementação dos pedágios da Fernão Dias - um deles muito próximo de São Gonçalo -, boa parte dos moradores com os quais mantive contato disseram que os recursos para a administração da cidade deveriam aumentar muito; percebiam nesta nova fonte de renda municipal uma das principais justificativas para o grande número de candidatos a prefeito, que estariam interessados, de alguma forma, em uma parcela do montante advindo da nova cobrança.

⁵ Apenas cidades com mais de 200.000 eleitores realizam o segundo turno no Brasil. No ano de 2008, em Minas Gerais, apenas Belo Horizonte, Betim, Contagem, Juiz de Fora, Montes Claros, Uberaba e Uberlândia eram aptos a ter segundo turno, o que não foi necessário no caso dos dois últimos municípios nem de Betim, que tiveram candidatos à Prefeitura eleitos com mais de 50% dos votos válidos já no início de Outubro.

em LEAL, 1949)⁶ como a crença em um modelo moderno de conduzir a máquina pública. Terezinha se aproveitou da circunstância e o mote de sua campanha foi "a volta do desenvolvimento", claramente trabalhando com a oposição do último governo com o seu e de seu marido. Os outros três candidatos à Prefeitura Municipal também não deram trégua à administração de Akira durante suas campanhas e todos tentaram demonstrar uma ruptura com o então prefeito.

Dos outros três, apenas Benedito Álvaro Cunha, o Dito Cunha, já havia participado diretamente da política local, sendo o terceiro vereador mais votado em 2004 (370 votos). Ivan Gutward Lemos - Ivan da GTW - um empresário e industrial do município, e Ivan Lemos Brandão - Ivan Brandão - um agricultor de grande porte da região, são candidatos pela primeira vez a um cargo público.

Todos os quatro que se propuseram prefeitos da cidade são bem conhecidos da população e poderiam se encaixar em uma definição abrangente de "figura pública". Por conta do destaque que já gozavam antes de 2008 e de sua intensificação durante o período eleitoral, uma série de boatos e rumores passou a correr sobre os candidatos. Não obstante, notícias de jornal e cartas se dirigindo à população (assinadas ou apócrifas) circularam, fazendo juízos e noticiando acontecimentos que supostamente envolviam os candidatos. Passar pelas ruas de São Gonçalo durante o período eleitoral é experimentar um momento de exceção na vida dos moradores - dificilmente o visitante não avistará as "meninas das bandeiras" (mulheres - e homens - que agitam bandeiras com o número do candidato e vestem uniformes com as suas cores), carros de som tocando os *jingles* das campanhas ou verá uma passeata com os candidatos fazendo "corpo-a-corpo". Assim, podemos nos valer da distinção de Moacir Palmeira (1996) entre "tempo da política" e o restante da vida social da comunidade, em que "tempo da política" remete ao período eleitoral como um momento de exceção na vida cotidiana, implicando em uma ruptura que mobiliza as pessoas para as atividades político-eleitorais⁷.

O que tentarei fazer a partir de agora é dar um passo à frente, buscando pensar a "pessoa da política" e como ela é constituída. Adianto algumas idéias que levaram à formulação do conceito - em primeiro lugar, percebe-se claramente uma distinção entre aqueles que são "da política" (isto é, que se envolvem com atividades políticas) e aqueles que não pertencem a este mundo. A "política", nestas situações, costuma ser vista como algo negativo e sujo; aqueles que se envolvem com ela, acredita-se, geralmente o fazem em benefício próprio. Por outro lado, as pessoas que se envolvem com a "política" também são tidas como detentoras de *acessos* (o termo é de KUSCHNIR, 2000), ou seja, elas possuem prerrogativas para alcançar provimentos que os demais membros da população não conseguem - seja um emprego, uma vaga na escola para o filho ou um atendimento diferenciado no posto de saúde.⁸

Uso a preposição "da" tanto por indicar o pertencimento da pessoa à concepção nativa de "política" quanto para uma analogia explícita à noção de "tempo da política": assim como o "momento da política" é visto como uma exceção no cotidiano, a "pessoa" que é da política - e a que se integra às atividades eleitorais naquele período - também não é a pessoa padrão encontrada no restante do tempo (nem no restante do município).

O uso analítico da noção de "pessoa" rendeu bons frutos no decurso da antropologia e permite lançar luz sobre diferentes concepções dos membros de uma comunidade. Se, conforme nos informa Mauss (2003b), "pessoa" é uma categoria "delicada, preciosa, passível de maior elaboração" (p. 369), ela o é tanto por não ser fixa e universal para toda a humanidade, quanto por condensar uma série de valores que dizem respeito às percepções daqueles que compartilham de seu significado. Assim, "pessoa", tal "política", será sempre uma categoria etnográfica. Como afirma Chaves, "*pessoa* não é apenas uma categoria investida de valor, como possui, além disso, um significado capital na vida política. É exatamente o conteúdo significativo da *pessoa* que confere a seu emprego eficácia política durante as campanhas eleitorais" (1996). Ser considerado uma "boa pessoa" é condição *sine qua non* para ser considerado um "bom político".

Com base em minhas observações em São Gonçalo do Sapucaí, faço uma distinção entre as "pessoas da política" - elas podem ser vistas assim de uma forma mais flexível ou enrijecida. O primeiro caso ocorre com aqueles que simplesmente fazem campanha para os candidatos e são diferenciados do segundo grupo, que são os que possuem ou buscam um cargo público ou uma ligação forte com alguém importante dentro do Estado. A distinção aqui é grande, e pode ser simplificada como aqueles que estão *dentro* da máquina estatal (ou querem entrar) e os que estão *fora*. Claramente as identidades se contamam, com os apoiadores sendo identificados como membros do grupo de seu candidato, e o candidato, evocando a célebre imagem do Leviatã, sendo composto por aqueles que o apóiam e pela dimensão deste apoio. A análise que encadeio a seguir se debruça sobre a forma com a qual o candidato tenta construir uma imagem que seja eficaz para o bom andamento de sua campanha - isto é, como ele constitui a sua "pessoa", em busca de votos.

Os Comícios: símbolos e significados

A partir de uma passagem de meu caderno de campo, descrevo e analiso o primeiro comício da semana final das eleições. Logo ao chegarmos a São Gonçalo, na segunda-feira, vinte e nove de setembro, fomos informados que ocorreriam comícios dos quatro candidatos à prefeitura nos próximos dias - Terezinha Allerand faria seu comício naquela noite. Os outros três candidatos

6 A esta concepção corresponde o político que pertence à elite econômica da região e domina parte razoável do setor produtivo local. À tipologia do chefe local - o coronel - atribui-se práticas escusas, como compra de votos, com vistas à auto-perpetuação no poder, que este mandatário utilizaria em favor próprio, em detrimento da população. Elói Radim é associado a esta imagem por alguns moradores da cidade, enquanto que seus defensores ou negam as críticas com veemência, ou as ignoram respondendo tudo o que ele já teria feito por São Gonçalo.

7 Faço a ressalva de que, se para Palmeira (1996) o "tempo da política" é uma categoria nativa - ou seja, que foi apresentada a ele pelo campo - este não é o caso aqui. Não escutei muitas referências às idéias de "tempo da política", "época da política" ou "momento da política" em São Gonçalo do Sapucaí, muito embora a forma dos habitantes de se referir dar significado à situação pela qual passavam era a mesma descrita por Moacir Palmeira em relação aos seus interlocutores e ao sentido atribuído ao "período da política" e seus sinônimos.

8 Chamo a atenção para este último item, pois foi recorrente, nos discursos dos candidatos às vereanças, a má situação dos serviços de saúde pública de São Gonçalo e o atendimento diferenciado recebido por pessoas próximas aos atuais políticos.

estavam dispostos nas noites seguintes - Ivan da GTW na terça, Ivan Brandão na quarta e Dito Cunha na quinta-feira, último dia para se fazer comício conforme disposição da Justiça Eleitoral. Os comícios, marcados geralmente para as dezoito horas, começavam com atraso de pelo menos quarenta minutos e se estendiam até as vinte e duas horas, o máximo permitido. Após observar o comício de Terezinha, tive certeza da importância daquele tipo de evento para as pessoas que dele participam e para os demais habitantes, que no dia seguinte perguntam e discutem a respeito. Sem ignorar os outros fenômenos que mobilizavam a população, enfoco com maior intensidade a análise dos comícios, tanto por este constituir um evento ritual, festivo e performático por excelência, como por lançar luz sobre a dimensão simbólica da comunicação das pessoas com os candidatos. Assim, sou levado a reconhecer a importante presença de outras práticas durante o período eleitoral, como os já ditos rumores, escândalos, passeatas, carros de som, etc., e, se eles aqui não são abordados com mais vigor, é mais pela limitação do espaço e pela proposta de se estudar os comícios do que por uma hierarquia colocada pelo campo. A seguir, reproduzo minhas anotações feitas em São Gonçalo, tratando do comício dos candidatos do PSC, Terezinha Allerand e seu filho Alamiro (conhecido como "Alamiro do Elói"):

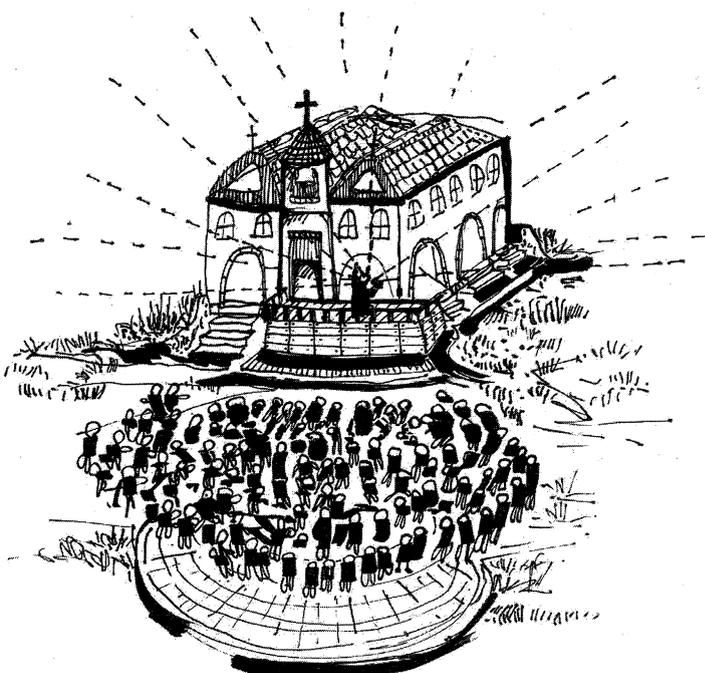
"O local escolhido para o comício era a Avenida Brahim (pouco mais larga que uma rua comum), logo em frente à Igreja Matriz e abaixo da Rua Direita, ponto de encontro noturno movimentado e freqüentado principalmente pela população jovem. O palanque era um caminhão aberto, disposto lateralmente, com grandes caixas de som que, além de tocarem o *jingle* da campanha incontáveis vezes, ocultavam também as pessoas que deveriam entrar no palco quando convocadas pela "mestre de cerimônias", uma mulher que apresentava as figuras ilustres que apoiavam a candidatura, dava recados para os espectadores, controlava o som ("um instantinho, DJ", "som na caixa, DJ", "abaixa um pouquinho, DJ") e instruía

o eleitor como proceder durante as eleições: "no dia cinco você chega lá, vai na cabine, pára, respira fundo e pensa em tudo aquilo que Elói e Terezinha já fizeram por São Gonçalo. Aí, você vota no vereador de sua preferência, digita o número dele e aperta o verdinho, 'confirma'. Depois, você vota na nossa prefeita, digita 20, vê a cara da Terezinha lá, aperta o verde e confirma! Aí você põe um sorriso no rosto porque você sabe que fez a sua parte." - isto foi dito várias vezes antes do comício "começar", enquanto a "mestre de cerimônias" falava também que "já já eles chegam, gente" e a música da campanha se fazia ouvir.

A partir das 20:00, já era possível perceber a presença de algumas centenas de pessoas na área do comício (às 19:00 não havia ninguém, como se soubessem que o comício não iniciaria no horário informado), com um carro da polícia militar próximo ao local e um grande número de "meninas das bandeiras", como eram chamadas as mulheres que vestiam as cores roxo e rosa, do PSC, e balançavam flâmulas com o 20 estampado. [...] Quando mencionadas, as "meninas das bandeiras" gritavam, alegres, e balançavam as bandeiras com mais vigor, o que ocorreu algumas vezes durante o evento, com os repetidos agradecimentos da "mestre de cerimônias" e dos candidatos pelo trabalho delas.

Boa parte dos presentes, que a certo ponto do comício já deviam somar mais de quinhentos, estavam ali com a família - marido, esposa e crianças. Tal parecia extremamente normal para eles e muitas crianças dançavam e cantavam o *jingle*. Não deixava de ser curioso o fato de haver ali tantas pessoas que não poderiam votar, mas que ainda assim manifestavam seu apoio à candidatura de Terezinha. A "mestre de cerimônias" também pedia para que aqueles que tivessem seus pais idosos os levassem para votar, "afinal eles também são brasileiros e possuem direito".

Quando o nome de Elói era mencionado, um grande número de pessoas, concentradas na frente do palanque, gritava "Elói, Elói, Elói" e muitas vezes as frases ditas eram em defesa dele



e exaltavam as suas qualidades, aquilo que ele já tinha feito pela cidade e que ele poderia fazer muito mais. A "mestre de cerimônias" dizia que "Elói não pôde estar aqui, mas ele está representado no palco", ou mesmo (e com mais freqüência), que "Elói não está aqui em cima, mas está ali" e apontava para o lado esquerdo ao alto. De fato, era possível ver, em um prédio a cerca de vinte metros de distância, o antigo prefeito, na sacada de seu apartamento, observando o comício de cima. Quando me aproximei de um espectador e perguntei "onde está o Elói?" e "porque ele não está aqui?", ele o apontou e disse que "é porque ele está sendo processado, coitado, coisa de juiz... uma sacanagem". Elói acenava para a multidão sempre que era mencionado e ovacionado.

Com o que seria o início do comício, a "mestre de cerimônias" apresentou e convidou os candidatos a vereador, um a um, a entrarem em cena - todos estavam vestidos com as cores do PSC. Em seguida, foi a vez de dois deputados e outras figuras de destaque da cidade, como um locutor de rádio. Os candidatos a vereador discursaram, criticando a situação e dizendo que eles, Terezinha e Alamiro fariam "a volta do desenvolvimento". Alguns assuntos foram tocados várias vezes, como a situação da saúde ("falta remédio no postinho e o atendimento é precário") e a ausência de boas escolas e empregos ("nossos jovens estão indo ganhar a vida nas cidades vizinhas"). Em muitos momentos se disseram pessoas do povo, insatisfeitas com os atuais membros da Câmara Municipal. Depois, foi a vez dos deputados manifestarem seu apoio e comprometimento com a candidata e com São Gonçalo do Sapucaí. O tempo que cada deputado discursou foi consideravelmente maior do que os candidatos às vereanças. Falaram, essencialmente, de tudo o que já haviam feito pela cidade, captando recursos em Brasília; também ressaltaram a importância de se eleger Terezinha e seus vínculos com a candidata, o que certamente possibilitaria maior ajuda futura.

Logo após os deputados, foi a vez da família de Terezinha, Alamiro e Elói entrar no palco. A irmã de Alamiro, sua mulher, filha, genro, dentre várias outros parentes foram apresentados, tomando a cena. Os candidatos às vereanças foram para o fundo do palco, sendo quase completamente ocultados pelos membros da família que estavam no centro; os deputados ficaram nas laterais. Os familiares discursaram: a filha de Alamiro, Natasha, que deve contar por volta de dez anos de idade, pediu que votassem em seu pai e sua avó, pois "dia cinco é meu aniversário" e pediu o voto de presente. Giselda, filha de Terezinha e irmã de Alamiro, disse que dias atrás estava em um comício de outro candidato, quando um de seus correligionários falou palavras de baixo calão de sua família, que ela iria responder ali: "a minha família tem um concreto que a mantém unida, e esse concreto é muito forte e se chama Jesus, coisa que a sua família não tem!" - novo momento de êxtase dos presentes, em especial os concentrados perto do palco, que voltam a gritar "Elói, Elói, Elói".

Os últimos dois convidados a entrarem no pal-

co foram Alamiro e Terezinha, nesta ordem e ao som do *jingle* da campanha⁹. Alamiro fez sinal de positivo e de confiança, discursou alto, criticando a atual gestão da prefeitura. Terezinha entrou com um grande sorriso, apontando para os presentes e levando as mãos ao peito, principalmente quando a música cantava "é Terezinha bate forte coração". O comício não poderia se estender muito mais, visto que já passava de 21:30 e a determinação é que ele se encerre até as 22:00. Terezinha agradeceu o apoio de todos, das "meninas das bandeiras", dos deputados e do povo. Dialogou com o deputado federal, dizendo que ele já tinha feito muito por São Gonçalo, e, quando ele viesse em dois anos pedir os votos dos moradores, que eles não deveriam se esquecer de tudo que ele trouxe para o município e votar nele. Ele também, por vezes, tomou a palavra e manifestou o apoio recíproco, agradecendo e dizendo que Terezinha era a melhor opção para a cidade.

Nos discursos, em especial de Terezinha, do deputado e da "mestre de cerimônias", o lema da campanha - "a volta do desenvolvimento" - aparecia com grande freqüência, bem como a idéia de "não trocar o certo pelo duvidoso", mencionando tudo aquilo que Terezinha e Elói haviam feito nas administrações passadas. Quando o nome deste último era mencionado, por vezes tomava forma um coro gritando seu nome, principalmente por parte das pessoas mais próximas ao palco. A música alta, que tocava sempre que não havia ninguém falando no palanque, era cantada por muitos dos que ali estavam, em especial mulheres e crianças, que também a dançavam.

O comício terminou com aqueles que estavam no palco dando as mãos: em primeiro plano, a família dos candidatos, com Terezinha e Alamiro no centro; os deputados estavam por perto, ao lado; a "mestre de cerimônias", à direita de quem vê o palco, sem tampar os demais. No fundo, atrás de todos, os candidatos a vereador pelo PSC. Pediu-se um minuto de silêncio para uma oração, que logo deu lugar novamente à repetida música. Balões jogados de cima dos prédios de poucos andares, sobre os eleitores. O *jingle* da campanha, a festa em cima do palanque e as pessoas, se dispersando."

A comoção que um comício causa no dia seguinte é grande; várias pessoas se perguntam pelo "tamanho" do mesmo, querendo saber quantos haviam comparecido e se "estava bom". Os comícios eram vistos não só como o espaço para o candidato se comunicar com os eleitores, era também um local para se manifestar força e prestígio, razão pela qual era importante a presença de um grande público. Lembrando a formulação mertoniana de "*self-fulfilling prophecies*"¹⁰ (MERTON, 1996), as pessoas parecem acreditar que o candidato com o comício mais cheio é o que acabará se elegendo - um comício com grande público revela a adesão daquelas pessoas. Conforme salientaram Palmeira e Heredia (2006)¹¹, a escolha de um candidato não implica apenas em votar nele, mas em passar a pertencer a um grupo identificado com o político em questão, espe-

9 O jingle era composto dos seguintes versos, tocados em dois tempos (binário) com ritmo sertanejo: "Êêêê Terezinha / e Alamiro é o vice que prefiro / É saúde, é confiança / honestidade, é esperança / é trabalho, educação / é Terezinha bate forte coração / Êêêê Terezinha / e Alamiro é o vice que prefiro". Após a repetição dos últimos versos, volta-se ao início (os mesmo versos, eles são tocados duas vezes) e o jingle - este e os dos demais candidatos - não possui fim.

10 A noção de "profecias que se auto-cumpram" remete a idéias que, ao aventarem a possibilidade de que algo ocorra, acabam por contribuir, elas próprias, para que de fato o acontecimento tome lugar. No caso, dizer-se que determinado candidato será eleito possui a força de efetivamente elegê-lo, na medida em que as pessoas veriam que um largo contingente aderiu à sua campanha e se convenceriam a votar nele.

11 Ver, também, PALMEIRA e HEREDIA 1996.

cialmente nos casos em que a manifestação da intenção de voto é pública (como no caso de quem vai a um comício). Não obstante, freqüentemente membros da mesma família votam no mesmo candidato, significando que um grupo (o familiar) aderiu a outro (o do político). Assim, a presença massiva em um comício credencia o político a ser prefeito (ou vereador), e torna-se quase que natural, para a população, que aquele que teve o comício mais cheio ganhe as eleições.

Além deste significado, destaco também os variados elementos mobilizados na *performance* do candidato, com vistas a construir uma imagem eficaz. Idéias-valores de "desenvolvimento" e "mudança" orientavam os discursos de todos que se propunham prefeitos de São Gonçalo, embora houvesse variações e particularidades. Era a partir destas noções que se tornava possível falar de uma reativação do sistema de saúde, do aquecimento da economia local, da criação de novos empregos, da melhora da educação e da resolução dos problemas de segurança. Não obstante, o candidato não poderia se ater apenas àquilo que usualmente confinaríamos à esfera política - deve fazer uso de elementos relevantes para toda a vida social do meio em que se encontra. Destaco aqui a *família* e a *religião*.

Desde as observações do seminal "Os Comícios e a Política de Facções" (PALMEIRA & HEREDIA, 1994), muitas mudanças ocorreram na política brasileira - institucionais ou não. Se o palanque era caracterizado pela presença de "artistas, autoridades e convidados" (Ibidem, p.44), ao lado dos candidatos, a proibição dos showmícios inviabilizou a presença dos primeiros no palco. A ausência destes, responsáveis não só por angariar público, como também por intermediar e reforçar a comunicação entre os "de cima" e os "de baixo"¹², quebrando a formalidade da ocasião e revelando uma adesão que é externa à "política" (à qual pertence a maior parte dos que sobem no palanque), pesa sobre os demais realizadores do comício - em especial os apresentadores - que são incumbidos também de animar o público e mantê-los atentos o máximo possível.

Nos comícios de São Gonçalo, os familiares desempenham uma função análoga ao que os artistas uma vez realizaram¹³: representam um vínculo que é externo à "política" e caracterizam seu candidato como um "bom pai", "bom filho", "bom marido", enfim, "boa pessoa", condição *sine qua non* para se ser um "bom político". Este discurso, que transcende a "política", é apelativo aos presentes, que comparecem também em família. Os "de cima" reproduzem aquilo que os "de baixo" apresentam, estabelecendo uma identificação mútua e retroalimentada, revelando-nos o modelo familiar tradicional, valorizado pela comunidade local: a figura paterna em destaque, em um casamento bem sucedido, com filhos alegres e saudáveis. A união familiar é de extrema importância, assim como a demonstração de *felicidade* - posto que, neste contexto, uma família desunida certamente não pode ser feliz. O político deve se mostrar como um "homem de família" e

receber o reconhecimento e o carinho dos seus. O pai de família deve ser tanto bondoso quanto forte, severo quando necessário, e capaz de sustentar sua casa. Dito Cunha teve que lidar com estas questões: seus vinte e nove anos não contribuíam para uma imagem do estereótipo do chefe familiar tradicional; além disso, um de seus adversários o criticou por sua suposta falta de emprego (apesar do candidato, na ocasião, ser vereador na Câmara Municipal), colocando em risco suas capacidades como provedor familiar. Em seu discurso no comício, rebateu as críticas e reforçou suas qualidades como marido e filho, por meio principalmente da presença de seu pai (já bem idoso e demonstrando dificuldades para falar, o que contribuiu para a vibração de quem assistia ao comício) e esposa, que testemunharam a seu favor. Por contraste, Terezinha Allerand, a única mulher a concorrer à Prefeitura, mostrou-se amável e acolhedora, mandando beijos ao público, fazendo como se o abraçasse e colocando as mãos no coração - alimentando uma imagem materna. Seu filho, Alamiro *do Elói*, subiu ao palanque com os braços levantados, punhos fechados, em uma postura vencedora, revelando garra e gana. A caracterização de "bom político" passa antes pelo credenciamento como "boa pessoa", e tal obedece às disposições previamente estabelecidas nas estruturas familiares.

Também a religiosidade regional vem à tona aqui: os comícios de São Gonçalo sempre eram encerrados com uma oração - geralmente o "Pai-Nosso" - e, após a reza, poder-se-ia tocar nos auto-falantes músicas religiosas (nas quais Jesus Cristo era constantemente mencionado), como foi o caso do comício de Dito Cunha. Mesmo que fosse manifesto o respeito às demais religiões (no momento da oração final pedia-se para rezar o "Pai-Nosso" ou outra oração que a pessoa preferisse) e não houvesse nenhuma presença eclesial nos comícios, agradecimentos a Cristo eram sempre feitos por quem estivesse com a palavra, bem como a santos específicos, com menor freqüência.¹⁴ Não obstante, se os comícios constituem também tentativas de dar novo valor a um espaço, colocando-o como co-extensivo a determinado grupo político, como já apontaram Palmeira & Heredia (Ibidem, p. 36) e Kuschnir (2002), todos os comícios em São Gonçalo aconteceram em praças - e todas as praças possuem, a seu lado, uma Igreja Católica. Nesta via de mão dupla, se tanto os candidatos buscam mostrar como aquele lugar os pertence, é inevitável que eles também sejam absorvidos pelos significados locais que os antecede - e, assim, o catolicismo torna-se marcante para a identidade do comício e dos candidatos. Assim como um mau pai de família dificilmente poderia ser uma boa pessoa na avaliação pública, um mau católico passaria pelos mesmos problemas.

A eficácia da comunicação do político e de sua caracterização como "bom político" ou "boa pessoa" depende de como o mesmo interage com as instituições acima citadas (família e religião) e as categorias relevantes para os eleitores (como a

¹² A distinção entre os "de cima" e os "de baixo" aparece em Palmeira & Heredia (1994), referindo-se respectivamente, àqueles que sobem no palanque e os que não o fazem.

¹³ Baseio-me aqui na descrição de Palmeira & Heredia (Idem) a respeito do papel desempenhado pelos artistas.

¹⁴ Dito Cunha agradeceu a São Pedro por não ter chovido em seu comício, conforme era a previsão meteorológica para a ocasião.

"mudança" e o "progresso"). A identidade do candidato não é algo fixo e constantemente é colocada em xeque – tanto pelo risco do mesmo não se eleger como pelas diferentes visões que são lançadas a ele, como a de seus opositores e seus correligionários. Kuschnir (2000; 2002) aborda com maior vigor a relação entre as práticas dos políticos em momentos eleitorais e a construção de sua identidade; com sua ocupação ameaçada – no caso dos que buscam a reeleição –, e sempre preocupado com sua imagem – na condição de uma "figura pública" em um momento crítico que decidirá seu futuro –, o candidato adota diferentes estratégias tendo em vista a criação de uma identidade mais próxima com o povo, que englobam desde manifestações de comprometimento com os moradores a rituais de comensalidade.

Conforme dito, ao entendermos os rituais eleitorais à luz da noção de "fato social total", ou seja, acontecimentos que mobilizam representações sobre toda sorte de instituições e idéias potentes na vida daqueles que deles participam, fica claro que está em jogo não apenas a fabricação da imagem do político enquanto político, mas enquanto uma pessoa séria, cristã, honesta, de boa família, trabalhadora.¹⁵

Os Comícios: estruturas e disposições

Também chama a atenção a estrutura comum a todos os comícios realizados na semana anterior às eleições – e, ao que tudo leva a crer, aos demais comícios que não pude comparecer. Existe uma ordem nos acontecimentos: inicia-se com o mestre de cerimônias e os *jingles*, em um momento "pré-comicial", isto é, em que se está esperando a chegada de todos os vereadores, o aumento do público, ou qualquer ajuste final; entram em cena os candidatos às vereanças, que discursam brevemente (em alguns casos alguns candidatos tiveram seus microfones emudecidos por se demorarem em suas falas) e passam ao fundo do palco, onde assistem imóveis até o fim; dão lugar então aos deputados, que falam com maior liberdade, podendo se movimentar pelo palco e não se atendo a limites de tempo. Além disso, e ao contrário dos candidatos a vereador, não pedem votos para si, mas para o candidato a prefeito, exaltando suas qualidades e ressaltando o bom relacionamento que possuem. Após os deputados é a vez da família dos candidatos (a prefeito e a vice) aparecer – cada um dos membros da família recebe a palavra e diz coisas positivas sobre o caráter dos candidatos, também gozando de uma flexibilidade de tempo e espaço. O auge do comício é a entrada em cena daqueles que visam a Prefeitura Municipal, que agradecem a presença do público, fazem promessas (muitas vezes dizendo que não vão prometer nada) e criticam a situação atual, oferecendo soluções – os candidatos aqui dispoem de todo o tempo e mobilidade no palco possível; por vezes dialogam com os deputados e se dirigem com frequência

à população, que responde com ovações. Ao final, temos a oração, feita em silêncio ou ao som de uma música religiosa – o candidato agradece, demonstra confiança, e, com grande foguetório e aos sons do *jingle*, o comício se encerra. Como afirmam Palmeira & Heredia (1994), "o espaço do palanque é, ele próprio, hierarquizado" (p.48) e os comícios "se desenvolvem numa seqüência temporal que vai de um início mais fraco a uma clímax no final" (p.55) – à medida em que a expressividade daqueles que se sucedem "em cima" aumenta, o caráter festivo do comício se acentua e o mesmo fica cada vez mais animado.

É importante salientar que esta estrutura não é engessada, abrindo espaço para improvisos e pequenas rupturas: Ivan da GTW esteve presente no palco durante todo o seu comício, atuando como apresentador e fazendo as vezes de anfitrião. Ivan da GTW e Ivan Brandão não contaram com deputados em seu comícios – o primeiro fazia questão de declarar que "meus deputados são esses daqui", referindo-se aos empresários que estavam no palanque e que ele dizia que traria para São Gonçalo, com suas indústrias. Brandão, por sua vez, prejudicado pelo atraso do deputado que estava em um comício em uma cidade vizinha, pediu que as pessoas esperassem. Antes de o deputado chegar (e bem depois das 22:00, horário máximo para o comício segundo a Justiça Eleitoral), a praça se esvaziou, deixando o candidato sozinho no palanque.

Está claro que quem é o responsável pelo comício e o centro das atenções é o candidato a prefeito. Os que tentam se tornar vereadores são, no mais das vezes, obscurecidos e, em virtude disso, diferenciam-se pouco uns dos outros, sua presença ali servindo mais para aumentar o prestígio do candidato a prefeito. Com o deputado ocorre justamente o oposto, uma vez que ele é visto como alguém de extrema importância para o município. O deputado lembra todas as suas realizações e captações de recursos para a cidade, dizendo que com aquele candidato as coisas vão melhorar; que, se aquele candidato for eleito, eles trabalharão juntos. O candidato muitas vezes retribui o gesto falando que o deputado é bom e que, quando chegar a hora ("daqui a dois anos"), todos deverão reconhecer seu trabalho e votar nele. A lógica da relação deputado-prefeito opera através da noção de *acesso* (KUSCHNIR, 2000), em que o prefeito, por meio do deputado, consegue atingir determinados setores do poder público que antes ele não atingiria, possibilitando facilidades e benefícios para o município. A contrapartida do *acesso* é tanto o *prestígio* das partes, quando se manifestam cooperativamente (o deputado apóia a campanha do prefeito que diz que vai trabalhar com o deputado, um conferindo prestígio ao outro), como o *compromisso* que um lado assume em relação ao outro (no caso, o político deve se mostrar capaz de corresponder à altura da confiança que o eleitor deposita nele, podendo retribuir o voto).¹⁶

O comício funciona como um jogo de cena, um espetáculo preparado para a ocasião, em que boa

15 Chamo a atenção para a construção da legitimidade do político, algo que acompanha a construção de sua pessoa - o candidato querido pelo povo, que se mostra comprometido em trabalhar em prol do "bem comum", destaca-se e se mostra como um representante legítimo, que poderia / deveria ser eleito. A legitimidade aqui está ligada ao comportamento e perfil que se espera de quem vai ocupar aquele cargo. SILVA (s/d) oferece interessantes exemplos da construção da legitimidade em outro contexto bem diferente, o Timor-Leste. Em um país recém-independente e com um recente passado de guerras e guerrilhas, as dimensões do sofrimento, da luta pela independência e da dignidade credenciam ou desautorizam os candidatos a serem eleitos, conforme eles consigam articular estes elementos em suas campanhas.

16 As noções de prestígio e compromisso são mais bem desenvolvidas em Goldman (2006), "Capítulo 4 - 2000: Eleições", em que o autor as apresenta nos discursos nativos e demonstra como as mesmas se atualizam no contexto de Ilhéus. Parece-me que estas categorias, bem como a de acesso, perpassam a representação popular da experiência política e seu entendimento é fundamental tanto para o político quanto para o pesquisador.

parte das pessoas que vão ao palanque sabe o protocolo que deve seguir. É a partir de regras bem definidas e do domínio da situação (onde está a capacidade de improvisar) que o político articula seu discurso e comportamento. Aproximar o comício de um teatro, no entanto, não significa que o que ocorre nele seja um falseamento da realidade – a eficácia do ritual depende justamente de sua capacidade de tocar em pontos relevantes e enraizados na vida das pessoas a quem o político fala. Ele “representa”, no sentido forte do termo, tornando presente e trazendo à tona questões e valores importantes para aquela coletividade (voltamos aqui ao *fato social total*). À medida que o político *faz* algo, performa, ele *comunica* e *diz* algo aos presentes. De maneira similar – e resgatando a proposição de Austin (1962) –, ao *dizer*, ele também está *agindo*, de modo que a fronteira entre aquilo que é *dito* e o que é *feito* se torna tênue: o candidato é praticamente empossado como prefeito durante os seus comícios, onde não se aventa a possibilidade dele não ser eleito. Dizer que “vamos ganhar com a ajuda de vocês” é, naquele momento e contexto, uma vitória – a capacidade de tornar a fala vitoriosa, de transformar a proposta de mudança em uma mudança simbólica atualizada (mas nem por isso menos real), de dar emprego, no e com o discurso, a toda aquela população, nisso consiste a eficácia da performance do comício.

De acordo com Peirano,

“os rituais partilham alguns traços formais e padronizados, mas estes são variáveis, fundados em constructos ideológicos particulares. Assim, o vínculo entre forma e conteúdo torna-se essencial à eficácia e as considerações culturais integram-se, implicadas, na forma que o ritual assume.

A ação ritual assim compreendida consiste em uma manipulação de um objeto-símbolo com o propósito de uma transferência imperativa de suas propriedades para o recipiente. O ritual não pode ser considerado falso ou errado em um sentido causal, mas, sim, impróprio, inválido ou imperfeito. Da mesma maneira, a semântica do ritual não pode ser julgada em termos da dicotomia falso / verdadeiro, mas pelos objetivos de “persuasão”, “conceptualização”, “expansão de significado”, assim como os critérios de adequação devem ser relacionados à “validade”, “pertinência”, “legitimidade” e “felicidade” do rito realizado.” (PEIRANO, 2002, p.27).

Por meio de um extenso aparato simbólico virtual, atualizado através da performance do ritual, o candidato constrói sua pessoa e por meio dela se comunica. Buscamos demonstrar sucintamente como certos valores são articulados (“mudança” e “progresso”) e alguns mecanismos aproximam o eleitor do candidato (como a noção de *compromisso* que eles mutuamente manifestam)

e lhes dão *prestígio*. O prefeito eleito em São Gonçalo do Sapucaí, Dito Cunha, teve 42% dos votos válidos e o maior comício daquela semana: parecia prenunciado a ganhar e, na sexta-feira (dia seguinte ao seu comício), a cidade inteira comentava a respeito – longe de fazermos uma relação direta entre o “tamanho do comício” e a quantidade de votos recebida pelo candidato, esta explicação era uma das várias oferecidas pelos são-gonçalenses. Desnecessário dizer que toda uma sorte de variáveis contribui para o desempenho eleitoral, conforme apontam Márcio Goldman e Ronaldo Sant’anna (1996), e que escolher apenas uma delas como responsável pelo resultado é incorrer em um determinismo e em uma relação causal, certamente desconsiderando boa parte dos dados apreendidos em São Gonçalo do Sapucaí. Mas o comício apresenta particularidades:

“No comício é como se estivesse reunida toda a sociedade e não apenas uma parte dela e, ao contrário do cotidiano das áreas estudadas, em que as relações sociais são basicamente individualizadas, qualquer que seja o código utilizado (parentesco, compadrio, amizade, proteção), nos comícios, elas são categorias. De um lado, ‘os do palanque’, de outro, ‘os de baixo’.” (PALMEIRA & HEREDIA, 1994, p.85).

“O que há de específico no comício é a objetificação transformada dessas categorias de pensamento que hierarquizam a sociedade em categorias sociais, por assim dizer, palpáveis — o palanque ou os políticos por oposição aos de baixo ou o povo — co-extensivas a uma suspensão das relações individualizadas que fazem o dia-a-dia. (...) O palanque instaura uma distância divisória entre os que sobem no palanque — ou, mais precisamente, entre os que ‘formam’ um palanque ou têm a possibilidade de fazê-lo — e os de baixo, os excluídos do palanque.” (Idem)

A importância do comício reside justamente no fato de que, sendo uma “dramatização de uma situação fundadora, em que os de cima e os de baixo da hierarquia social se encontram para definir modalidades de relacionamento” (Ibidem, p.89), ele oferece os padrões de conduta entre as partes e uma circunstância privilegiada para a manifestação pública da força de um grupo. Sua ligação com a *noção de pessoa*, então, é patente – conforme demonstrou Chaves (1996), situações festivas são espaços distintos para a dramatização e atualização da categoria *pessoa* que, “tomada em sua dimensão política, é aquele eixo ideológico que conforma o sistema como uma totalidade coerente” (p.131). Tanto o tamanho do comício quanto o desempenho dos candidatos nele são avaliados pelos eleitores no processo de decisão do voto. Um comício pequeno é expressão de fraqueza; um

mau pai de família não está autorizado a governar. Não obstante, o estudo da política no interior de Minas Gerais nos revela que a *pessoa da política*, a que está autorizada a subir no palanque e ser "de cima", diferencia-se posicionalmente dos que estão "em baixo", na mesma medida em que, quase paradoxalmente, busca se aproximar simbolicamen-

te, tentando se mostrar uma "pessoa do povo" ou um "bom cristão". Independente das escolhas, há uma unanimidade em São Gonçalo do Sapucaí: o *bom político*, eleito, desaparece – conforme apontou Mauss, a categoria *pessoa* é sensível, delicada e contingente (2003b, p. 389) – delicada demais, ao que parece, para suportar uma eleição.

Submetido em Março de 2009
Aprovado em Junho de 2009

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AUSTIN, John Langshaw. (1962). *How to Do Things With Words*. Cambridge: Harvard University Press.
- CHAVES, Christiane Alencar. (1996). Eleições em Burity: a pessoa política. In: PALMEIRA, Moacir & GOLDMAN, Marcio (orgs.). *Antropologia, Voto e Representação Política*: 127-164. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. (1996 [1980]). 1933 - Micropolítica e Segmentaridade. In: *Mil Platôs*, vol. 3: 83-115. Rio de Janeiro: Editora 34.
- GOLDMAN, Marcio. (2006). *Como Funciona a Democracia — Uma Teoria Etnográfica da Política*. Rio de Janeiro: Sete Letras.
- GOLDMAN, Marcio & LIMA, Tânia Stolze. (1998). Como se Faz um Grande Divisor? Etnologia das sociedades indígenas e antropologia das sociedades complexas. In: *Sexta-Feira*, n. 3: 38-45. Rio de Janeiro: Editora 34.
- GOLDMAN, Marcio & SANT'ANNA, Ronaldo dos Santos. (1996). Elementos para uma análise antropológica do voto. In: PALMEIRA, Moacir & GOLDMAN, Marcio (orgs.). *Antropologia, Voto e Representação Política*: 13-40. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- KUSCHNIR, Karina. (2000). *O Cotidiano da Política*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (2002). Rituais de Comensalidade na Política. In: BARREIRA, Irllys, HEREDIA, Beatriz & TEIXEIRA, Carla Costa. *Como se Fazem Eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- LATOUR, Bruno. (1994). *Jamais Fomos Modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- LEAL, Victor Nunes. (1949). *Coronelismo, Enxada e Voto - O Município e o Regime Representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa Ômega.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. (2008 [1958]). Lugar da Antropologia nas Ciências Sociais e Problemas Levantados por seu Ensino. In: *Antropologia Estrutural*: 367-405. São Paulo: Cosac & Naify.
- MALINOWSKI, Bronislaw. (1976 [1922]). *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Editora Abril, Coleção Os Pensadores.
- MAUSS, Marcel. (2003a [1925]). Ensaio Sobre a Dádiva. In: *Sociologia e Antropologia*: 183-314. São Paulo: Cosac & Naify.
- _____. (2003b [1938]). Uma Categoria do Espírito Humano: a noção de pessoa, a de "eu". In: *Sociologia e Antropologia*: 367-398. São Paulo: Cosac & Naify.
- MERTON, Robert K. (1996 [1948]). The Self-Fulfilling Prophecy. In: *On Social Structure and Science*: 183-201. Chicago: University of Chicago Press.
- PEIRANO, Mariza. (1997). Antropologia Política, Ciência Política e Antropologia da Política. In: *Três Ensaios Breves*: 15-26. Brasília: Série Antropologia.
- _____. (2002). A Análise Antropológica de Rituais. In: _____. (org.). *O Dito e o Feito: ensaios de antropologia dos rituais*: 17-40. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- PALMEIRA, Moacir. (1996). Política, Facções e Voto. In: PALMEIRA, Moacir & GOLDMAN, Marcio (orgs.). *Antropologia, Voto e Representação Política*: 41-56. Rio de Janeiro: Contracapa.
- PALMEIRA, Moacir & HEREDIA, Beatriz. (1994). Os Comícios e a Política de Facções. *Anuário Antropológico*. Brasília: UnB.
- _____. (2006). O Voto como Adesão. In: *Teoria e Cultura*, v.1, n.1: 35-58. Juiz de Fora: UFJF.
- SILVA, Kelly Christiane da. (s/d). *Sofrimento, Dignidade e Reconhecimento. Fontes de legitimidade política no Timor-Leste independente*.

Agradeço ao meu orientador Professor Daniel Schroeter Simião, pelo diálogo permanente, e a Cláudia Marques Auharek, cuja presença está nas entrelinhas deste trabalho. Manifesto também minha gratidão com os são-gonçalenses e meus parentes que me auxiliaram no estudo empreendido – este trabalho é dedicado a eles.

Pedestres e espaço público: uma questão social no meio urbano contemporâneo - o caso de Porto Alegre

Clara Natalia
Steigleder
Walter

Mestranda em So-
ciologia da UFRS.

Palavras-chave:
Cidade; Espaço
Público; Pedestres;
Desigualdade.

Key Words:
City; Public Space;
Pedestrian; Ine-
quality

RESUMO: Este artigo analisa a interação das pessoas no espaço público de circulação da cidade e as representações sociais que orientam suas condutas. O modelo de transporte prioritário no Brasil é o automóvel e o ambiente construído para atender este tipo de deslocamento produz uma relação de desigualdade na ocupação dos espaços, excluindo a maioria da população pedestre de uma mobilidade segura. A partir da pesquisa realizada em Porto Alegre pode-se inferir que as representações sociais dos pedestres sobre o trânsito são influenciadas pelo simbolismo do automóvel, ocorrendo a reafirmação em suas representações da dimensão da desigualdade social no uso do espaço público. A construção da mobilidade segura, relevante para o desenvolvimento das cidades, requer mudanças na percepção dos atores que usufruem de forma diferenciada e desigual do espaço público.

ABSTRACT: This assignment analyses the interaction that is established between citizens and public space and the social representation of each citizen in the same public space. The private vehicle is the most usual transport's option in Brazil. In consequence, there is an unequal relation in the space occupation, where pedestrians are excluded of safe mobility. Before the research applied in Porto Alegre city, it can say pedestrian's social representations about city's traffic are strongly influenced by vehicle symbolism. Therefore, the social inequality in the public space is reaffirmed on the social representations of these social actors. In fact, the safe mobility discussion, which is essential for city's sustainability, which requires the perception change of each actor that utilize the public space in an unequal and differentiated way.

Introdução

O tema da mobilidade urbana desperta, hoje, a atenção de profissionais e estudiosos de diferentes áreas na busca de soluções e alternativas para os problemas relacionados à circulação nas cidades. O aumento do número de veículos no espaço urbano, a necessidade de adequar a estrutura viária, a poluição causada pela emissão dos gases provocada pela queima de combustível, os mecanismos de fiscalização e a legislação específica são algumas das discussões mais prementes. Outra dimensão que ocupa a centralidade quando se pensa em mobilidade é a redução do alto número de mortes e acidentes. As discussões propostas buscam a construção de uma circulação mais adequada às necessidades das populações urbanas, com redução dos custos sociais e dos danos ambientais. Um dos maiores desafios, contudo, é possibilitar a segurança das pessoas no que tange ao seu deslocamento no espaço físico das cidades, já que o número de mortos e feridos em acidentes de trânsito encontra-se entre os problemas mais preocupantes de todos, pois é quando a pessoa, o cidadão, surge como a vítima ou agente do sistema.

Este trabalho partiu da premissa de que as Ciências Sociais devem ser desafiadas a contribuir para ampliar a compreensão de como acontecem

as relações sociais no trânsito e os conflitos decorrentes destas relações, e também as escolhas, aparentemente individuais, sobre o modo como as pessoas vão se deslocar e as consequências provenientes destas escolhas. Ampliar esta compreensão possibilitará a elaboração e execução de políticas públicas, principalmente na área da educação para o trânsito, que devolvam ao cidadão o direito de exercer sua condição primeira de deslocamento: a condição de pedestre e, também, valorizar o transporte público como aquele que sustenta este direito e possibilita a construção de uma mobilidade sustentável.

O trânsito se tornou, no Brasil, um dos principais problemas a partir do século XX, quando o crescimento das cidades passou a afetar a vida de milhares de pessoas que vivem no meio urbano. O aumento do número de deslocamentos, congestionamentos, barulho, acidentes e a poluição passam a afetar sensivelmente a qualidade de vida dos habitantes das cidades. A rápida urbanização do país, acentuada a partir da segunda metade do século passado, gerou aglomerados urbanos que concentraram atividades relacionadas ao trabalho, à educação, à cultura e ao lazer, alterando o traçado viário e demandando sistemas de transporte mais eficientes.

Nem sempre o planejamento urbano acompanhou esse crescimento. Atualmente, cresce em

torno de 20% o número de veículos que passam a circular anualmente nos grandes centros urbanos. Dados do Ministério das Cidades apontam para uma frota de aproximadamente 36 milhões, sendo que 70% está concentrada nas regiões sul e sudeste (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004, p. 14). A produção de automóveis corresponde a 80% da produção da indústria automobilística, a maior parte para o mercado interno. Esse estímulo à cultura do automóvel tem origem no modelo de desenvolvimento adotado a partir da década de 1960, no Governo Juscelino Kubitschek. A partir daí as cidades tornaram-se, de acordo com Vasconcellos (1998, p. 20) "cada vez mais o habitat do veículo e o anti-habitat do homem".

Espaço público Urbano e circulação desigual

Planejar o meio urbano, e quando se pensa em trânsito, o espaço público de circulação, de modo a equacionar acessibilidade, fluidez e segurança viária, tem sido tarefa difícil para os gestores públicos, uma vez que a velocidade dos diferentes elementos constituintes de uma cidade aumentou significativamente no século anterior. Na cidade contemporânea,

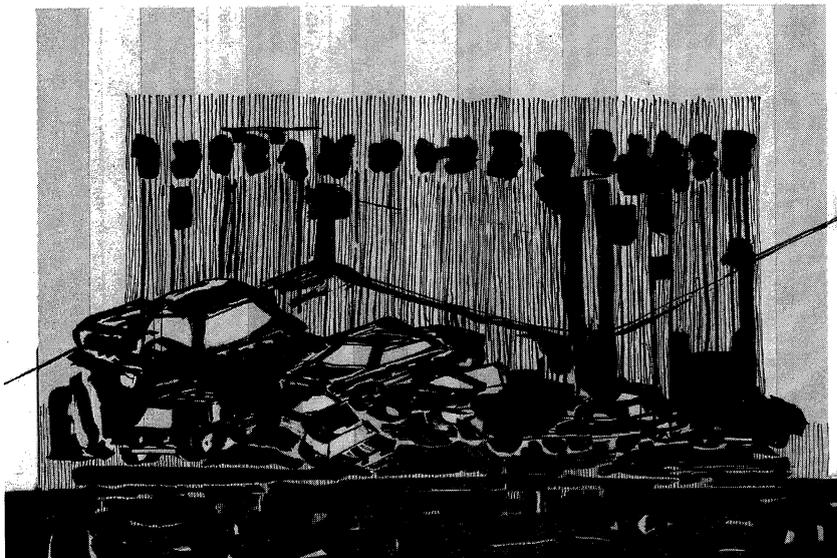
"não há mais muralhas, ao contrário da cidade antiga, a metrópole contemporânea se estende ao infinito, não circunscreve nada senão sua potência devoradora de expansão e circulação. Ao contrário da cidade antiga, fechada e vigiada para defender-se de inimigos internos e externos, a cidade contemporânea se caracteriza pela velocidade da circulação. São fluxos de mercadorias, pessoas e capital em ritmo cada vez mais acelerado, rompendo barreiras, subjogando territórios" (ROLNIK, s.d., p. 10).

Para compreender como está constituído o espaço urbano contemporâneo ganham relevân-

cia os conceitos de espaço público e racionalidade da ação desenvolvidos por Habermas. O espaço de circulação é em parte, um espaço estratégica e tecnicamente planejado, no qual o indivíduo está submetido a determinadas regras que orientam suas práticas, mas que também pode ser o espaço dos encontros espontâneos e do desenvolvimento de uma razão voltado para o entendimento com o outro, que reforce e ou questione as regras pré-estabelecidas. Relacionar estas duas dimensões possibilita pensar dialeticamente ação e estrutura, mundo da vida e mundo sistêmico, uma vez que as práticas sociais que poderiam ser espontâneas ocorrem num espaço que é anteriormente planejado e ordenado para ser um espaço público.

Para Habermas, o espaço público é o espaço por excelência do agir comunicativo, "o domínio historicamente constituído da controvérsia democrática e do uso livre e público da razão" (SERPA, 2007, p. 16). O espaço pelo qual as pessoas circulam é regido por um sistema de leis e normas e passa a ser a expressão das práticas individuais dentro de um universo forçosamente plural, que vai depender para efetivamente ser público da permanente afirmação do contrato social que o funda (GOMES, 2001, p. 166). Assim, compreender o que é o espaço público urbano passa por "relacionar as dimensões políticas e sociais de uma esfera pública urbana é os aspectos formais e estruturais dos espaços públicos 'concretos'" (SERPA, 2007, p. 15).

Uma vez que os dados de acidentes de trânsito mostram um tensionamento crescente no uso do espaço de circulação urbano, é possível pensar que existem fronteiras visíveis e invisíveis construídas tacitamente pela interação entre os indivíduos e pela forma como o espaço público está organizado que impedem o entendimento através do uso da razão. Esta seria uma das dimensões do fazer cotidiano das pessoas que passam a viver num "ambiente construído" despojado de forma estética. O processo de mercantilização do espaço confunde o meio físico com o sistema produtivo capitalista e as ações dos indivíduos passam a



estar direcionadas para fins instrumentais (GIDDENS, 1984). Desta forma, dimensões do mundo sistêmico, como as da esfera do trabalho e dos negócios penetram em aspectos da vida privada dos indivíduos e estes acabam encontrando-se artificialmente no espaço público, “a comunicação – pública - perde em coerência e dissolve-se em estereótipos para o consumo individual” (PRADO JR. *apud* SERPA, p. 17). Para Habermas, os diferentes modos de racionalidade estão incorporados concretamente na vida social e cultural, levando muitas vezes a uma assimilação da razão instrumental como a única forma de racionalidade possível (BOUFLEUER, 2001, p. 14).

É possível pensar que nas relações de ocupação do espaço público de circulação, está presente uma racionalidade ligada ao mundo da técnica e do mercado, que faz com as pessoas orientem suas práticas a partir da predominância que o automóvel possui na sociedade. Uma minoria utiliza carro no Brasil, em torno de 20%, mas a ocupação do espaço público é de em torno de 70%. Esta ocupação não é apenas física, mas simbólica, e está relacionada com a força que o automóvel possui no imaginário social. Uma das dimensões a ser analisada para pensar a constituição dessas fronteiras é o processo de mercantilização das cidades e a massificação do automóvel, que estabeleceram um tipo de organização societária que primou pelo esvaziamento do conteúdo humano. Para Lefebvre, a partir do desenvolvimento do capitalismo ocorreu a predominância da “prosa do mundo”, dada pela primazia do poder econômico, do instrumental e do técnico, envolvendo tudo e todos (GIDDENS, 1984). Esta “prosa do mundo” influencia, inclusive,

“A força do automóvel [que] é tão grande que ele consegue tomar o lugar das pessoas nas mentes delas próprias. [...] Se você parar com um amigo junto a um cruzamento do qual um veículo se aproxima e perguntar-lhe o que vem vindo lá na frente, ele responderá: “um automóvel”. No entanto, o que vem vindo não é um automóvel, é uma pessoa, um ser humano “vestido” de automóvel” (VASCONCELLOS, 1998, p. 20).

A simbologia que reveste o automóvel, aliada ao processo de mercantilização das cidades e da expansão da sociedade de consumo, produziu no imaginário dos indivíduos a idéia de que este meio de transporte é o “tipo ideal”, substituindo de certa forma o conceito de circulação – que pode ser realizada de vários modos, como o andar a pé, de bicicleta, de ônibus etc – pelo deslocamento de automóvel. A representação simbólica do automóvel constitui-se no imaginário das pessoas, no início do século XX, sob a égide da modernidade. Essa transformação do Brasil num país moderno significou a valorização e a primazia deste modo de transporte, como um processo civilizatório pelo qual passava o mundo, e que foi acompanhado de

uma transformação no planejamento e na organização do espaço urbano (SÁVIO, 2002, p. 19). O simbolismo que acompanha o automóvel e que possibilita a sua reprodução, passa a determinar um estilo de vida social no qual os símbolos da modernidade passam a substituir o espaço que antes era das relações espontâneas.

O espaço público torna-se cada vez mais um espaço de passagem para as classes médias e altas, tanto pela prioridade dada à mobilidade por automóvel, como pela própria deterioração dos equipamentos urbanos que poderiam contribuir para seduzir as pessoas ao seu uso. Para as classes de baixa renda, é o espaço de ganhar o pão de todo dia, deslocando-se a pé ou de transporte público, abrindo mão de seu justo tempo de descanso em horas destinadas ao seu deslocamento casa-trabalho-casa. Desta forma, o espaço de circulação tem se tornado cada vez mais hostil para o pedestre (DUHAU, 2001, p. 59), segregando a maioria e constituindo-se como um espaço cada vez menos público, uma vez que está predominantemente colonizado pela razão instrumental decorrente do poder da máquina.

Boufleuer vai dizer que houve um desenvolvimento desigual entre a idéia de emancipação do homem a partir do domínio da natureza e o desenvolvimento da técnica, uma vez que “os homens obtiveram um grande domínio tecnológico sobre a natureza, mas não souberam encaminhar devidamente os problemas da convivência, da ética e da justiça social; a razão técnico-instrumental floresceu e subjugou a razão prática” (2001, p. 13). Para Habermas, a razão instrumental atua no controle e na manipulação dos processos que envolvem questões materiais do mundo da vida. “Os indivíduos socializados, ao intervirem no mundo para garantirem sua sobrevivência material, estabelecem entre si conexões funcionais que se regem por mecanismos sistêmicos”. Dessa forma, a sociedade estaria formada por dois tipos de integração: uma social mediada por um consenso normativo e uma sistêmica, baseada em conexões funcionais (BOUFLEUER, 2001, p. 15-16). Entretanto, Habermas chama a atenção para as mudanças que vem ocorrendo no mundo social contemporâneo e que estariam produzindo o que ele chama de “patologias”, derivadas da colonização do mundo vivido pelo mundo sistêmico. Os dois mundos estão sempre interpenetrando-se, mas quando “a ação instrumental vai invadindo os espaços do mundo vivido, desalojando e expulsando a ação comunicativa do seu habitat natural”, compromete a comunicação e a interação voltada para o entendimento (FREITAG, p. 239). A “experiência” cotidiana do mundo da vida deixa de ser espontânea e a técnica passa a dominar as relações sociais.

“El perfeccionamiento de las técnicas de comunicación y tránsito tiene una importancia muy distinta para el cambio a largo plazo del horizonte de nuestra experiencia cotidiana. Los viajeros que emplearon, en 1830, los primeros ferrocarriles habían

narrado ya sus nuevas percepciones del espacio y el tiempo. En el siglo XX, el automóvil y la aviación civil aceleraron todavía más el tráfico de personas y el transporte de bienes de consumo y redujeron también –de modo subjetivo– las distancias” (HABERMAS, 1998, p.5)

A racionalidade presente numa ação está relacionada à capacidade dos indivíduos de agir sobre a natureza e de interagir simbolicamente. Para Habermas, numa perspectiva crítica, enfrentar as patologias sociais significa contemplar como parâmetro desse enfrentamento a razão comunicativa. É somente a partir dela e da construção de espaços nos quais ela possa acontecer que poderá ser freada a colonização do mundo da vida pela razão instrumental. “A ordem do dia consiste em preservar e ampliar os espaços nos quais a razão comunicativa pode ser cultivada, delimitando-se claramente os espaços da razão instrumental” (FREITAG *apud* BOUFLEUER, 2001, p. 17)

Pensando nos discursos práticos que acontecem no uso do espaço de circulação, qual a importância que adquire a aplicação dos princípios U e D, desenvolvidos por Habermas, como forma de frear a colonização deste espaço pela razão instrumental? O princípio U implica em que “uma norma questionada pelos participantes de um discurso prático somente pode obter a aceitação de todos quando as conseqüências e os efeitos colaterais produzidos pela observância geral da norma são aceitos sem coação por cada um dos participantes”. Pelo princípio D “somente poderão aspirar à validade as normas que obtiveram (ou poderão obter) a aceitação de todos os atingidos, compreendidos como participantes de um discurso prático”. (HABERMAS *apud* FREITAG, p. 246).

Considerando estes dois princípios, é possível pensar que no uso do espaço público de circulação a condição de deslocamento universalizante seria a de pedestre, uma vez que é a condição primeira de deslocamento e é a partir dela que se dá a possibilidade de uma interação maior entre os indivíduos e destes com o espaço. Interações também acontecem quando as pessoas utilizam meios de transporte, principalmente os coletivos. É no uso do transporte individual que ficam mais restringidas as possibilidades de interações entre os indivíduos e destes com os espaços pelos quais se deslocam.

Construir um consenso sobre a aplicação destes princípios no trânsito implicaria, portanto, em colocar em prática o conceito de mobilidade urbana que tem como um de seus pilares o acesso universal à cidade. Também em delimitar a ocupação do espaço urbano pela razão instrumental, promovendo a ocorrência de espaços nos quais possa ser discutida, por exemplo, a implantação de empreendimentos imobiliários com a devida análise do impacto que estes terão nos deslocamentos das pessoas e nas possibilidades de interações sociais nestes locais.

Valorizar o espaço público é valorizar a possibilidade de que ocorra a ação comunicativa,

“que é mais rica, mais complexa e abrangente, porque permite que o indivíduo se situe no mundo, com o qual interage. É no interior de processos interativos, voltados para o entendimento, para a autocompreensão, para a compreensão dos outros, que se constitui o indivíduo, o sujeito consciente de si e de suas ações, responsável pelo que faz, incluindo-se os efeitos desejados e indesejados de sua ação.” (FREITAG, p.240)

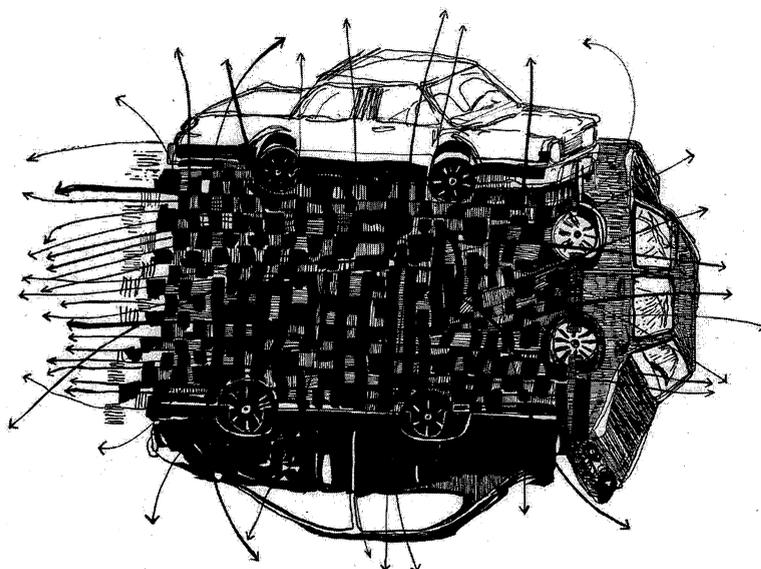
Ainda, a importância da valorização da ação comunicativa e dos processos interativos está na possibilidade de construção cada vez maior da individualização pela qual o sujeito para ser competente deve passar, uma vez que “somente atores competentes, isto é, dotados de identidade própria, senhores de um Eu autônomo, seriam capazes de entrar em situações dialógicas ideais nos processos argumentativos que saem da comunicação cotidiana para ingressar no que Habermas chama de discurso. (Idem)

Contexto Social: A mobilidade em Porto Alegre

O crescimento da cidade condiciona e é condicionado pelas possibilidades da infra-estrutura de transportes e circulação. Através dela a cidade se expande e as regiões se consolidam como vocacionadas a determinadas atividades, sejam comerciais, industriais, de serviços ou residenciais. Essa malha física permite interações específicas do indivíduo com a cidade, com os outros e consigo mesmo, pois altera as percepções do espaço social, cria e restringe novas possibilidades de construção de redes de sociabilidade e de relações. Esse complexo conjunto de possibilidades de deslocamento no espaço da cidade tem sido denominado mobilidade urbana. A mobilidade urbana congrega os equipamentos, infra-estrutura de transporte, comunicação, circulação e distribuição, tanto de objetos quanto de pessoas, que participam efetivamente das possibilidades de desenvolvimento de uma cidade (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

Em Porto Alegre, local onde foi realizada esta pesquisa, a evolução do traçado viário da cidade mostra o impacto do crescimento da população e o aumento da frota de veículos a partir da década de 1950, apontando para a necessidade de descentralizar a cidade, gerando novos pólos de serviços, consumo e atividades de trabalho, cultura e lazer. O desenvolvimento urbano provocou a criação das vias transversais, com a função de alimentar os eixos principais de acesso ao centro da cidade. Com o passar do tempo, o problema da saturação das vias acabou sendo reproduzido, também, nas áreas periféricas, principalmente pelo maior acesso ao transporte individual (EPTC, 2001).

Compreendendo a necessidade de construir alternativas para uma melhor circulação foi elaborado um novo Plano Diretor, na década de 1990, no qual questões como a qualidade de vida e respeito ao meio-ambiente foram apontadas como



prioritárias nas ações a serem planejadas e implementadas na área de transporte e mobilidade urbana pelo poder público municipal. Desta discussão resultou o 2º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – PDDUA, incluindo o Plano Setorial de Transporte Coletivo, que visava adequar o dimensionamento dos serviços, uma vez que a sua qualidade e eficiência estão relacionadas às possibilidades de acesso à cidade e respeito ao meio ambiente.

Analisando as políticas municipais de trânsito e de transporte implantadas em Porto Alegre, ao longo dos últimos anos, e a qualidade do sistema de transporte público, pode-se afirmar que houve um esforço para democratizar o acesso ao espaço público, permitindo maior acessibilidade ao serviço pela maioria da população da periferia, que utiliza o ônibus como meio de transporte principal. No entanto, isto não garantiu que o direito de andar a pé, de bicicleta ou outras formas alternativas de deslocamento pudessem ser realizadas com segurança e respeito. Com uma população de 1,4 milhão de habitantes e uma frota de aproximadamente 600 mil veículos (quase um veículo para cada dois habitantes), percebe-se que, a exemplo do que acontece em outros centros urbanos, uma parcela menor da população que utiliza o meio de transporte particular, efetivamente possui melhores condições de deslocamento, aqui com maiores investimentos públicos em infraestrutura e segurança no trânsito.

O transporte público, que inclui ônibus, táxis e lotações, registra uma frota em torno de 5 mil veículos. Desses, 2 mil são ônibus que realizam 1,2 milhão de viagens por dia. Uma revisão rápida dessa estatística nos leva a inferir que mais da metade da população é pedestre e/ou usuária de transporte público e se desloca em apenas 2 mil veículos (EPTC, 2004).

A desigualdade no uso do espaço público também fica clara quando analisamos a questão dos investimentos públicos na área da mobilidade urbana. Dados do Sistema de Informações de Transporte e Trânsito Urbanos (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2003) mostram que o custo estimado de

operação e manutenção da infra-estrutura para o transporte individual nesse ano era de 66,2 bilhões, enquanto que o de transporte público era de 14 bilhões. Assim, os mais pobres subsidiam o deslocamento dos mais ricos uma vez que esta é a opção política para as nossas cidades, pois cresce a necessidade de alargamento de vias, ocupação de áreas verdes para estacionamento, estreitamento de calçadas, obras, enfim, uma série de intervenções que têm como único objetivo sustentar a mobilidade de um modo de transporte insustentável.

Percebe-se que, na prática, o meio de transporte indica uma determinada posição hierárquica no sistema de relações sociais que permeia a circulação no espaço. Dessa forma, o pedestre representa um cidadão de "segunda classe": mesmo nos poucos metros destinados à sua travessia nas vias, agradece se um condutor lhe ceder o espaço que as convenções legais lhe garantem ser prioritário (VASCONCELLOS, 1998). Esta relação passa a ser a representação de um fenômeno típico das sociedades capitalistas modernas, onde o culto à mercadoria, e no caso, ao automóvel, está ligado aos sentimentos de conquista pessoal e a determinado estilo de vida.

Resultados preliminares

A partir de pesquisa realizada em Porto Alegre, foram construídos indicadores quantitativos que possibilitaram um conhecimento mais amplo e abrangente sobre as causas dos acidentes de trânsito, principalmente envolvendo pedestres. Ao mesmo tempo, foram coletados e analisados dados que viessem a servir de subsídio na formulação de políticas públicas nessa área.

Outra dimensão presente na pesquisa foi a de compreender melhor as orientações subjetivas dos pedestres quando interagem no trânsito. Assim, optou-se por trabalhar com o conceito de representações sociais, na perspectiva adotada pela psicologia social, por entender que ele favorece o desvendar dos mecanismos de funcionamento da elaboração social do real por parte

dos indivíduos, tornando-se fundamental no estudo das idéias e condutas sociais. A noção de representações sociais é utilizada pela psicologia social para entender a relação indivíduo e sociedade e tem como base a teoria das representações coletivas, desenvolvida por Durkheim. As condutas individuais, construídas a partir da linguagem presente no campo social, saem do plano da consciência individual e podem ser analisadas à luz das representações sociais que orientam a conduta das pessoas neste espaço construído.

O trânsito, por possuir uma linguagem própria, possibilita ao indivíduo, desde seus primeiros deslocamentos, mesmo quando acompanhado de um adulto, apropriar-se desta linguagem e construir um conhecimento que lhe permite mais tarde deslocar-se com competência no espaço público. Assim, este tipo de conhecimento faz parte de seu cotidiano e permite-lhe agir e interagir no trânsito, constituindo uma relação social mediada por um tipo específico de linguagem – semáforos, cores, placas, sinais etc. Por isso, é importante compreender as dimensões subjetivas do comportamento no espaço urbano que tem levado tantas pessoas a se envolverem nos chamados acidentes de trânsito.

A pesquisa foi realizada, inicialmente, com pedestres sem Carteira de Habilitação, pois houve a preocupação em entrevistar pessoas que não tivessem tido contato com a educação para o trânsito formal, ministrada nos Centros de Formação de Condutores. Desta forma, sua percepção estaria mais vinculada à vivência cotidiana do que ao conteúdo formal específico sobre trânsito. Para a constituição da amostra, os parâmetros considerados foram: idade, renda, grau de escolaridade, utilização de ônibus ou lotação como meio de transporte e os locais por onde circula com mais frequência. Considerando que a população desta pesquisa se constituiu de pessoas que circulam no espaço público, o que impossibilitaria uma amostragem probabilística, optou-se pela amostra não probabilística ao acaso, com a realização da coleta de dados em locais de grande fluxo de pedestres. A amostra da pesquisa foi constituída por 50% de pessoas do sexo masculino e 50% do sexo feminino. Considerando-se, ainda, que os interesses e as necessidades de inserção no trânsito variam conforme a idade, foram definidas duas faixas etárias: de 18 a 30 anos, que compôs 80% da amostra; e de 31 a 45 anos, os 20% restantes.

As perguntas realizadas buscaram verificar, primeiro, se o trânsito era visto como um problema para os entrevistados, com o objetivo de captar sua percepção acerca de uma visão mais ampla sobre o mesmo e que não estivesse diretamente relacionada aos problemas enfrentados pelos motoristas em geral, como congestionamentos, stress etc. A intenção foi verificar se, na condição de pedestres e usuários de transporte coletivo, os entrevistados apresentavam representações sobre os chamados "problemas do trânsito" diferentes das percepções dos motoristas. Isso porque se pressupôs que as questões

que envolvem o cotidiano dos seus deslocamentos como pedestres estariam relacionadas às dificuldades encontradas durante as travessias, à impaciência em aguardar o tempo do semáforo de botoeira¹, às questões relativas ao atendimento do transporte coletivo, entre outras.

Buscando apreender como os pedestres percebem a importância de cumprir as normas e regras de trânsito que dizem respeito à sua condição, foram realizadas perguntas relativas à forma de sua inserção no trânsito, solicitando que citassem uma norma qualquer de trânsito. A norma citada, na maioria das vezes, foi não ultrapassar o sinal vermelho, o que demonstra uma possível orientação dos pedestres a partir da condição de motorista.

A partir da realização destas entrevistas foi considerado importante comparar as respostas do segmento "apenas pedestre" com o segmento "pedestre/ motorista". As perguntas foram as mesmas, com exceção de que, em relação ao respeito às leis e normas, esta pergunta abarcou sua condição de motorista e de pedestre. A inclusão deste segmento objetivou comparar se as representações que os pedestres fazem do trânsito assemelham-se àquelas que orientam o motorista, principalmente nas questões relativas às causas dos acidentes, às normas de trânsito e aos fatores que fazem o trânsito constituir-se em um problema.

Quando perguntado se o trânsito se constitui como problema no seu deslocamento, os dados coletados mostram inicialmente que há diferenças entre as representações sociais do pedestre com Carteira de Habilitação, daquele pedestre que não possui a habilitação. Para a maioria dos primeiros, o trânsito constitui-se em problema (67%), enquanto que para a maioria dos segundos, não (42%). Tal diferença se justifica pelo fato de os pedestres associarem os problemas do trânsito aos congestionamentos e não às dificuldades encontradas na sua condição de deslocamento, a exemplo do tempo de travessia, poucos locais apropriados para realizá-las com segurança etc. Também em relação ao tempo de travessia das vias, 37% dos motoristas/pedestres considera insuficiente e apenas 21% dos pedestres sem habilitação considera insuficiente. Ou seja, o dado reforça a pouca relação de pertencimento que o pedestre tem ao sistema de trânsito, ao não perceber que o tempo de travessia na maioria dos locais é em média quatro vezes menor que o tempo oferecido para quem se desloca de automóvel, sendo que a espera pelo sinal verde para pedestre, muitas vezes, não é respeitada pelos mesmos.

Ao serem perguntados sobre o porquê de considerarem o trânsito como um problema ou não, verificaram-se respostas como "os motoristas são desatentos, demoram muito para avançar no sinal e atrasam o trânsito", "as ruas são mal planejadas" ou, ainda, "com exceção de alguns motoristas e lugares que tem congestionamentos em horário de pico, o trânsito é bom". As observações de pedestres com e sem Carteira de Ha-

¹ Dispositivo que é acionado pelo pedestre para solicitar o tempo de travessia, que é pré-estabelecido na programação do equipamento controlador do semáforo.

bilitação estiveram em sua maioria relacionadas às mesmas questões. Mais uma vez, percebe-se que este tipo de percepção da realidade do sistema de trânsito e da forma como está organizada a mobilidade urbana não parte de uma condição de pedestre, mas, sim, reproduz o que normalmente é tido como problemático pelos condutores.

Outro dado significativo foi apresentado nas respostas sobre as causas dos acidentes de trânsito. Os pedestres sem habilitação, em sua maioria e segundo a pesquisa, consideram a imprudência dos motoristas como a principal causa, transferindo a responsabilidade para o condutor, uma vez que as relações causais estabelecidas obedeceram a seguinte lógica: em primeiro lugar, exceder o limite de velocidade, em segundo, ultrapassar o sinal vermelho e, somente em terceiro e quarto, atravessar fora da faixa de segurança e no sinal vermelho.

Estas percepções mostram a possível naturalização dos conflitos/acidentes de trânsito, uma vez que são considerados intrínsecos ao funcionamento do mesmo. O pedestre, ao reproduzir o conflito como sendo natural – porque a máquina automóvel “pode matar e mata” – transfere a responsabilidade para o condutor, ou melhor, para a máquina, e se percebe como a grande vítima no trânsito. Ou seja, há uma invisibilidade do conflito social presente na forma como está organizado o espaço público de circulação e nas práticas cotidianas das pessoas no seu uso. Essas práticas podem estar conformando um tipo de segregação urbana móvel que estaria presente na origem dos acidentes de trânsito, principalmente nos atropelamentos.

A idéia de uma segregação urbana móvel provém da forma como o espaço da cidade é utilizado pelas pessoas nas diferentes condições estabelecidas entre o ator social e o meio urbano. Pode-se afirmar que o automóvel provocou diversas mudanças nas práticas urbanas, entre elas determinou uma ocupação diferenciada do espaço

público. Para as classes médias e altas, este espaço torna-se cada vez mais espaço de passagem e para as classes baixas de ganhar o pão de todo dia, seja deslocando-se a pé ou de transporte público, seja ocupando-o com o comércio ambulante. O poder público, por sua vez, contribui para que o espaço de circulação se torne um espaço hostil para o pedestre, uma vez que prioriza o automóvel nos investimentos públicos.

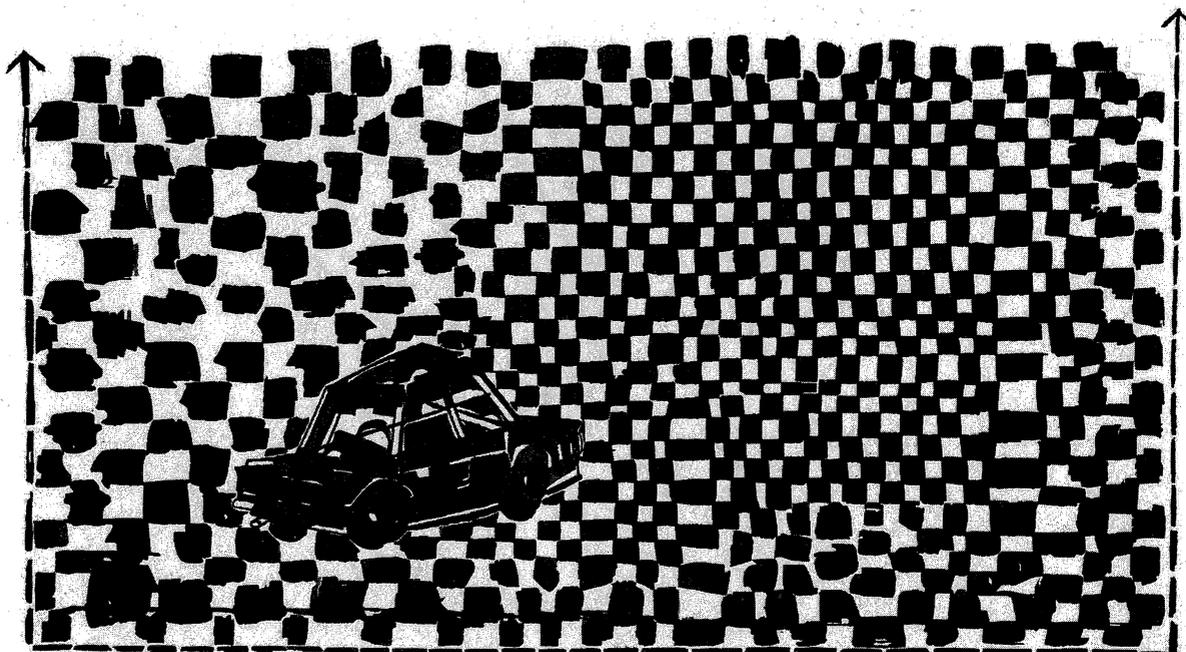
Os dados coletados na pesquisa realizada em Porto Alegre indicam que as representações sociais das pessoas sobre o que é o trânsito e sua participação nele refletem a centralidade do automóvel na ocupação do espaço urbano de circulação. O espaço público de circulação, na forma como está organizado, determinou a construção deste tipo de representação social.

“As representações são fenômenos sociais que têm de ser entendidos a partir do seu contexto de produção, isto é, a partir das funções simbólicas e ideológicas a que servem e das formas de comunicação onde circulam” (ALEXANDRE, 2004, p. 131).

Conclui-se, preliminarmente, que a desigualdade social no uso do espaço público é reafirmada nas representações sociais daqueles que interagem cotidianamente nesse espaço, inclusive dentre aqueles que são as principais vítimas dessa desigualdade.

Um desafio para as Ciências Sociais

A importância das pessoas cumprirem as leis e os reflexos do seu descumprimento tem sido preocupação de diversos autores, como Antônio Cícero, que aponta esse fator como responsável pelos altos índices de morte no país. O autor chama a atenção para a relação existente entre as infrações



de trânsito e a ocupação privada do espaço público por uma parcela da população que se acredita com mais direitos que os restantes. Para ele,

"o sentido do direito é garantir a liberdade de cada um na medida em que ela pode coexistir com a liberdade de qualquer outro segundo uma lei geral, pode dizer-se sem exagero que a sociedade que não é capaz de respeitar efetivamente suas próprias leis de trânsito não chega a ser uma sociedade de seres humanos livres" (CÍCERO, 1995, p.206).

No Brasil, o motorista julga-se com muito mais direito à circulação que os demais atores participantes do trânsito. Isto tem estreita ligação com as características autoritárias da sociedade e a falta de conscientização sobre os direitos do cidadão, que faz com que os motoristas ocupem o espaço viário com violência. Do outro lado, e complementarmente, o processo se confirma: o pedestre se submete naturalmente, aceita a prioridade imposta pelos motoristas (VASCONCELLOS, 1998).

Uma primeira perspectiva para pensar-se a questão dos acidentes de trânsito estaria relacionada à visão teórica tradicional, segundo a qual os acidentes seriam considerados anomalias de um sistema harmônico de circulação. Este estudo adota uma perspectiva de análise crítica, que parta do reconhecimento da existência de conflitos nas relações de uso do espaço público de circulação, no qual os acidentes de trânsito, ao invés de intrínsecos ao seu funcionamento, seriam decorrentes desses conflitos. Ainda, segundo Vasconcelos (op.cit.), urge pensar esta problemática a partir de uma Sociologia do Trânsito, buscando compreender as racionalidades presentes nas ações dos indivíduos quando estão no trânsito.

Considerando que as representações sociais se formam nas interações dos indivíduos com o meio, conformando um tipo de conhecimento que lhes permite agir nesse meio, o tema da educação para o trânsito ganha relevância, uma vez que implica em construir conhecimento sobre o que é o trânsito, como está organizado, como são os

espaços que o constituem e as formas de deslocamento seguro. No entanto, esta construção deve ser capaz de desafiar o cidadão a refletir sobre este tema, já que está intrinsecamente relacionado ao seu cotidiano.

Nesta perspectiva, uma educação para o trânsito crítica, capaz de problematizar a forma como está organizada a ocupação do espaço público, adquire um papel muito importante na promoção de um comportamento seguro e na escolha por um modo de deslocamento coletivo, que tenha como objetivo o desenvolvimento sustentável da cidade.

Todos formam o trânsito, conformando-o cotidianamente e sendo afetado por esse movimento, entrando em conflito ou negociando espaço, irritando-se ou comprazendo-se nessa interação. O trânsito afeta as pessoas, positiva ou negativamente, mas a reflexão sobre essa dimensão do agir humano tem se mostrado restrita e limitada. Por isso, o trânsito não pode ser visto apenas do ponto de vista da engenharia viária e de transporte, ou como um fenômeno que reflete o comportamento dos sujeitos individuais. As intervenções necessárias na área do planejamento viário, bem como na fiscalização do trânsito e na educação, necessitam estar norteadas por um olhar mais amplo sobre como as relações sociais estão se estabelecendo no uso do espaço público de circulação e qual o tipo de racionalidade que está imperando na comunicação entre os indivíduos. A forma como historicamente foi construído o espaço público das cidades, a maneira como as pessoas o ocupam, as relações que consciente e inconscientemente estabelecem, são questões relevantes que devem ser estudadas a partir de um enfoque mais amplo quando se pretende intervir nessas áreas.

Considerar as representações sociais dos pedestres sobre o trânsito pode contribuir no direcionamento dos conteúdos e das ações educativas nessa área. Primeiro, por trazer elementos e dados empíricos sobre o que pensam as pessoas quando interagem no espaço público. Segundo, porque a construção de novas racionalidades no uso deste espaço implica não apenas compreender o contexto do trânsito e como ele funciona, mas instigar a uma mudança nas representações sociais que os indivíduos constroem sobre ele.

Submetido em Março de 2009
Aprovado em Maio de 2009

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRE, Marcos. (2004), *Representação social: uma genealogia do conceito*. Revista Comum. V. 10, n.23. Rio de Janeiro: Faculdades Integradas Hélio Alonso.
- BOUFLEUER, José Pedro. (2001), *Pedagogia da Ação Comunicativa*. Ijuí: Editora Unijuí.
- BRINCO, Ricardo. (2005), *Transporte urbano e dependência do automóvel*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística - RS.
- CARDOSO, Gilmar. (2005), *Relatório Síntese de Acidentes de Trânsito em Porto Alegre: 1988 a 2004*. Porto Alegre, Empresa Pública de Transporte e Circulação.
- CÍCERO, Antônio. (1995), *O mundo desde o fim*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- DUHAU, Emílio. (2001), *Las metrópolis latinoamericanas en el siglo XXI: de la modernidad inconclusa a la crisis del espacio público*. Ano XV, n. 1, p. 41-68. Rio de Janeiro: Cadernos IPPUR.
- EPTC. (2001). *Os caminhos de Porto Alegre*. Porto Alegre: PMPA.
- FREITAG, Bárbara. (s.d) *Itinerários de Antígona*. A questão da moralidade. Papirus Editora.
- GIDDENS, Anthony. (1984), *Sociologia: uma breve porém crítica introdução*. Rio de Janeiro: Zahar.
- GOMES, Paulo César da Costa. (2002), *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- HABERMAS, Jürgen. (1998) *Nuestro breve siglo*. www.nexos.com.mx/internos/saladelectura, acessado em 25/07/2008.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. (2003), *Impactos sociais e econômicos dos acidentes de trânsito nas aglomerações urbanas brasileiras*: relatório executivo. Brasília: Ipea: ANTP.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. (2003), *Cadernos Midades: Trânsito, questão de cidadania*. Governo Federal. Brasília: Ministério das Cidades, Ipea/Denatran/ANTO.
- _____. (2004), *Cadernos Midades: Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável*. Governo Federal. Brasília: Ministério das Cidades.
- NED, Ludd. (2004), *Apocalipse Motorizado: a tirania do automóvel em um planeta poluído*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil.
- RODRIGUES, Juciara. (2000), *500 anos de trânsito no Brasil: convite a uma viagem*. Curitiba: ABDETRAN.
- ROLNIK, Raquel. (s.d.), *O que é cidade*. São Paulo: Círculo do Livro, Volume 26.
- SÁVIO, Marco A. C. (2002), *A modernidade sobre rodas: tecnologia automotiva, cultura e sociedade*. São Paulo: EDUC.
- SERPA, Ângelo. (2007), *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto.
- VASCONCELLOS, Eduardo. (1998), *O que é trânsito*. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense.
- WRIGHT, Charles Leslie. (s.d.), *O que é transporte urbano*. São Paulo: Círculo do Livro, Volume 26.

“Malandro mineiro é Malandro psicológico”: sobre o mundo do samba na capital de Minas Gerais.

Jaqueline de Oliveira e Silva

Graduada do curso de Ciências Sociais / UFMG

Palavras-chave: Samba; Identidade Regional; Mineiridade.

Key Words: Samba; Regional Identity; Mineiridade.

RESUMO: O presente artigo trata de discursos em torno do *mundo do samba*, compreendido como um universo simbólico dotado de regularidades e especificidades. Busca-se articular algumas construções sociais em torno dos temas do samba e de uma dita identidade regional mineira - a mineiridade - com os discursos dos sujeitos, que demonstram que certas noções, conceitos e estereótipos não estão imunes ao cotidiano da cultura.

ABSTRACT: This paper deals with speeches and representations regarding the realm of Samba. It is understood as a symbolic universe which has its own regularities and specificities. The aim of this paper is to focus on the articulation of social constructions related to the issues raised by Samba as well as a so to speak regional identity from Minas Gerais- the “Mineiridade”- with the speeches of those who show that some concepts and stereotypes are not immune to the daily aspects of culture.

Introdução

Através de uma etnografia do *mundo do samba*¹ nativos, o presente trabalho busca a compreensão de símbolos e significados deste ambiente singular segundo o ponto de vista de seus *nativos*; músicos, compositores, carnavalescos e donos das Casas. Para tanto, é importante compreender algumas narrativas sobre a legitimidade e autenticidade desta expressão da música brasileira como o contexto sob o qual dialogam diversas visões sobre a cultura e, mais precisamente, sobre suas transformações.

Compartilhamos neste trabalho de uma visão do samba como objeto cultural dinâmico, comumente tratado pelo estereótipo da autenticidade que pretende, além de legitimar uma origem social (e não a diversidade de vetores que a compuseram), congelar o gênero num tempo e espaço específicos.

¹ O presente trabalho se baseia numa pesquisa de campo realizada durante a disciplina do curso de Ciências Sociais “Metodologia III”, ministrada pela professora Deborah de Magalhães Lima, no segundo semestre de 2008. Durante a disciplina, foram feitas entrevistas com sambistas da cidade de Belo Horizonte e observações nas “Casas de Samba” e “Rodas de Samba” em espaços diversos da capital.

² “Batuque” é um termo genérico dado pelos viajantes a toda festa e músicas de negros no Brasil (DINIZ, 2006), mas que pode ser definida segundo o folclorista Câmara Cascudo como “uma dança de sapateado e palmas ao som de cantigas acompanhadas com tambor” (LOPES, 1992). Já “umbigada”, segundo Tinhorão, é um ritmo e uma dança praticada na África com a finalidade estrita de antever, com representações alegóricas, as cenas amorosas que sucedem a cerimônia de casamento ‘lemba, ou lembamento’. Ao que parece, os negros do sul de Angola chamavam esse cena de ‘semba’ cuja variação sonora teria derivado, mais tarde o samba. (TINHORÃO, in TATIT, 2004).

³ Neste artigo opto por empregar os nomes próprios de meus informantes. Acredito que o uso de nomes fictícios, neste caso, iria contra um dos pontos motivadores deste trabalho, que é o de dar visibilidade a produção deste estilo musical na cidade de Belo Horizonte.



O samba congrega sonoridades e significados africanos, práticas corporais (batuque e umbigada)² dos ritos negros dos séculos anteriores, ambiente rural e urbano, gêneros como choro e maxixe e, ao mesmo tempo liberta a canção da métrica tradicional, cedendo espaço à voz que fala com seus acentos imprevisíveis, orientados apenas pelas curvas típicas da linguagem coloquial (TATIT, 2004). Está na dimensão do corpo e da voz, é um ritmo e uma canção, um jeito de dançar e principalmente, um momento de festa.

O mundo do samba na capital do estado de Minas Gerais³.

*Ai tanta saudade que tenho
De nossos carnavais
Os Velhos tempos que não voltam mais. (...)
Nosso pierrô na Avenida Afonso Pena
Praça Sete acabou
Onde está nossa bandeira
Tamborim e agogô
Nota dez na bateria
O que era docê terminou.*

(Música “Praça Sete”, autoria de Mestre Conga. Decantando em samba. Bananaouro Música)

As primeiras referências de sambas em Belo Horizonte são do final da década de 1930, início de 1940. Apesar de sua origem anterior⁴, a história do samba na capital se confunde com a do carnaval, e foi no Bairro da Lagoinha, mais especificamente na vila *Buraco Quente*, na *Pedreira Prado Lopes*, que surgiu a primeira Escola de Samba da cidade. Referências saudosas a Pedreira são constantes nas letras dos sambas de compositores belo-horizontinos, como na música “Pedreira

Querida" do compositor e "maioral"⁵, durante 50 anos da escola de samba "Inconfidência Mineira", o Mestre Conga:

"Pedreira querida/Querida Pedreira/Terra de gente boa/Rainha que já não tem coroa. Esta saudosa Pedreira/Já foi nossa querida Mangueira"⁶.

A obra de Francisco Guimarães "Na roda de samba", publicada em 1933, é o primeiro a delimitar para o ritmo um lugar social: o "morro" surge como um território mítico, o lugar da "roda", onde se praticava o verdadeiro samba. A "roda de samba" seria o lugar de uma fala musical coletiva, "pura" e "espontânea", onde a criatividade daquele grupo social que estaria na origem do samba, era colocada como um rito de origem. (NAPOLITANO & WASSERMAN, 2000)

Guimarães, assim como José Ramos Tinhorão (1998), via como uma ameaça tanto ao núcleo identitário básico do samba, os autores negros moradores dos "morros", quanto à autenticidade do estilo, o processo de incorporação do samba por movimentos culturais mais amplos, como a "Bossa Nova"⁷. Ana Maria Rodrigues, em "Samba negro, espoliação branca" (1984) defende a ideia de que o "branqueamento" e a "usurpação" das festividades afro-brasileiras representaram mais uma estratégia de afirmação da democracia racial brasileira. A imagem da origem sócio-espacial do samba é incorporada fortemente pela autora, que afirma:

"É nas favelas que o samba tem a oportunidade de evoluir, de se fortificar, em razão das características geográficas das favelas e suas formas peculiares de edificações, dificultando, automaticamente, a chegada de estranhos". (RODRIGUES, 1984).

Waltinho 7 Cordas, músico nascido no Buraco Quente, participante durante quase 20 anos da "Escola de Samba Surpresa" com sede na favela, afirma saudosamente, que:

"O carnaval hoje não é mais como antigamente. Antes, a gente tocava com tamborim de couro de gato. Você podia subir em qualquer favela de Belo Horizonte que você via sempre uma tira de couro de gato estirado na grade de arame, pra secar! Era bom até matar os gatos.(...) E foi lá em cima mesmo que começou o samba e o carnaval. A vida lá era boa, não é igual hoje não. Hoje o povo mexe com droga. Até lá na minha rua tem isso. Antes não tinha".

O movimento folclorista urbano, encabeçado por autores como Henrique Fôreis Domingues, Lúcio Rangel e Orestes Barbosa, surgido na década de 1940, possui um papel relevante no processo de ascensão da favela a local do samba por excelência. Tal movimento surge como oposição ao movimento folclorista clássico que, como

metodologia, propunha uma pesquisa sobre as origens da música popular brasileira a partir das formas primitivas rurais (modinhas, cantigas e as danças dramáticas), seguindo uma linha evolutiva até a civilização. Um dos expoentes desse modelo de pensamento é o modernista Mario de Andrade. O movimento folclorista urbano defendia que a origem de ritmos como o samba não estaria nessas formas de expressão rurais. Sua origem estaria em espaços como a favela, o que o definiria como essencialmente urbano. (PAIANO *apud* NAPOLITANO & WASSERMAN, 2000)

Esta correlação entre manifestações da cultura popular e critérios étnicos/sociais, afasta as classes média e alta da origem destas práticas, deslegitimando sua presença ou participação. Defender a origem social e racial do samba valoriza, numa ação afirmativa, uma história de resistência em contraposição uma cultura envolvente, ao mesmo tempo em que reifica uma manifestação viva, como uma tradição que se constrói no cotidiano da cultura. O risco seria então que, na prática, uma cultura que é "verdadeira" ou "de raiz", seja corrompida e perca a sua essência.

Segundo Marshall Sahlins, cada sociedade cria e (re) significa os seus símbolos através das ações criativas de seus sujeitos históricos. A ordem cultural, uma vez que, ao mesmo tempo, é ordenada e ordenadora, na prática e pela prática, constitui-se enquanto um sistema dual. A cultura é alterada historicamente na ação.

Neste sentido, a base organizadora das sociedades - a estrutura - não é algo imutável e fixo, mas sim um alicerce estrutural dinâmico, sensível a mudanças históricas. É neste sentido que a reprodução cultural não se contrapõe às mudanças e as chamadas contingências: ela é a sua transformação. Os significados, tidos como dados pela ordem cultural, são colocados em risco na ação:

"Os homens em seus projetos práticos e em seus arranjos sociais, informados por significados de coisas e de pessoas, submetem as categorias culturais a riscos empíricos. Na medida em que o simbólico é, deste modo, pragmático, o sistema é, no tempo, a síntese da reprodução e da variação". (SAHLINS, 2003a, p.9)

A análise de Sahlins nos ajuda a pensar processos culturais em que a tentativa de fixar conceitos e símbolos num determinado tempo e espaço é percebida, significada e contestada pela ação dos sujeitos. Novas formas são criadas a partir de uma base comum - todas elas compõem o processo dinâmico de construção da cultura.

O samba, como uma manifestação cultural viva, está sujeito a transformações quando "posto em prática". Estas se relacionam a diversos fatores, entre eles, o tempo e o espaço no qual se (re) produz. Assim, a construção dessa manifestação é feita constante e permanentemente por sujeitos situados na cultura. Dessa forma, novas redes são constituídas num certo tempo e espaço, os

4 A gravação de "Pelo Telefone", de autoria de Donga (Ernesto Joaquim Maria dos Santos) e Mauro Almeida, é considerada a primeira do estilo no país, em 1917. Já a primeira escola de samba, a "Deixa Falar", é de 1932.

5 Nome dado por Conga ao posto mais importante da Escola de Samba, conhecido também como Presidente.

6 Música "Lágrimas sentidas", autoria Mestre Conga. Decantando em samba. Bananaouro Música

7 "Enquanto as criações populares (individuais) se mantiveram organicamente ligadas ao universo folclórico (coletivo), tal como é definido por Tinhorão, a música brasileira manteve um núcleo de autenticidade, sendo efetivamente "popular e brasileira". Na medida em que as canções passam a ser direcionadas para o rádio, a partir dos anos 30, e nos anos 60, para a TV, ela foi dissociando-se da sua base social "originária". Nessa linha de argumentação a Bossa Nova representava o momento máximo de ruptura com as origens, logo com a autenticidade". (NAPOLITANO, WASSERMAN, 2000).

símbolos criados são constantemente reavaliados e uma determinada prática cultural pode adquirir novos contornos. Assim, a história é *inventada* com elementos de várias outras: crio símbolos a partir de outros símbolos, me aproprio de diversos valores e construo, assim, algo próprio.

Disseminado pelo rádio e posteriormente, pela televisão, o samba ganhou grande expressão também nos estados de São Paulo, Bahia, Belém, Maranhão e Minas Gerais⁸. Acreditamos que o samba tenha então, adquirido formas culturais próprias em cada um desses locais, compondo sistemas simbólicos diferentes.

Em Belo Horizonte, no ano de 1938, dez anos depois da criação da primeira Escola de Samba do Brasil no Rio de Janeiro, nascia a "Pedreira Unida", sob a direção dos maiores Popó e Xuxu (Mário Januário da Silva e José Dionísio de Oliveira). Popó, que era "baterista" da rádio Inconfidência, esteve no Rio de Janeiro antes de 1938. E o Xuxu, que na época de carnaval tocava tamborim na Rádio Guarani, resolveu se juntar a ele "e fazer uma festa bonita, como no Rio de Janeiro". Segundo disse Mestre Conga:

"E eles combinavam de fazer essa escola. Eles foram no Rio de Janeiro para aprender como que é. Mas eles também ouviam no rádio, rádio também tinha muita influência. Mas não era todo mundo que tinha rádio não, era coisa de luxo".

Várias escolas surgiram após o fim da "Pedreira Unida", chegando, durante a década de 1950, a ter cerca de 20 escolas em Belo Horizonte, segundo a Associação Mineira de Escolas de Samba. Nas décadas de 1940/50 havia na cidade escolas com mais ou menos 200 pessoas. A "Remodelação da Floresta", por exemplo, tinha mais ou menos umas 500 pessoas. Diz-nos Mestre Conga:

"A Pedreira Unida parou com a Guerra, e quando voltou ninguém mais interessou. E quando terminou a guerra de 45 foi que voltou o movimento... vários blocos.... o bloco-choro, uma espécie de "pastorinhas". E lá na Pedreira surgiu a "Escola de Samba Surpresa" que eu participei, ela era de 1946[...]. A gente trocava de roupa dentro da Pedreira, a bateria, por exemplo, saía lá de dentro, ensaiava lá dentro também. A roupa era simples, era calça branca, tênis branco, outra hora era chinelo branco, o estilo mais simples possível. (...) Mas o samba era diferente do Rio, não era igual não. A gente não tinha dinheiro, tinha também a coisa do enredo. Foi depois da Guerra que as Escolas passaram a ter um enredo. Isso foi lá Rio, mas aconteceu aqui também. Não é igual."

Após participar de várias escolas, Mestre Conga criou, junto com outros amigos, a "Escola de Samba Inconfidência Mineira", em 1950, que participa ainda hoje do carnaval de Belo Horizonte. O

caráter do mineiro- a mineiridade- é apontada pelo carnavalesco como um dos *entraves* para o desenvolvimento do carnaval belo-horizontino, pensado em contraposição ao carnaval do Rio de Janeiro.

"O Rio é uma cidade bem maior que Belo Horizonte. Número maior de moradores, e o carioca por si já tem um natural expansivo, mais comunicativo. O mineiro já é mais retraído, e também por causa do poder aquisitivo. Eles têm muito apoio, pode se dizer que as escolas são dominadas por bicheiros. E aqui não tem esse apoio, e também tem o preconceito, e eu não sei por quê. Mesmo uma pessoa que sempre gostou de samba, hoje não gosta mais de samba. Não tem interesse de participar mesmo de escola de samba. E eu atribuo isso mesmo a um natural do mineiro".

Identidades culturais são construções sociais e políticas que conferem aos indivíduos sentimento de pertença ou identificação com uma coletividade mais ou menos imaginária (ROCHA, 2001). A mineiridade pode ser compreendida como o conjunto de traços culturais que definiriam aspectos de uma identidade regional no estado de Minas Gerais.

O surgimento e o desenvolvimento do samba em Belo Horizonte não se constituem como uma mera cópia ou reprodução da festa em outros locais do país, apesar da clara influência e inspiração, uma vez que os carnavalescos belo-horizontinos foram "ao Rio para aprender como que é". O samba assumiu aqui características próprias que se relacionam, entre outros fatores, ao caráter do mineiro. Cabe ressaltar que tanto o estereótipo da favela quanto a definição de aspectos comportamentais tidos como próprios dos habitantes de Minas são construções sociais, que dialogam e coexistem, traçando os contornos que definem as especificidades do samba mineiro.

Localizada no plano das construções simbólicas que originam traços culturais definidos, a noção de mineiridade traça um desenho nuançado - o caráter mineiro, numa relação complexa com outro esboço - o do caráter brasileiro. "Um, expansivo, inflamável, categórico nas afirmações e o outro retraído, prudente e conciliador" (ARRUDAS, 1990). O apego a tradição, a valorização da ordem, a prudência, certa aversão a posições extremistas e, portanto, o centrismo e a moderação, o espírito conciliador, a capacidade de acomodar-se às circunstâncias (DULCI, 1999) são algumas das principais características atribuídas aos habitantes deste Estado.

Os mineiros, mais acanhados e menos fáceis de lidar que os antepassados paulistas, "têm, por natureza, certo garbo nobre e seu jeito de tratar é muito mais delicado, obsequioso e sensato; no gênero de vida é sóbrio e parece, sobretudo, gostar de uma vida cavalheiresca" (ARRUDAS, 1990, p.59). O caráter pacato, a sobriedade dos gestos é calcada na ruralidade, quase caipira. Mineiro

⁸ Uma lista de escolas, grupos e Casas de samba encontra-se disponível em www.academiadosamba.com.br e www.dicionariodampb.com.br. Consultas em 15/02/09.

não dá ponto sem nó. Mineiro não perde o trem. Uma vergonha quase moralista. A desconfiança, a timidez, o jeito arisco e certa soberba de cabeça baixa (Ibidem, p. 109., 1990) são alguns aspectos da mineiridade.

"O mineiro é o resumo do homem brasileiro, por conter todos os seus elementos prefiguradores; só ele os contém, já que os outros tipos regionais não desfrutaram da oportunidade de estabelecer um caldeamento de raças em dosagens equivalentes. Ele embaralhou no seu cadinho étnico os vários tipos sociais, amalgamou diversas etnias, retocou a massa e confeccionou uma escultura original" (Ibidem, p. 109)

Waltinho 7 Cordas nos diz, sobre o sambista mineiro, que *"é verdade que o mineiro é mais devagar, mas se tratando de samba o mineiro não fica devendo para ninguém"*. Ele toca, semanalmente, no bar Meritíssimo, no Barro Preto, região central da cidade. Afirmar gostar de tocar lá porque é lugar de gente séria, não dá briga, eles *recebem certinho* e o samba acaba cedo. Segundo ele, às vezes recebem alguns visitantes do Rio de Janeiro.

"O povo do Rio chega numa banca, até mesmo quando o samba tá desanimado. Samba, faz graça e até pede pra tocar. Mas aqui em Minas, a gente é que precisa animar o samba, animar a música, senão não vai. O samba aqui não deixa ninguém para trás, a música é ótima e o povo é de primeira. O nosso samba tem respeito e é respeitado".

A mineiridade é deste modo, um discurso sobre a cultura, responsável por forjar uma unidade, privilegiar o consenso, além de excluir ou ignorar possíveis conflitos. Essa sub-cultura regional, legitimada pela literatura e endossada por acontecimentos históricos como a Inconfidência Mineira, é algo objetivo e externo aos sujeitos que a configuram, já que essencializa, fixa e enrijece alguns atributos considerados naturais àqueles que nascem nesse território, criando assim, o estereótipo.

É muito significativa a noção do *malandro*, típico personagem do samba consagrado pela música e pela literatura, definida por Seu Ronaldo, sambista, carnavalesco e dono da Casa de Samba "Opção", em que:

"o malandro mineiro é um malandro psicológico. O mineiro é retraído, por isso, mais psicológico. [Ser malandro] é saber entrar e sair de qualquer lugar, saber se comportar. Não pode ter falta de educação, tocar bebendo, querer aparecer mais que os outros. Isso não é ser malandro. (...) Mas hoje a malandragem é mais esse jeito de ser. A gente até anda arrumado, mas hoje se a gente sai de sapato branco o povo fala: ou é enfermeiro ou é pai de santo".

Assim, o "ser psicológico" se relacionaria com a sobriedade e a introversão, que caracterizariam a malandragem mineira. A malandragem estaria mais em fatores comportamentais, característicos ao mineiro, do que numa vestimenta, é *"mais interno que externo"*, como afirmou Seu Ronaldo.

É neste sentido que dialogamos a caracterização do sambista mineiro, ou do samba mineiro com a noção de "mineiridade". Longe de representar qualquer tipo de definição reificada, determinista ou descolada do tempo e do espaço, a idéia de um samba - mineiro, ou de um sambista mineiro, se faz presente nos discursos através da construção da história de vida de cada um desses personagens, que os contextualiza num espaço específico dotado de peculiaridades. O Mestre Conga, por exemplo, traz consigo esse apelido por sua história com o Congado ainda na mocidade. Seu Ronaldo, afirma que seu primeiro contato com a música foi ainda no interior de Minas, zona rural, nas Folias de Reis promovidas pelo seu avô.

Cacá Campos, carioca de nascença e flautista do grupo "Chapéu Panamá", nos apresenta o conhecimento intelectual/especializado do samba e diz que o samba em Minas Gerais possui características distintas, talvez mais elitistas, que no resto do país:

"O samba mineiro é diferente. Tem uma influência forte da bossa, parece um pouco com Clube da Esquina. As letras têm qualidade, falam de coisas fortes. Os sambas daqui não falam de mulher da maneira que os sambas cariocas falam. Fala do amor, fala de problemas sociais e fala da vida".

Além disso, ressalta a forte influência africana.

"Você vê por exemplo a Dóris, Aline Calixto, o pessoal que tá na ativa. Usa muito atabaque, muita conga, muita coisa puxada pro terreiro. E é uma tendência aqui de Minas, que é o Congado, essas coisas mais africanas. Nesse sentido, o samba aqui tem mais influência da Bahia que do Rio. Mas ainda parece, porque a idéia do samba do Rio é o que: juntar uma roda de amigos, sem compromisso, para fazer música. Pra se divertir, tomar uma cerveja e falar das questões do dia-a-dia, falar de mulher.... Isso tem um pouco Mas a temática mineira é mais.. uma idéia mais da bossa-nova. Até a questão das frases e das letras, são mais bem trabalhadas. Você pega por exemplo, o samba do Rio, uma letra, ele tem sotaque, aquela coisa de música regional que no samba mineiro não cai tão bem. O samba do Rio tem as gírias. O samba de Minas tem um apuro lingüístico".

Segundo Cacá, portanto, o samba de Minas é uma conjugação dos ritmos e da influência baiana com uma adaptação do jeito de ser e estar do

carioca ao contexto mineiro, sendo mais retraído, e mais recatado. *"Pega o ritmo do baiano, com o ritmo da bossa, e aí virou isso aqui que a gente vê em Minas"*, afirma:

Sobre o comportamento dos ditos sambistas, afirma que o sambista mineiro:

"é mais responsável que o sambista carioca. O sambista mineiro respeita mais, é mais comportado. Por isso aquela imagem do malandro carioca, é só do malandro carioca. O malandro mineiro é diferente, ele não muda muito da personalidade do mineiro: é o come-quieto. A única diferença é que acrescenta a questão do samba, ele ganha um pouco de... ele fica um pouco mais pra frente, mais ousado por causa do samba. Mas não igual o carioca. O carioca já mais escrachado, mais aberto. O mineiro é mais tranqüilão, mais pela sua personalidade".

É possível que o conjunto das formas musicais que estão entre as origens do samba no Rio de Janeiro tenha se disseminado pelo Brasil através população negra, expressiva também nos estados de Minas Gerais, Bahia, São Paulo e Maranhão. Não é intenção deste trabalho aprofundar este aspecto, mas cabe ressaltar, como já foi mencionado, que em cada um desses locais nos quais o samba se desenvolveu, adquiriu características próprias. A diferença pode não estar aparente nas letras, no ritmo ou na melodia, mas na relação desta manifestação com outros aspectos da cultura.

Se o samba dos mineiros não é como o dos cariocas, é menos por suas letras falam disso ou daquilo, porque o carnaval de Minas tem tantas fontes e recursos, e sim porque os sambistas de Minas ouviram mais "Congado" e "Folia de Reis" do que

"Samba-de-Roda", mais "Clube da Esquina" e não "Bossa-Nova", porque são retraídos e come-quieto como todo bom mineiro, ou seja, por todas as condições experimentadas ao longo de sua história.

No momento, a conclusão.

Nessa tentativa de delimitação do cenário do samba na cidade de Belo Horizonte, foi possível mapear algumas redes e símbolos, que se relacionam com a própria questão da identidade. O samba belo-horizontino nasceu na favela, pela voz e corpo de sujeitos de Minas, que, nos dias de hoje, trabalham no sentido da manutenção de uma manifestação nos mais diversos locais em que é acolhido: na tentativa de perpetuação do carnaval ou na acolhida familiar de uma Casa de Samba, sujeitos re-inventam uma tradição e um modo de fazê-la valer.

Essa breve pesquisa etnográfica sobre o samba na capital do estado de Minas nos revelou discursos interessantes sobre a união de dois fatores que seriam, em princípio, conflitantes - o samba, a extroversão e a sensualidade; e a mineiridade, com a sua quietude e discrição. Percebemos através do olhar dos nossos *nativos*, que essa união entre samba e mineiridade é fruto das transformações culturais e compõem uma dinâmica peculiar e específica. Sendo ressaltado ora como fruto do sucesso ora do fracasso do samba, a mineiridade está presente num universo simbólico singular revelado pelos sambistas.

Se em Minas, andar pelas ruas de calças e sapatos brancos, traje típico do malandro⁹, é motivo de vergonha, já que o pudor mineiro classifica os que assim se vestem como *"pai de santo ou enfermeiro"* é porque a malandragem é um jeito de ser, um modo de se comportar que não se relaciona necessariamente a uma vestimenta, como

⁹ Pensando no malandro de "carne-e-osso", tão comum nas ruas do século passado, estava no vestuário uma das suas preocupações essenciais, afinal, esse era um dos principais mecanismos de eficácia simbólica de sua identidade social. O vestuário do malandro, portanto, ultrapassa a preocupação estética pura e simples, ela é um símbolo da sua identidade, de forma que o uso de determinadas roupas era um atestado de malandragem. Enfim, andar bem vestido fazia parte do ethos do malandro. (ROCHA, 2006)



em outros lugares do Brasil. Até o próprio modelo de comportamento do malandro não segue padrões rígidos: se ser malandro pode se relacionar a uma negação ao mundo do trabalho, um modo de quebrar padrões sociais e ainda a uma habilidade distinta em lidar com romances e mulheres, relaciona-se também ao comportamento discreto, "entrar e sair bem de qualquer lugar", não se apresentar bebendo e saber se comportar de acordo com os padrões do local em que está.

É importante ressaltar que no caso de nossos informantes, todos negros, é notado um paradigma da questão raça/classe, fatores distintos que se encontram imbricados no discurso de nossos nativos. A idéia do "samba como coisa de preto", aparece tanto como um marcador de identidade que o valoriza enquanto estilo, próprio de um grupo estigmatizado, que alcançou *status* de ritmo nacional, quanto como causa da aversão de determinado grupo social ao estilo, principalmente quando relacionado a questão da pobreza. A suposta aversão dos mineiros à festa do carnaval em Belo Horizonte passa também por um preconceito social e racial que compõe um modelo conservador.

Acima de tudo, lidamos neste trabalho com a questão da invenção da tradição. Tanto os mitos que envolvem a idéia do samba como ritmo do Brasil, quanto os que determinam uma série de características aos moradores de Minas são noções socialmente construídas. Se Minas Gerais é a princípio um espaço e uma fronteira, é também um ambiente social que cria e é criado pela ação dos seus sujeitos e pelas trocas culturais.

Vianna destaca o processo de construção da tradição do samba a partir de encontros sócio-culturais e ideológicos, no qual a questão da mestiçagem se torna de "males da humanidade a característica definidora do caráter nacional" (VIANNA, 1995). Rejeitando a hipótese de que o samba é um patrimônio cultural negro expropriado pelos brancos e transformado em artigo de consumo, Vianna afirma que grande parte da elite intelectual sempre esteve atenta ao som das

ruas, e a fluidez do processo social carioca sempre proporcionou os diversos encontros entre sujeitos de camadas sociais distintas.

Ressaltamos a fala de Napolitano e Wasserman sobre a questão da resistência no livro de Hermano Vianna, "O Mistério de Samba" (1995):

"A idéia de que mitos, como o da autenticidade do samba de raiz, e da resistência cultural que ele teria desempenhado, são invenções históricas de forte caráter ideológico. É a invenção da tradição que, a partir de práticas sociais do presente, se ancora com tal força no passado, que muitas vezes essas práticas passam a ser vistas como um processo herdado 'naturalmente', sem a mediação de interesses e ideologias que buscam a legitimação histórica. Aliás, o menor grau de 'naturalização' e diluição de rituais inventados no fundo dos tempos, é o termômetro da eficácia, ou não, do processo de 'invenção da tradição'". (NAPOLITANO & WASSERMAN, 2000).

É neste sentido que, se as tradições do samba e da mineiridade são "naturalizadas", é porque estão calcadas na nossa história social, fortemente relacionadas a outros aspectos da cultura como raça ou classe.

Os entrevistados evidenciaram que noções cheias de significados geralmente mensurados *a priori*, podem se constituir como ricos instrumentos para novas abordagens relativas a gênero musical e identidade regional. Significa dizer que partindo do naturalizado podemos chegar a objetos de análise originais.

A intenção ao localizar o samba e a mineiridade no plano das tradições socialmente construídas (aliás, como toda tradição) não é de forma alguma deslegitimá-los ou rotulá-los sob o signo da falsidade, mas sim de ressaltar tanto o caráter dinâmico da história como a importância da ação dos sujeitos na construção da cultura.

Submetido em Março de 2009

Aprovado em Julho de 2009



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Mário. (1962). Ensaio sobre a música brasileira. São Paulo: Livraria Martins.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. (1990). Mitologia da Mineiridade. São Paulo: Brasiliense.
- BARBOSA, Oreste. (1978). *Samba, sua história, seus poetas, seus músicos e seus cantores*. Rio de Janeiro: Funarte.
- DINIZ, André. (2006). Almanaque do Samba. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- GOMES, Tiago de Melo. VIANNA, Hermano. (sd). *O mistério do samba*. (resenha). Revista Brasileira de História, vol. 21, nº 42. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em 23/02/09.
- GUIMARÃES, Francisco. (1978). *Na roda do samba*. Rio de Janeiro: Funarte.
- LEOPOLDI, José Sálvio. (2006). *Escola de samba: ritual e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- LOPES, Ney. (1992). *O negro no Rio de Janeiro e sua tradição musical: partido alto, calango, chula e outras cantorias*. Rio de Janeiro: Pallas.
- MATOS, Cláudia. (1982). *Acertei no milhar — malandragem e samba no tempo de Getúlio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- NAPOLITANO, Marcos & WASSERMAN, Maria Clara. (2000). *Desde que o samba é samba: a questão das origens no debate historiográfico sobre a música popular brasileira*. Disponível em www.scielo.br. Acesso em 23/02/09.
- ROCHA, Gilmar. (2006). "Eis o malandro na praça outra vez": a fundação da discursividade malandra no Brasil dos anos 70 In: *Scripta*. Belo Horizonte, v. 10.2, n.19, p. 108-121.
- RODRIGUES, Ana Maria. (1984). *Samba negro, espoliação branca*. São Paulo: Hucitec.
- SALDANHA, Rafael Machado. (2007). *"Ruim da cabeça ou doente do pé": brasilidade, samba e a Rádio Nacional*. Anais XII Congresso Brasileiro de Comunicação da Região Sudeste. Disponível em www.intercom.org.br.
- SAHLINS, Marshall. (2003). *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (2003a) *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- TATIT, Luiz. (2004). *O século da canção*. Cotia: Ateliê Editorial.
- TINHORÃO, José Ramos. (1998). *História Social da Música Popular Brasileira*. São Paulo: Ed. 34.
- VIANNA, Hermano. (1995). *O Mistério do Samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Movimento Passe Livre de Brasília: por uma vida sem Catracas¹

Priscilla Caroline de Sousa Brito

Graduanda do curso de Ciência Política / UnB

Palavras-chave: Movimento Passe Livre; Instituições políticas; Identidade; Estratégia; Ação direta.

Key Words: Passe Livre Movement; Political institutions; Identity; Strategy; Direct action.

RESUMO: Este artigo tem como objetivo observar as tensões que surgem quando um movimento social de orientação radical empreende ações no âmbito das instituições políticas. Para tanto, parte-se do estudo de um caso específico: o Movimento Passe Livre de Brasília (MPL).

ABSTRACT: This article intends to observe the tensions that may arise when a social movement of radical orientation engage in actions within the ambit of political institutions. Given this purpose, the analysis is centered on a specific case study: the Passe Livre Movement of Brasilia.

Introdução

O Movimento Passe Livre Nacional surgiu a partir de uma série de manifestações contra o aumento das tarifas do transporte público. As primeiras ocorreram em Salvador, em 2003, e ficaram conhecidas como a "Revolta do Buzú". No ano seguinte, ocorreu "A Revolta da Catraca", em Florianópolis².

Embora o passe livre já constasse na pauta de reivindicações do Movimento Estudantil há muito tempo, era visto como garantia de acesso à educação. A partir das manifestações, começou a incidir sobre a demanda a influência de grupos autônomos, especialmente os de orientação anarquista, o que levou a uma ampliação do seu significado. O passe livre passou a ser visto não só como meio de acesso à educação, mas também à cultura, ao lazer, ao trabalho (ABRAMO, 2007). Posteriormente, na constituição do Movimento Nacional, a postura se radicalizou e ganhou a dimensão de tomada da cidade. A partir daí a demanda passou a ser o passe livre universal.

Visto como uma forma de ação política antagonista, fundamentada explicitamente no princípio da autonomia, o MPL é um caso em que os dilemas que surgem da interação com as instituições políticas são importantes no sentido de definir concretamente as suas capacidades. A identidade do movimento impõe dilemas à atuação do grupo de Brasília: ele precisa conciliar a identidade autônoma e a necessidade de diálogo com o Governo.

A motivação inicial da pesquisa era fazer um estudo de caso com um dos movimentos juvenis de Brasília que se destacasse pelas ações empreendidas. Para tanto, fiz um mapeamento prévio, em março de 2008, que permitiu a identificação do Movimento Passe Livre como um ator relevante na rede. Em seguida, uma análise das informações disponibilizadas no *blog* do grupo de Brasília e no site do Movimento Passe Livre Nacional revelou algumas características do grupo, um pouco de sua história, os princípios adotados e os tipos de ações empreendidas. Além da moti-

vação inicial, a disponibilidade de informações sobre o movimento e a facilidade de acesso ao grupo tornou-o um caso interessante para um estudo no âmbito da graduação.

A metodologia adotada foi a realização de observação participante em reuniões do Movimento e três entrevistas com militantes do MPL, entre os meios de abril e maio do mesmo ano, baseadas em um roteiro semi-estruturado com doze questões abertas. Como explicarei mais adiante, no período da pesquisa poucos militantes participavam ativamente das reuniões. O critério de escolha dos três entrevistados foi, portanto, o da maior frequência nas reuniões observadas. Neste trabalho, optei por oferecer-lhes o anonimato, como uma forma de resguardá-los dos erros que eu possa ter cometido na análise das informações coletadas.

As atividades da pesquisa foram muito importantes porque permitiram esclarecer algumas dúvidas e conhecer o movimento com um pouco mais de profundidade. Pela própria trajetória de luta do movimento, defini como foco da pesquisa a forma como o movimento concilia a sua perspectiva autonomista de negação ao sistema capitalista e às formas tradicionais de organização política com a necessidade de diálogo com as instituições políticas. Ou seja, de que maneira lida com o dilema entre identidade e estratégia.

Bases teóricas

Na teoria social, diferentes definições são dadas para os movimentos sociais. Estas definições apresentam algumas diferenças importantes entre si, já que o seu conteúdo simbólico se relaciona diretamente com o contexto político onde os movimentos se encontram e as dimensões que as suas ações atingem. Ou seja, a preocupação em formular teorias que tentem explicar que tipo de ação coletiva é o movimento social advém da importância dos movimentos como sujeitos históricos. Como característica constante entre as definições, identifiquei a atribuição de que os movimentos se caracterizam principalmente pelas

¹ O trabalho é fruto de uma pesquisa de três meses desenvolvida no âmbito da disciplina de "Política e Movimentos Sociais", ministrada pela professora Marisa von Bülow, no primeiro semestre de 2008, na Universidade de Brasília.

² Agradeço a Isadora Cruixên pela paciência na leitura de várias versões do texto e, principalmente, pela ajuda na revisão da versão final. Agradeço também aos comentários de Paique à versão inicial. Por fim, agradeço a todo o grupo PET-POL, que sob a valiosa orientação da professora Marisa von Bülow, se consolida como uma importante experiência acadêmica no âmbito da graduação.

ações que empreendem em prol da mudança.

Não cabe reproduzir aqui a discussão teórica que envolve a definição de movimentos sociais. Mas, como gancho para a análise, retomo o conceito culturalista proposto por Goodwin e Jasper (2005). Estes autores definem movimentos sociais como esforços conscientes, mantidos e compartilhados por pessoas comuns para mudar alguns aspectos da sociedade usando meios extra-institucionais (GOODWIN & JASPER, 2005).

Trata-se de uma definição útil, mas que apresenta algumas limitações. Uma delas é o fato de que, no processo de definição de suas estratégias, os movimentos sociais se deparam com a necessidade de diálogo com as instituições políticas. Em muitos casos, as demandas só podem ser alcançadas por meio de rearranjos no interior dessas instituições. Este é um grande desafio para os movimentos sociais que comprometidos com a mudança precisam se organizar de forma coordenada e coerente – o que o coloca como atores estratégicos nos conflitos do campo social.

Segundo Melucci, a sociedade moderna lembra um "campo interdependente constituído por conflitos e continuamente preenchido por significados culturais opostos" (MELUCCI, 1997). O desafio de conciliar a sua perspectiva de mudança com o diálogo com as instituições políticas não é um tema novo nos estudos de movimentos sociais. O que é novo, ou melhor, "novíssimo"³, é a forma como esse dilema se configura no que diz respeito aos movimentos sociais que surgem no contexto do processo de globalização.

Reunidos sob o título de Movimentos "Antiglobalização" ou "Alterglobalização", esses movimentos foram responsáveis por uma série de acontecimentos da história política recente. Entre eles, os protestos anti-OMC, em Seattle (1998), contra a reunião do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial em Praga (2000) e contra o G8, em Gênova (2001). Esse contexto de questionamento da ordem social vigente e das formas de organização até então utilizadas para mudá-la ajuda a explicar o surgimento de uma ação coletiva como o Movimento Passe Livre.

Os dois marcos significativos desse novo contexto são a globalização e o neoliberalismo, que impulsionam em uma geração de jovens tipos de movimentos que "recriam uma agenda política caracterizada pela afirmação da autonomia e pela negação dos espaços institucionais que se colocam como passíveis de humanização da opressão e das injustiças sociais ocasionadas pelo modelo capitalista" (LÜCHMANN & SOUSA, 2005). Os movimentos juvenis, particularmente, tomam forma de "uma rede de diferentes grupos" nos quais novos modelos culturais são testados e colocados em prática (MELUCCI, 1997). Com o fracasso das experiências socialistas no final do século XX, emergem as críticas às "velhas" formas de organização associadas a elas⁴.

Para tratar da forma como o dilema entre identidade e estratégia emerge no Movimento Passe Livre utilizarei como principal referência o trabalho de Gerardo Munck (1997), *Formação de*

atores, coordenação social e estratégia política: problemas conceituais dos movimentos sociais. O trabalho é uma proposta de conciliação de elementos das abordagens européia e americana a cerca dos movimentos sociais. A conclusão ao comparar as duas correntes é a de que nem uma das duas abordou satisfatoriamente o problema da estratégia:

"Meu objetivo final é, então, mostrar que uma síntese que parta das contribuições dos estudiosos americanos e europeus para depois superá-las pode ser útil para revelar novas facetas do problema da estratégia política" (MUNCK, 1997, p. 4).

Munck define os movimentos sociais como "um tipo de ação coletiva orientada para a mudança" (MUNCK, 1997). Ou seja, o movimento precisa se orientar para alcançar um objetivo, pesando as conseqüências de suas ações no meio que o circunda e, ao mesmo tempo, manter a coesão da sua identidade. Isso suscita uma tensão que pode ajudar ou prejudicar o desenvolvimento do movimento, dependendo das escolhas que são feitas. Para o autor, o fracasso ocorre tanto no caso das estratégias se sobreporem à identidade quanto no caso contrário.

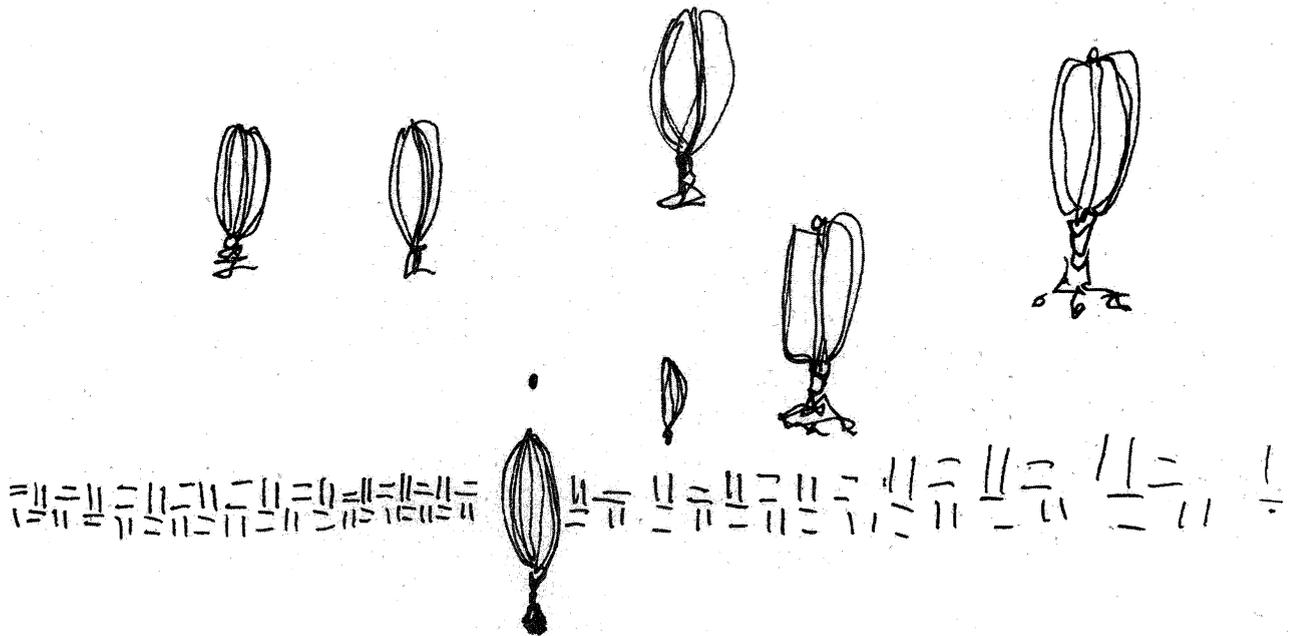
O autor lembra que o movimento está situado no âmbito da sociedade, esfera que o leva a distinguir quatro "caminhos" a serem seguidos. Ao ser formado, o movimento é definido como autolimitado, situação na qual ele contrapõe-se à esfera político-institucional, restringindo-se à arena da sociedade civil e assim mantendo uma coerência entre meios e fins. Permanecer aí, no entanto, pode comprometer seu compromisso com a mudança. Ao deparar-se com os problemas da estratégia, ele pode se tornar "politicamente orientado", uma "força política populista" ou uma "força política fundamentalista" (MUNCK, 1997, p. 10).

"Se por um lado, a identidade dos movimentos está associada a sua capacidade de atuar de forma autônoma, ou seja, não dirigida por partidos ou governos, por outro lado, a eficácia política dos movimentos depende das relações que suas lideranças são capazes de estabelecer com o meio político-institucional. Esses princípios (autonomia e eficácia), embora não sejam excludentes, trazem exigências de operação distintas, conformando um âmbito próprio de dilemas e tensões constitutivas às relações entre esses dois campos" (TATAGIBA, 2008).

Colocadas como tipos ideais, essas categorias são úteis na análise porque permitem levar em conta a dinâmica da ação coletiva. No entanto, não devem ser tomadas como categorias exclusivas, no sentido de que as mudanças deveriam ocorrer em um único sentido. Como veremos, a dinâmica dos movimentos permite que eles se orientem de diferentes maneiras, a partir do contexto em que se situam.

³ Sobre os "novíssimos sujeitos" que entram em cena, ver GOHN, Maria da Glória. "Novas teorias dos movimentos sociais". São Paulo: Edições Loyola, 2008.

⁴ No entanto, é preciso ressaltar que apesar da crítica, o socialismo é resgatado no interior desses movimentos sob diferentes leituras.



Unid@s pela liberdade de ir e vir

“As pessoas que participam de um movimento têm uma forma de ver a política, valores em que acreditam. O movimento é, portanto, uma construção coletiva” (Informação verbal, 2008).

Para reconstruir uma parte da sua história de forma a elucidar o problema proposto pela pesquisa, mantereí o foco na constituição do passe livre como bandeira de luta do movimento e na maneira como seu significado foi sendo ampliado ao longo do tempo.

O passe livre sempre era reivindicado pelo Movimento Estudantil como garantia de acesso à educação. Com o passe livre, os jovens que não tivessem condições não ficariam impedidos de frequentar a escola, o que democratizaria o acesso ao ensino. Mas, as manifestações contra o aumento das passagens, ocorridas em Salvador em 2003, trouxeram à tona a importância da demanda não só como um direito dos estudantes, mas sobretudo como um direito dos jovens. Como explicou um dos entrevistados:

“O Movimento Estudantil tende a valorizar a questão do passe livre para facilitar a mobilidade dos estudantes. A importância de tornar isso uma exigência maior é perceber que o passe livre é a valorização da sociabilidade entre as pessoas. Podemos atuar na cidade se pudermos nos movimentar mais, conhecendo pessoas e lugares novos. Difícilmente isso ocorre se é preciso pagar. O passe livre para toda a população facilita a promoção da interação entre os vários lugares da cidade” (Informação verbal, 2008).

Conhecidas como a “Revolta do Buzú”, as manifestações impressionaram pela mobilização que geraram. Em quase vinte dias, reuniram cerca de vinte mil pessoas. As diferentes interpretações da demanda podem ser vistas como consequência da pluralidade de grupos envolvidos.

“Houve divergência sobre a condução do movimento, o que revela diferenças de postura política de compreensão sobre a definição da demanda, o caráter de representação e o sentido político do acontecimento” (ABRAMO, 2007, p. 24).

No entanto, a ideia de um movimento só ganharia força com a chamada “Revolta da Catraca”, ocorrida em Florianópolis em 2004. A Revolta pode ser entendida como resultado de uma campanha pelo passe livre, iniciada em 2000 pelo grupo Juventude e Revolução, do Partido dos Trabalhadores (PT). Quando o grupo se desvinculou do partido, a campanha ganhou força, alcançando o seu auge em 2004 (MENDES, 2007).

A insatisfação da população com a precariedade do sistema de transporte público fez com que milhares de pessoas se reunissem nas manifestações, que tiveram como característica marcante – assim como em Salvador – a diversidade de grupos juvenis participantes.

No final de 2005, um Projeto de Lei pelo passe livre com cerca de duas mil assinaturas foi aprovado na Câmara de Vereadores de Florianópolis. No entanto, pouco tempo depois ele foi vetado pelo Tribunal de Justiça com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Diversas manifestações foram feitas, mas não conseguiram reverter o veto.

As experiências de Salvador e Florianópolis foram levadas ao V Fórum Social Mundial em 2005. Ali nasceu oficialmente o Movimento Passe Livre.

Na "Plenária Nacional pelo Passe Livre" foram fixados os princípios que orientariam as ações dos grupos nas cidades: apartidarismo, autonomia, horizontalidade e anticapitalismo.

Além da questão da garantia de acesso à educação, o movimento, de forma geral, incorporou a crítica às formas de organização do espaço social. Estar próximo das pessoas em aglomerações urbanas coloca diferentes possibilidades que redefinem as interações sociais. "Os agentes sociais são constituídos como tais nas e pelas relações que estabelecem em um determinado espaço social" (NUNES, 2007). O espaço físico é também, simbolicamente, o espaço social. Mudá-lo significa transformar as relações sociais existentes. Como o preço das passagens é visto como o instrumento de exclusão social, a mudança só seria possível com a instituição do passe livre universal.

A partir dali pipocaram movimentos em diversas cidades do país. Em Brasília, o processo teve algumas particularidades. O Movimento não nasceu de forma "espontânea" como em Florianópolis. Na verdade, a demanda foi usada como uma forma de articular ações ativistas radicais. Segundo um dos militantes,

"Quando a gente começou a desenvolver o Centro de Mídia Independente (CMI) aqui em Brasília, um coletivo de ativismo radical, não existia mobilização no sentido da luta autônoma. (...) Mesmo assim começamos a nos articular para incentivar as coisas aqui. O resultado foi o Encontro dos Grupos Autônomos [2005], que na verdade reuniu pessoas com uma perspectiva parecida, autônoma, porque os grupos ainda não existiam". (Informação verbal, 2008).

Inspirado nos Encontros de Grupos Autônomos do Brasil, ocorridos em São Paulo em 2004, o Encontro teve como objetivo propor formas diferentes de atuação política, sem depender do financiamento privado ou estatal (MENDES, 2007). Algumas pessoas que participaram das manifestações em Salvador e Florianópolis estavam vinculadas ao Centro de Mídia Independente (CMI)⁵. Portanto, a demanda pelo passe livre e suas novas formas de interpretação já eram conhecidas pelo grupo. Dada a precariedade do sistema transporte público em Brasília, a conjuntura era favorável para a criação de um grupo que propusesse a reflexão sobre as maneiras de modificá-lo. Além disso, "cada grupo tinha uma pauta diferente, mas eles se uniram em torno da pauta do passe livre. A partir deste momento, houve uma relação maior entre eles", como afirma um dos participantes (informação verbal, 2008).

A adesão do movimento de Brasília ao Movimento Nacional foi feita oficialmente por meio de carta aprovada em assembléia dia 13 de maio de 2006. Antes constituído como um grupo à parte, o MPL de Brasília tinha como princípios a autonomia, a horizontalidade, o apartidarismo e a politização. A vinculação acarretou a inclusão

do princípio da independência e a substituição do princípio de politização pelo de anticapitalismo.

A horizontalidade é proposta no sentido de que não há uma organização hierárquica interna. Apesar do movimento se dividir em grupos de trabalho para organizar as atividades, as decisões são tomadas preferencialmente por consenso. Claro que isso não elimina o fato de que há militantes que participam mais ativamente e outros que apenas comparecem às manifestações.

A decisão de não se vincular a partidos foi colocada desde a consolidação do movimento em Florianópolis. Na prática, o apartidarismo representa a negação da atuação política dos partidos. A autonomia, por sua vez, é proposta no sentido do movimento escolher suas próprias formas de atuação; enquanto a Independência tem a ver com o não recebimento de financiamento estatal ou privado. Por fim, o anticapitalismo, refere-se à negação do sistema capitalista.

É importante perceber que há aí uma forte influência do anarquismo, o qual permite uma dupla negação: tanto dos espaços institucionais vigentes, como das experiências socialistas conhecidas. De um modo geral, o reconhecimento da identidade do movimento se dá, portanto, na afirmação de princípios como os do Movimento Passe Livre.

As estratégias de ação e afirmação da autonomia

"Não somos um movimento reformista, propomos mudanças reais. Mas não podemos negar que estamos dentro de um modelo de sociedade e que temos que lidar com ele. É por isso que mediamos em algumas situações" (Informação verbal, 2008).

Para entender melhor a atuação do movimento no período estudado, é preciso levar em conta algumas especificidades das fases pelas quais ele passou. Na primeira fase do movimento em Brasília, a principal luta era pelo passe livre para estudantes e desempregados. De forma a começar a empreender ações diretas, contudo, o grupo se envolveu em diversos conflitos relacionados ao transporte, desde manifestações contra os aumentos das tarifas até o questionamento do estado de conservação dos veículos. Em Brasília, o estado de conservação dos veículos é lastimável e com o crescimento populacional, problemas como os engarrafamentos são cada vez mais constantes.

"Tempo de espera na parada, estado de conservação dos ônibus, reclamações, insatisfação, indignação! "Os problemas mais comuns são em relação a manutenção da frota. Os ônibus não têm menor condição de uso, já estão bastante ultrapassados e isso compromete a segurança do profissional, quanto dos passageiros. São problemas de freio, pneu careca, excesso de ruído e excesso de calor,

⁵ O Independent Media Center (Centro Independente de Mídia) é uma rede de comunicação dirigida coletivamente que visa à criação de narrações mais fidedignas sobre as ações dos movimentos sociais ao redor do mundo. Foi criado por volta de 1999, por organizações e ativistas da mídia independente e alternativa, com o propósito de oferecer uma rede para a cobertura jornalística dos protestos de novembro de 1999 contra a OMC em Seattle (ANTOON, 2001).

Eu diria que o serviço de transporte coletivo em Brasília está, totalmente, abandonado”, relata João Osório, presidente do Sindicato dos Rodoviários” (MONACO, 2005).

Essa ampliação da demanda permitiu que mesmo aquelas pessoas que não se identificavam com o ativismo radical passassem a apoiar o movimento. O

mesmo aconteceu com outros grupos da sociedade civil, como os sindicatos (Informação verbal, 2008).

As ações diretas se tornaram atraentes para os jovens e para a mídia principalmente por causa da linguagem criativa utilizada. A partir das informações obtidas nas entrevistas, elaborei o quadro a seguir, que contém uma breve explicação das principais formas de protesto empreendidas pelo MPL:

Quadro I: Principais atividades empreendidas pelo MPL de Brasília

Catracação	Atividade de divulgação do movimento. Estudantes entram no ônibus, falam para os passageiros sobre o Passe Livre, pulam a catraca, em ato simbólico, e descem em seguida.
Exército Revolucionário Insurgente de Palhaços (ERIP)	Inspirado nas manifestações do grupo <i>Clandestine Insurgent Rebel Clown Army</i> , da Inglaterra, mistura linguagem artística e ações radicais. O ERIP foi criado três dias antes de uma manifestação ocorrida em 2006. Os militantes sabiam da possibilidade de confronto com a polícia nesta manifestação, mas os palhaços amenizaram o problema e conferiram graça à manifestação.
Bicicletadas	A Bicicletada é um movimento presente em muitos países do mundo. Em geral, os ciclistas se reúnem para reivindicar seu espaço nas ruas. Os principais objetivos da Bicicletada são: divulgar a bicicleta como um meio de transporte; criar condições favoráveis para o uso deste veículo; e tornar mais ecológicos e sustentáveis os sistemas de transporte de pessoas, principalmente no meio urbano. O MPL se articula com os grupos que promovem essas manifestações para fazê-las em conjunto com as manifestações do movimento, o que confere ao ato a dimensão da crítica ao sistema de transportes como um todo.
Ocupações	As ocupações de protesto em geral são feitas com o intuito de ocupar espaços públicos que reflipam simbolicamente a dominação ideológica a que o movimento se opõe e são utilizadas no Brasil principalmente pelo Movimento Estudantil, nas chamadas “Ocupações de Reitoria”. Também servem para dar visibilidade à causa. O MPL promove ocupações em pistas movimentadas e prédios de órgãos públicos relacionados ao transporte, por exemplo.
Escracho	Forma de difamação pública criada pelo movimento H.I.J.O.S., grupo que reúne os filhos de desaparecidos e assassinados durante a última ditadura militar argentina. Pode ser feito de diversas maneiras, como em manifestações artísticas, discursos e através de cartazes. O mote dos escrachos é que se o sistema judiciário não funciona, as próprias pessoas podem fazer justiça.
Trabalho de Base	Consiste em promover ações de conscientização sobre a importância da demanda do movimento. É realizado principalmente em escolas secundaristas e locais públicos, como a rodoviária do Plano Piloto.

As apresentações do Exército de Palhaços e o Catracaço são ações específicas do MPL. Outras, como a bicicletada e as ocupações, foram incorporadas a partir da interação e da identificação com os grupos que as promovem.

Em 2006, o grupo empreendeu a formulação de um projeto de lei baseado em projetos de outros MPLs. A ação foi uma tentativa de obter um resultado específico – o passe livre para estudantes e desempregados – através das instituições políticas. Este é um ponto importante porque nos permite perceber de que forma o movimento organizou a ação de maneira a conciliá-la com os seus princípios. É justamente aí que se encontra o principal interesse desse trabalho: a maneira como o grupo, fundamentado em princípios que em grande medida negam as instituições políticas, orientou a sua ação de forma a atingir ou modificar algo no interior destas.

Na tentativa de conciliar a estratégia com a identidade do movimento, o Projeto de Lei apresentado era de iniciativa popular. Alguns deputados chegaram a fazer propostas parecidas, mas o movimento se recusou a apoiá-los.

"No dia 28 de Abril ocorreu uma audiência pública na câmara dos Deputados sobre o Passe Livre estudantil, promovida por deputados distritais que apóiam o projeto. O MPL-DF apresentou seus argumentos, defendendo que a proposta deve ser apresentada de maneira autônoma e pelas próprias pessoas envolvidas [as/os estudantes]" (BOLETIM MPL-DF, Maio de 2005, com modificações)

A entrega simbólica do projeto com as assinaturas foi feita no dia 26 de outubro de 2005, dia nacional das lutas pelo passe livre. O Projeto de Lei entregue pelo MPL foi rejeitado. Uma das propostas apresentadas por um dos deputados da Câmara Distrital chegou a ser aprovada; mas assim, como em Florianópolis, foi entendido como inconstitucional. A iniciativa do movimento demonstra que em determinado momento, somente as ações diretas não bastavam para sustentar a perspectiva de mudança.

Ao mesmo tempo, a apresentação do Projeto de Lei também pode ser entendida como a consolidação da demanda como o principal elemento da identidade do grupo. Na sua formação, o passe livre foi definido mais como um elemento agregador que permitiria que determinados grupos – orientados por uma perspectiva autonomista e anti-capitalista – atuassem através de ações diretas. Mas o Projeto demonstra que em determinado momento a demanda se sobrepôs a essa aspiração inicial. Tanto que o Projeto de Lei não fazia referência ao passe livre universal.

Cientes das mudanças, os próprios militantes propuseram uma fase de reclusão, a fim de fortalecer a *identidade* do movimento. As manifestações deixaram de ser realizadas por um ano e o grupo se concentrou na investigação da natureza da sua demanda. Estudos sobre o sistema de transporte do Distrito Federal, questões legais e

de experiências ativistas radicais foram compartilhadas entre os militantes.

Embora tenha sido consenso que essa fase de recolhimento era necessária para a consolidação da identidade do movimento, ela acarretou um processo de desmobilização. As reuniões se esvaziaram.

Vale lembrar, portanto, que o aspecto temporal é importante para definir a orientação do movimento nesse momento específico. Seguindo a classificação proposta por Munck, é possível dizer que a postura adotada foi fundamentalista, ou seja, de proteção da identidade diante dos riscos impostos pelas novas dimensões do grupo. No entanto, segundo um dos militantes, "embora tenha permitido o diálogo, o período esvaziou o movimento. E não há como promover a mudança sem mobilizar as pessoas" (Informação verbal, 2008).

Para Munck, a força social fundamentalista é aquela que não assume a sua orientação para a mudança por não querer aceitar os riscos da relação com o meio institucional. O dilema da atitude dos militantes está no fato de que, se por um lado o período fortaleceu sua identidade, por outro fragilizou sua capacidade de mobilização, prejudicando a sua atuação estratégica.

Um pouco além das estratégias: a permanência do movimento

"Continuar nesse movimento é entender que o que construímos, tudo o que nós fizemos, modificou a percepção do espaço urbano, mesmo que numa experiência mais localizada" (Informação verbal, 2008).

Por que continuar participando do movimento? Quando a pergunta foi feita para os entrevistados, as respostas foram semelhantes: o que importa é a perspectiva de que a ação coletiva promove uma mudança contínua, ainda que a demanda pareça inalcançável. Como afirma uma militante do movimento, "o que me leva a continuar participando é a idéia de que 'nós precisamos fazer alguma coisa sempre'" (Informação verbal, 2008).

A idéia por trás dessa percepção é a de que movimentos sociais funcionam mais como uma forma de questionar a lógica da organização social, não só pelas ações que empreendem, mas pelo simples fato de existirem. "Objetivos com certeza existem, mas eles são esporádicos e até certo ponto substituíveis" (MELUCCI, 1997).

Os princípios afirmados propiciaram uma forma de demonstrar pertencimento, fazendo do Movimento um foco centralizador de projetos emergentes de diferentes atores. A existência do movimento acaba influenciando outros atores, que passam a questionar suas ações, em um processo fluido e contingente. Dois entrevistados citaram a opção pela organização horizontal no Movimento de Ocupação da Reitoria da Universidade de Brasília⁶.

No âmbito nacional, é possível perceber que a perspectiva sobre a questão da mobilidade vem se

⁶ No dia 2 de Abril estudantes ocuparam a reitoria da Universidade de Brasília, em protesto contra as denúncias de corrupção na administração da Universidade. A ocupação durou cerca de 15 dias.

modificando, embora não seja possível delimitar em que medida se trata da influência do MPL.

"As cidades devem possibilitar a mobilidade e a convivência juvenil, facilitando aos jovens o acesso à educação, ao trabalho, à cultura e ao lazer. Para isso, é preciso que haja uma maior interação entre a gestão e a organização do espaço urbano com as questões juvenis" (I CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2008).

No entanto, vale lembrar que esta perspectiva foi ressaltada na pesquisa por conta de uma de suas limitações: os militantes entrevistados são os mais ativos em um período de baixa mobilização, quando o movimento saía da sua fase se reclusão. Ou seja, são os atores que melhor se identificam com o conflito e dão sentido a ele. Nesse caso, participar do movimento é mais interessante pela experiência que ele permite do que pela conquista da sua demanda. Talvez para outros, a demora na obtenção do direito motiva a não-participação. A postura fundamentalista faz com que as interpretações sobre o significado político do movimento se multipliquem e o grupo perde a capacidade de coordenar-se em prol da mudança.

Conclusões Gerais

O Movimento Passe Livre (MPL) constituiu-se como um dos grupos de destaque do ativismo juvenil de Brasília. Sua demanda, o passe livre universal, é um desafio através do qual se questiona a exclusão social promovida pela forma de organização do espaço urbano.

Os princípios nos quais o movimento se afirma são mais bem compreendidos no contexto histórico e social da geração nascida nos marcos da globalização, do neoliberalismo e do fracasso das experiências socialistas. Embora nem sempre diretamente citado, o anarquismo constitui-se como uma referência importante porque permite e dupla negação: tanto das instituições políticas

como das formas de organização que se opunham a elas, vinculadas ao socialismo.

Na perspectiva do trabalho de Gerardo Munck (1997), o MPL tem dificuldade de lidar com a necessidade de diálogo com as instituições políticas. Por isso, a ênfase recai sobre as ações diretas, realizadas no âmbito da sociedade civil. Como uma experiência em pequena escala, o movimento é capaz de influenciar outros grupos, pois sua forma de ação antagonista faz dele um "desafio simbólico", nas palavras de Melucci (1997).

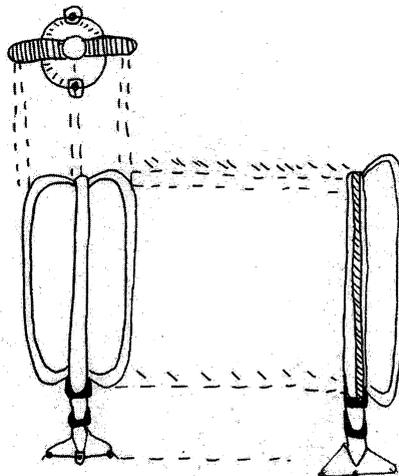
Não existem, contudo, conquistas objetivas. O desafio, portanto, é conciliar a natureza da sua identidade com as estratégias que o orientam. A verdadeira aspiração, o passe livre universal, depende da força e da capacidade do movimento de transformar de fato a realidade. Pela sua forma atual, o caminho é longo e o risco de limitar-se a uma política de identidade é significativo.

É preciso considerar também as dificuldades de chamar a atenção despertada no início do movimento. Não há muitas perspectivas de conseguir alcançar a tarifa zero, porque isso implicaria mudanças significativas na percepção do espaço social, o que dificulta a mobilização. O compromisso com a mudança, como um todo, fica comprometido. Embora haja o empenho por parte dos fundadores em continuar com as ações diretas, é até difícil para novos integrantes perceberem o significado profundo da demanda.

Por isso, a dificuldade com classificação dada por Munck diz respeito aos aspectos temporais da dinâmica do Movimento. Embora o caso tenda a encaixar-se na definição de autolimitado, esta definição não dá conta dos dilemas específicos que surgiram da fase de reclusão do movimento, momento da definição dos novos termos utilizados nas ações.

O importante é perceber, portanto, que apresentar os dilemas que envolvem o diálogo entre o movimento e as instituições políticas nos termos da dicotomia *identidade e estratégia* não pode implicar a redução do significado que o movimento assume como ator estratégico dos conflitos sociais. Sua atuação se desenvolve por meio de um processo fluido e contingente, que muitas vezes vai além das nossas possibilidades de apreensão da realidade.

Submetido em Setembro de 2008
Aprovado em Maio de 2009



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- I CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE (2008). *Documento Base*. Brasília, Secretária Nacional de Juventude.
- ABRAMO, Helena. (2007). *Juventude e integração Sul-Americana: caracterização de situações-tipo e organizações juvenis. Relatório Nacional Brasil*. Rio de Janeiro, Ibase e Instituto Polis.
- ANTOUN, Henrique. "Jornalismo e ativismo na hipermídia: em que se pode reconhecer a nova mídia". *Revista Famecos*, Porto Alegre, nº 16, dezembro de 2001.
- BICICLETADA. <http://www.bicicletada.org/O+que+%C3%A9>. Acessado em 29 de Junho de 2008.
- BOLETIM MPL-DF. <http://brasil.indymedia.org/media/2005/05/316458.pdf> .. Acessado em 27 de Junho de 2008.
- ESCRACHE. <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2002/08/33518.shtml> (Acessado em 28 de Junho de 2008) e <http://www.brazil-brasil.com/content/view/261/44/>.
- GOHN, Maria da Glória (2008). *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*, São Paulo, Edições Loyola.
- GOODWIN, Jeff e JASPER, James M (2005). "Editors' Introduction", in: Goodwin e Japer (orgs). *The Social Movements Reader: cases and concepts*, Malden.
- LÜCHMANN, Lígia & SOUSA, Janice (2005). "Geração, Democracia e globalização: faces dos movimentos sociais no Brasil Contemporâneo". In *Serviço Social e Sociedade*. Santa Catarina, Ed. Cortez.
- MELUCCI, Alberto (1997). "Juventude, tempo e movimentos sociais". *Revista Young*, vol. 4, nº2.
- MENDES, Elisa Rosas (2007). "Por uma vida sem catracas!": Um estudo sobre o movimento passe livre. Monografia de graduação em Sociologia. Brasília: Universidade de Brasília.
- MONACO, Rafael. "Caminhos do transporte: Ônibus". DFTV, Brasília, 5 de set. 2005. Disponível em: <<http://redeglobo6.globo.comhttp://dftv.globo.com/Dftv/0,6993,VDDO-2941--110682-0,00.html>>. Acesso em 7 de junho de 2009.
- MUNCK, Gerardo (1997). "Formação de Atores, Coordenação Social e Estratégia Política: Problemas Conceituais do Estudo de Movimentos Sociais". *Revista Dados*, vol. 40 nº1.
- NUNES, Brasilmar Ferreira (2007). "Consumo e Identidade no meio juvenil: considerações a partir de uma área popular do Distrito Federal". *Revista sociedade e Estado*, vol. 22, nº3.
- TATAGIBA, Luciana (2008). *Movimentos sociais e sistema político. Um diálogo (preliminar) com a literatura*. Campinas, Paper apresentado no 6º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política.

Agradecimentos: à minha família, por tudo. À Isadora e à Paula, pelos comentários.

O percurso, o concurso e o curso: as condições de possibilidade do próprio privilégio

Leonardo Melo Lins

Lucas de Matos Sardinha Pinto

Graduandos do curso de Ciências Sociais / UFMG

Palavras-chave: Vestibular; Sociologia da Educação; Perfil de Estudantes

Key Words: Vestibular; Sociology of Education; Students Profile

RESUMO: A elaboração de "perfis" é comumente adotada nas ciências sociais. Para tanto, o survey é o método mais utilizado. Porém, há uma gama variada quanto às intenções no emprego desse instrumento. Em alguns casos busca-se um "perfil fotográfico" que ilustre características de populações. Em outros, no entanto, o objetivo é alcançar explicações causais dos fenômenos. Dessa forma, o alcance de diferentes objetivos a partir de uma mesma metodologia demanda muitos cuidados, mas que são comumente negligenciados por adeptos do referido método. O estudo pretende fazer uma discussão teórica a respeito da utilização dos "perfis", argumentando que de um modelo ao outro é necessário operar uma inversão lógica do princípio norteador desses estudos, uma vez que não é a estatística que cria o perfil, mas, ao contrário, é este que nos fornece possíveis regularidades que constituirão, posteriormente, as estatísticas. Para tal objetivo, usamos um estudo de caso sobre as condições de acesso a UFMG.

ABSTRACT: The "profiles" elaboration is usually adopted in the social sciences. For that, the survey is the method most used. But there is a range intention regarding the employment of this instrument. In some cases the aim is the "photographic profile" that illustrates characteristics of the population studied. In others, however, the aim is to reach causal explanations of the phenomena. Thus, the range of different aims on the same methodology demands many care, but commonly overlooked by supporters of both method. The present article intend to make a theoretical discussion of the profiles uses arguing that from one model to another it is necessary to bring about a logical inversion on the guiding principle of these studies, since it is not the statistics the create profiles, but unlikely, the profiles is the one that give us possible regularities that will form, later, the statistics. For that aim, we use a case study about the conditions of admittance of the Federal University of Minas Gerais.

"Como posso seguir uma regra?" – Se isto não é uma pergunta pelas causas, é então uma pergunta pela justificação para o fato de que eu ajo segundo a regra assim. Se esgotei as justificações, então atingi a rocha dura e minha pá entortou. Estou então inclinado a dizer: "é assim que eu ajo".
(Ludwig Wittgenstein)

Introdução

O trabalho ao qual este artigo se refere é fruto de uma das atribuições do Programa Monitoria de Graduação da Faculdade de Educação/Departamento de Ciências Aplicadas à Educação, no qual um dos objetivos é traçar o perfil sócio-econômico dos alunos do primeiro período do curso de Pedagogia. Nesse, empreendemos uma pesquisa em duas etapas: na primeira, buscamos uma caracterização objetiva da condição dos alunos, isto é, a aplicação de um questionário que foca em três frentes, a saber, o indivíduo, a família e situação escolar; na segunda etapa, o objetivo é captar os discursos dos próprios indivíduos acerca desta caracterização objetiva. Dessa forma, como demonstrado, o Perfil elaborado é resultado de uma confluência de metodologias: uma primeira parte terminantemente estatística, seguida de uma segunda de caráter subjetivista, estruturada a partir de entrevistas qualitativas. Esse uso de duas metodologias se fez preciso tendo em vista

um debate maior, que versa sobre os limites e as possibilidades dos estudos de Perfil, um ponto que desejamos abordar agora.

É de conhecimento geral que o desenvolvimento de perfis sócio-econômicos é prática corriqueira em várias instâncias: universidades, secretarias, ministérios, prefeituras etc. A justificativa para tal é a caracterização de uma determinada população a partir de critérios estabelecidos como, por exemplo, idade, renda familiar, tipo de ensino médio cursado etc. Desses dados, que anteriormente denominamos objetivação, podemos observar como a população estudada se distribui, obtendo variadas frequências estatísticas. Na UFMG, o Perfil oficial e os que são feitos dentro de cada curso seguem esta lógica: o que se chama de Perfil dos estudantes é a mera corroboração com frequências estatísticas, sendo o trabalho um exercício de pleonismo, isto é, descrever o que a estatística por si só já diz. Ou seja: um perfil descritivo, fotográfico, paralisado na coleta de dados, pois ele é construído terminantemente a partir das perguntas do questionário e dos resultados estatísticos. Nossa posição e, por conseguinte, o Perfil por nós elaborado, é a de que este é um trabalho limitante que não esgota as possibilidades heurísticas advindas com a análise dos dados, juntamente com o uso de metodologias qualitativas e, principalmente, um melhor tratamento teórico do tema.

O Perfil a ser proposto segue uma premissa teórica que opera a partir de uma inversão ló-

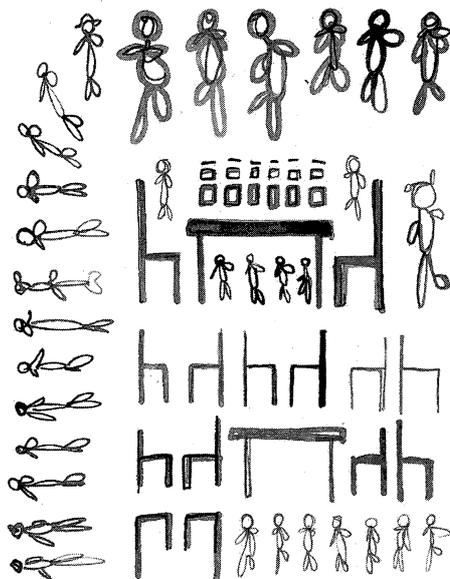
gica do norte orientador dos outros estudos de perfil, uma vez que, para nós, não é a estatística que cria o perfil, este, pelo contrário, é que cria a frequência estatística. Esse ponto necessita uma maior explicitação. O que defendemos aqui é a seguinte hipótese: os estudantes aprovados no vestibular comungam de fatores que (de cunho social, simbólicos) os tornam diferenciados a ponto de conseguirem sucesso em um exame e os unem em um curso de graduação.

Desta forma, o grande problema dos estudos de perfis anteriores é não possuir uma premissa teórica a tratar com os dados estatísticos, possuindo apenas uma análise descritiva de estatísticas, reiterando, assim, como dito anteriormente, aquilo que podemos chamar de *doxa* acadêmica. Portanto, nosso objeto é uma série de indivíduos que, sendo já previamente selecionados, estão inseridos em um contexto social de valorização da educação e que possuem inscritos em seu ser social o reconhecimento destes valores, inculcado em instituições de ensino e na família. O desafio aqui, representado pelo nome de Perfil, é delimitar este universo valorativo anterior à Universidade que coloca uma parcela ínfima se digladiando por vagas em uma instituição de ensino superior.

Podemos observar no vestibular a operação de duas seleções: a primeira é facilmente observada, ao tomarmos em conta o reduzido número de inscrições, tendo em vista a totalidade de formandos do segundo grau; a segunda, podemos dizer, é o vestibular em si, ou seja, a seleção, através de exame, dos estudantes. Uma vez que tratamos de alunos já na Universidade, nosso foco é evidenciar os critérios desta seleção primeira, já que sua ação se mostra como selecionadora dos prováveis futuros universitários. Aqui se inicia uma divisão dentre aqueles que entrarão na UFMG: primeiramente, os futuros universitários, que possuem características que os colocam em relação de intimidade com o vestibular; segundo, os prováveis futuros universitários, que não possuem tais características, e disputam entre si, sendo o fator da aprovação tributado a vários elementos, que não serão tratados aqui. Para o entendimento de um sistema como o vestibular, isto é, os mecanismos sociais que operam em seu funcionamento,

devemos nos ater à normalidade e evidenciar as condições de possibilidade dessa. Portanto, ao usarmos a expressão "futuros universitários", nos referimos àqueles estudantes que possuíram as condições de possibilidade que favoreceram um sucesso no vestibular sem mais traumas; um estudante cujo sentido dado ao vestibular é algo mais do que um concurso, é um curso natural, que se segue ao término do Ensino Médio e para o qual vem sendo preparado ao longo de seu percurso educacional. Podemos entrever uma relação mais livre, longe das amarras das preocupações práticas do cotidiano, um universo à disposição da manifestação da condição de possibilidade, que é a própria função teleológica da mesma: a escolha de um determinado curso, geralmente não muito distante das disposições manifestadas nas condições de possibilidade do percurso.

Ao observar os vestibulandos, alguns autores, Braga *et al* (2001), Ferreira *et al* (2000) e Ferreira, (2003) se esforçam para mostrar a causa do sucesso no vestibular: maior renda, maior capital cultural, estes fatores unidos, aspectos cognitivos, aspectos de classe etc. A literatura é vasta e difusa, sempre buscando a causa de um efeito; aqui, os fatores do sucesso no vestibular. Temos aqui um problema que estes autores tiveram que se deparar e o negaram: de fato, temos causas e um efeito que se dá em um tempo determinado; porém, esses são produtos de tempo anteriores, que chamamos as condições de possibilidade dos futuros universitários e que dificilmente são apreendidos a partir de perguntas "tradicionais" em perfis de estudantes como o local do ensino médio (rede pública ou privada), grau de instrução dos pais, etc. Analisar os vestibulandos em sua manifestação última, o efeito de uma causa, é corroborar com a facilidade teórica que só mostra o que já sabemos. É de mais proveito evidenciar as condições de possibilidade dessas causas e efeito, isto é, o substrato do qual emergem os futuros universitários; ao prestar vestibular estes já são o efeito de várias causas, já foram selecionados, sendo sua compreensão um exercício que nos remete a um tempo anterior, o tempo da "primeira" seleção. Portanto, são nas condições de possibilidade dos futuros universitários que encontraremos o seu Perfil; nessas



que observamos um percurso, que dará sentido a um concurso e à escolha de um curso específico.

Com isso não queremos invalidar a estatística, nem os estatísticos ou sociólogos que utilizam desse instrumento para construção de seus argumentos. Pelo contrário, pretendemos, apenas, elucidar que para compreender o perfil de estudantes universitários é necessário voltar o olhar para momentos anteriores ao vestibular e às características que um aluno carrega no dia da inscrição desse concurso. Para isso, é muito importante munir-se de outros "instrumentos", uma vez que essas características derivam de sutilezas que dificilmente aparecem em perguntas fechadas de um questionário.

Até o momento, ficou evidente que o Perfil do estudante não é a compilação estatística que muitos o fazem crer, mas sim, um complexo quadro de condições de possibilidade que o enseja: os futuros universitários, desse modo, comungam de um Perfil, esse, como visto, será evidenciado na medida em que as condições de possibilidade se manifestam. Isso não significa que o Perfil existe naturalmente. Ele também é um construto do pesquisador, mas que deve ser buscado nas tais condições de possibilidade do indivíduo perante o concurso do vestibular. O que torna um estudante um futuro universitário? Passemos a este ponto.

Observemos esta idéia:

"... o estudante típico que ingressa na UFMG pode ser identificado como sendo de classe média, cursou ensino médio diurno não-profissionalizante, é solteiro, declara-se da raça branca, ingressou na UFMG pouco depois de concluir o ensino médio, reside em Minas Gerais e pelo menos um de seus pais tem formação superior" (BRAGA & PEIXOTO, 2006, p23).

Acreditamos estar aqui o Perfil pleonástico dos estudantes da UFMG, exemplificado numa cadeia de características que compõem a maioria do seu alunado. Assim, probabilisticamente, os que estiverem emoldurados neste compêndio, possuem grandes chances de se tornarem futuros universitários. Entretanto, acreditamos, como o fizemos por mostrar, que esta compilação estatística não nos mostra as condições de possibilidade e, é claro, isso escapa às análises de Braga & Peixoto. A questão a ser colocada, para maior compreensão deste sistema do vestibular, é simples: observando as análises de Braga, reduzindo-a a sua forma menor, cabe indagar por que a UFMG possui um "estudante típico"? Ou, por que são essas as características do estudante típico da UFMG e não outras? Pensando nos termos da admissão na UFMG, o que Braga & Peixoto nos mostram é, podemos dizer, aquele estamento que possui as condições de possibilidade para a aprovação no vestibular. Cabe indagar como é formado esse estamento de futuros universitários e que fatores o compõem como diferenciado, isto

é, previamente aprovados. Portanto, se há um estudante típico, com certeza há características homogêneas, e essas são o diferencial que se inscreve nas condições de possibilidade para um agente se tornar tal estudante. Nosso ponto é bem claro: o que vários autores negaram é o processo de formação do estudante típico, buscando em variados fatores que o torna um, em momentos diversos e imediatos; porém o estudante típico é uma manifestação temporal que conta com as primeiras condições de possibilidade. Passemos à explicitação de nossas posições a partir de um estudo de caso realizado no Programa de Monitoria de Graduação da Faculdade de Educação da UFMG com o objetivo de traçar o perfil dos calouros de Pedagogia no ano de 2008. Com esse objetivo foi aplicado um questionário que foca em três frentes, a saber, o indivíduo, a família e situação escolar. Com os resultados desse questionário, foi possível selecionar algumas pessoas para a entrevista aberta, semi estruturada, com o objetivo de compreender melhor os meandros que levam um indivíduo a passar no vestibular. Para isso foram feitas perguntas sobre o relacionamento da pessoa com os pais, com os colegas da escola, com os amigos, além de perguntas sobre a reação da família após o insucesso no vestibular (para o caso de pessoas que foram reprovadas em algum vestibular).

A partir da análise destes dados, podemos pensar nossa amostra dividida em dois tipos ideais no momento do exame vestibular: os futuros universitários e os prováveis futuros universitários. Os primeiros possuem entre 18 a 20 anos, passaram ao primeiro, ou segundo, exame vestibular e são provenientes da escola privada. Por sua vez, os segundos possuem 21 anos ou mais, tentaram outros cursos antes de Pedagogia e cursaram escola pública. Essa tipologia é importante, pois nos dá maior poder explicativo, uma vez que os futuros universitários são mais próximos do "aluno típico" da UFMG de Braga & Peixoto, porém os prováveis futuros universitários, hoje são também alunos da mesma universidade. Cabe lembrar que trabalhamos com a caracterização do censo da UFMG, uma vez que é clara a sua constatação do "aluno típico". Portanto, nosso estudo se mostra como a análise de um caso, mostrando a regularidade em um curso que pelo mesmo censo é dito como mais abrangente socialmente. Dessa maneira, observamos que no vestibular existem alunos para os quais o exame é um percurso natural com sucesso ao fim do Ensino Médio e outros que possuem um percurso com mais obstáculos, que vão desde sucessivos insucessos na tentativa de ingressar em outros cursos à anos de escolaridade interrompida.

As tabelas abaixo foram extraídas da pesquisa referida acima que buscava delimitar características sócioeconômicas dos estudantes calouros de Pedagogia, que entraram na Universidade no segundo semestre de 2008. Como foi salientado, realizamos essa pesquisa enquanto uma das atribuições do Programa de Monitoria de Graduação

da FAE/UFMG. Fonte: Pesquisa realizada pelos próprios pesquisadores durante o segundo semestre de 2008. Todas as tabelas dizem respeito aos dados coletados nesta pesquisa.

Sexo	Frequência	Percentual
Masculino	2	3,3
Feminino	58	96,7
Total	60	100

Fonte: Pesquisa Perfil dos Estudantes de Pedagogia 2008/2 DE-CAE-FAE-UFMG

Idade	Frequência	Percentual
18	11	18,3
19	15	25
20	8	13,3
21	3	5
22	4	6,7
23	5	8,3
25	2	3,3
26	3	5
28	1	1,7
33	1	1,7
34	2	3,3
37	1	1,7
39	1	1,7
50	1	1,7
52	1	1,7
67	1	1,7
Total	60	100

Fonte: Pesquisa Perfil dos Estudantes de Pedagogia 2008/2 DE-CAE-FAE-UFMG

IDADE	Quantidade de anos que tentou ingressar em um curso superior					Total
	1	2	3	Mais de três		
18	11	0	0	0	11	
19	7	8	0	0	15	
20	1	6	1	0	8	
21	0	0	3	0	3	
22	0	0	3	1	4	
23	0	1	4	0	5	
25	0	1	1	0	2	
26	1	1	0	1	3	
28	0	0	1	0	1	
33	0	0	0	1	1	
34	1	0	0	1	2	
37	1	0	0	0	1	
39	0	1	0	0	1	
50	0	0	0	1	1	
52	0	1	0	0	1	
Total	22	19	13	5	59	

Fonte: Pesquisa Perfil dos Estudantes de Pedagogia 2008/2 DE-CAE-FAE-UFMG

Idade	Tipo de escola que cursou, integralmente ou na sua maior parte, o Ensino Médio					Total
	Publica Federal	Publica Estadual	Publica Municipal	Federal		
18	1	2	0	8	11	
19	1	6	1	7	15	
20	0	1	1	6	8	
21	0	2	0	1	3	
22	0	3	0	1	4	
23	1	3	0	1	5	
25	0	1	1	0	2	
26	0	2	1	0	3	
28	0	1	0	0	1	
33	1	0	0	0	1	
34	0	1	0	1	2	
37	0	0	0	1	1	
39	0	1	0	0	1	
50	0	0	0	1	1	
52	0	1	0	0	1	
67	0	1	0	0	1	
Total	4	25	4	27	60	

Fonte: Pesquisa Perfil dos Estudantes de Pedagogia 2008/2 DE-CAE-FAE-UFMG

Tendo explicitado este ponto, fica claro que a idéia de aluno típico não nos ajuda, já que ela se refere à maioria dos alunos, mas não explica seu porquê, e deixa uma série de alunos como "atípicos", ou melhor, sem explicação nenhuma, pois se eles não apresentam as características que "favorecem" o sucesso no vestibular, por que eles obtiveram êxito? Faz-se necessário, agora, evidenciar o que queremos dizer por condições de possibilidade.

A melhor maneira de delimitar as condições de possibilidade é trazer à tona suas partes constituintes: a *illusio* e o tempo livre. Desde já salientamos que há diferenças qualitativas nas condições de possibilidade dentre as tipologias, isto é, os futuros universitários as apresentam em maior grau do que os prováveis futuros universitários. A *illusio* é um conceito elaborado por Pierre Bourdieu em algumas passagens de sua obra, com o intuito de relacionar o agente, seu *habitus* e a ação em um campo específico, através de um sentimento de pertencimento, no qual o conhecimento é uma relação de reconhecimento. Os agentes em determinados campos se sentem confortáveis e hábeis para agir, desenvolvem a disposição para a ação, ou em analogia com o jogo, como o faz Bourdieu, "estar preso no jogo, preso pelo jogo, acreditar que o jogo vale a pena, ou para dizê-lo de maneira mais simples, que vale a pena jogar" (BOURDIEU, 1996, p. 139). A *illusio*, desta forma, delimita o espaço social de atuação de um agente. Conforme a analogia nos mostra, para jogar é preciso es-

tar imbuído da regra, essa delimitando a forma de ação, de movimento, para determinada situação. Uma passagem um pouco mais extensa nos mostra perfeitamente essa relação:

*"Cada campo (religioso, artístico, científico, econômico etc.), através da forma particular de regulação das práticas e das representações que impõe, oferece aos agentes uma forma legítima de realização de seus desejos, baseada em uma forma particular de *illusio*. É na relação entre o sistema de disposições, produzido na totalidade ou em parte pela estrutura e o funcionamento do campo, e o sistema das potencialidades objetivas oferecidas pelo campo que se define em cada caso o sistema de satisfações (realmente) desejáveis e se engendram as estratégias razoáveis exigidas pela lógica imanente do jogo (que podem estar acompanhadas ou não de uma representação explícita do jogo)" (idem, 1996a, p.259).*

Esta passagem é de crucial importância para nossa argumentação. Ao colocarmos que não poderíamos pensar o estudante imediatamente, buscando sua composição em vários tempos, objetivamos evidenciar que sua construção é paralela à incorporação da regras do jogo educacional, que ao longo dos anos vai criando "satisfações desejáveis". O percurso é um aprendizado da regra do jogo, e o vestibular é uma manifestação desta *illusio*, e como tal, possui sua maneira correta de ser jogado; para o sucesso o agente deve dispender de algumas estratégias, as quais já são manifestadas devido ao longo período de treino, como algumas entrevistas realizadas na segunda etapa da pesquisa nos deixam entrever:

Um futuro universitário...

P: Por que você quis fazer vestibular?

R: Por que eu quis fazer? Pra mim é uma, como é que eu posso falar assim? Como se fosse um complemento sabe? Eu teria que terminar o terceiro ano e fazer o vestibular como se fosse algo, tipo assim, obrigatório. Para mim, eu e meus pais, tava muito colocado que eu teria que fazer o vestibular de qualquer maneira.

P: Nenhuma outra opção?

R: Não. Por os meus pais terem feito pós-graduação tudo, lá em casa era obrigatório, uma coisa que estaria assim como indispensável.

P: Desde quando eles já falavam disso?

R: Olha... Eu não sei, mas minha mãe sempre falou, não sei desde quando, mas eles sempre falaram. A gente até passava aqui [UFMG] na porta, ela falava: "Vocês vão estudar aqui. Vocês têm que fazer de tudo para estudar aqui, porque aqui é melhor".

P: Por que você tentou Pedagogia?

R: Olha, igual eu falei lá na sala, eu não tinha isso na cabeça de fazer pedagogia. Eu fiquei bem assim... Eu tinha preconceito com relação ao curso. Mas, eu fiz no segundo ano um teste vocacional e ficou muito voltado para essa área. Aí eu comecei a pesquisar as outras profissões mesmo, "eu acho que é isso mesmo que eu quero". Mas eu acho que é fácil, porque Educação é uma área que está precisando mesmo de gente que realmente queira atuar nesta área, para contribuir. Eu queria né... Eu quero fazer o curso para contribuir com alguma coisa, não quero ser uma pedagoga qualquer.

P: Você tem familiares na faculdade?

R: Eu tenho uma prima que faz Ciências Sociais em Ribeirão Preto, um primo meu tentou aqui Ciência da Computação, mas não passou, aí ele fez no Espírito Santo. Porque da família do meu pai é só mais velho, mas todos os meus tios fizeram, fizeram pós, na família da minha mão também. Por isso que eu falei, isso pra mim é uma cobrança.

Um provável futuro universitário...

P: A primeira pergunta que gostaríamos de saber, e você pode explorar ela, é a seguinte: por que você tentou o vestibular?

R: Porque eu sempre quis estudar na UFMG. Apesar de eu não estar no curso que queria inicialmente. Eu queria prestar vestibular para Medicina. Eu tentei dois vestibulares para Medicina, aí como eu não passei resolvi mudar para a área de Educação. Aí passei para a Pedagogia. Mas é por isso. Eu sempre quis ter uma formação acadêmica, pra mim isso é muito importante e é isso.

P: Então nesse momento você tinha essas duas opções, a Medicina e a Pedagogia, a informação da Pedagogia vem de onde?

R: Na verdade eu li muito sobre isso, antes de escolher. Olhei até a revista Diversa, eu olhava a grade curricular, pra ver se tinha disciplinas que me interessavam. Aí vi que tinha história, que gosto muito, Psicologia, que eu também gosto muito, por isso que eu escolhi. Eu não escolhi aleatoriamente e fiz inscrição. Eu lia antes, tanto que eu lembro: eu falei não vou fazer mais Medicina, e fiquei pensando que eu vou fazer agora? Aí pensei em Pedagogia, na área de Educação, e comecei a ler. Aí foi de janeiro a agosto um dilema: o que eu vou fazer? Aí optei por Pedagogia.

Como observado, nas duas tipologias observamos uma disposição criada e uma intenção: fazer o

vestibular e o curso de Pedagogia. Porém, o que nos interessa aqui é a formação desta *illusio* que temos falado, uma vez que a escolha do curso abarcou fatores muito diversos e difusos, como mostram as entrevistas. Outro ponto é que a disposição criada é a mesma e assim podemos delimitar bem o que é o estudante. A primeira tipologia envolve uma relação mais íntima com o vestibular, já que os agentes sempre foram familiarizados com a Universidade em questão, deixando explícita a continuação do percurso até a mesma com certa naturalidade. Observamos que grande parte da contribuição dessa *illusio* vem da família, objetivo tornado estilo de vida, favorecendo a disposição para o jogo ao qual é treinado. A segunda tipologia mostra semelhante grau de anseio acadêmico, porém a relação de dúvida entre dois cursos evidencia um menor investimento dessa *illusio*. De qualquer forma, baseando-se na discussão anterior, o que nos interessa acerca da *illusio* é a incorporação das regras do jogo, o reconhecimento, criando uma disposição para agir e uma forma de vida, isto é, um percurso ao qual o agente está familiarizado e poderá, como o diz Bourdieu, tornar uma necessidade em virtude. Para delimitar bem a formação da *illusio*, devemos observar a trajetória escolar dos agentes, uma vez que ela representa um esforço para a perfeita continuação do percurso e possui uma relação íntima com o esforço familiar:

Futuro Universitário...

P: Na sua escola outras pessoas tentaram o vestibular?

R: Eu tenho a impressão que todos tentaram, alguns saíram da escola. Poucos passaram aqui, aí têm alguns que está fazendo cursinho.

P: A maioria tentou na Federal?

R: Sim.

P: Você fez cursinho?

R: Fiz pra segunda etapa, foi um mês no Cursinho 1 (Cursinho que vem se destacando pelo elevado número de alunos aprovados na UFMG).

P: Papel da escola para o vestibular?

R: No Ensino médio eu não sei não, se preparou muito bem não sabe? Eu tava assim, muito descrente que eu fosse passar. Eu acho que eu passei na primeira etapa bem,

porque eu fui fazer prova muito tranquila, não tinha perspectiva nenhuma que ia passar. Geralmente ninguém passa no Terceiro Ano (do ensino médio), eu sou uma pessoa muito nervosa, no dia da Federal eu fiquei tão calma que eu consegui pensar para analisar as questões, então eu fui bem. Depois da prova minha mãe já sabia que de acordo com as respostas... Foi por isso, mas eu achei o terceiro ano assim muito... Eu fiquei um pouco confusa sabe? Pelo fato de ter que sair da escola, deixar os amigos, uma fase de transição, o terceiro ano eu achei muito complicado, um período muito estressante.

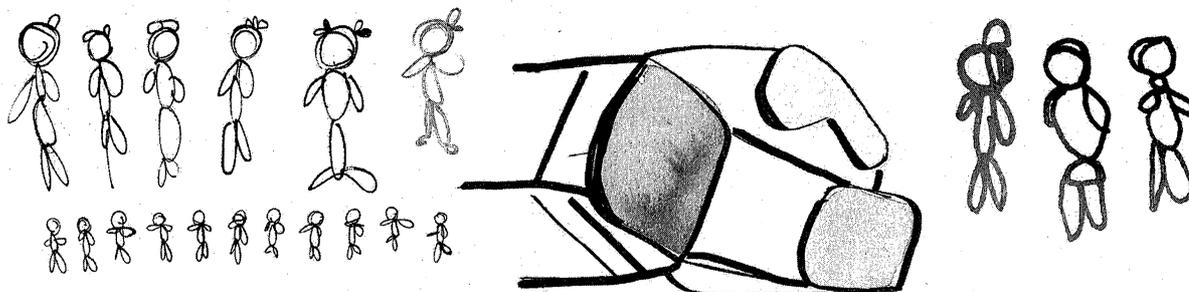
P: No terceiro ano você não trabalhou, e seus pais....

R: A gente não tem dificuldade financeira, a gente é de classe média. Meu pai aposentou agora, ele era bancário. Minha mãe é administradora, mas também não trabalha, pós-graduada mas não trabalha. A gente não tem dificuldade, a gente tem uma vida, não é assim muito luxo, mas meu pai dá conta de pagar as coisas. Ele preferiu que eu estudasse.

P: Se não passasse, poderia ficar mais um ano estudando?

R: Não, eles não queriam. Eles optaram, eu fiz outras faculdades. Eu passei na Faculdade de Pedagogia Privada e eles já tinham feito até a matrícula, caso eu não passasse aqui eu ia fazer lá. Pedagogia voltada para a área empresarial. Eu ainda não sei o que quero. Eu gosto muito da área de educação infantil, mas tenho interesse de trabalhar com pedagogia empresarial. Se eu não passasse aqui eu ia começar o curso de pedagogia empresarial e depois fazer outro curso para complementar, porque o que me interessa mais é educação infantil, trabalhar em escola.

Esta entrevista, referente à primeira tipologia revela pontos interessantes sobre os futuros universitários: proveniente de uma escola da rede privada, o agente conviveu com outros alunos que estavam no mesmo percurso, portanto o papel da escola como instituição de agregação lógica se faz presente. Outro ponto de destaque é a relação íntima com o exame, revelando o aspecto de desinteresse interessado característico da *illusio*.



Provável futuro universitário

P: Você poderia falar para nós sobre sua trajetória escolar.

R: Eu fiz ensino fundamental e médio no mesmo colégio, Escola Estadual, que fica no centro de Belo Horizonte. Eu não achava o colégio muito bom. Acho que a estrutura do colégio era muito pobre para os alunos. Nem preparava a gente pro vestibular não. Mas, a base que tive pra prestar os vestibulares foi os cursinhos.

P: Qual cursinho você fez?

R: Cursinho 2 (Cursinho este relativamente mais caro do que o Cursinho 1) e Cursinho 1. E a preparação da segunda etapa desse ano eu fiz no Cursinho 3 (Escola tradicional de Belo Horizonte). Pra todos vestibulares eu fiz cursinho. Foram dois anos no Cursinho 2 e o último no Cursinho 1. No turno diurno. Só fiquei por conta de estudar, porque eu nunca trabalhei.

P: Você tentou vestibular logo depois que formou?

R: Não, eu dei um tempo de um ano. Formei e aí, em 2004, eu não fiz nada.

P: E dessa sua turma de terceiro ano muitos tentaram?

R: Que eu tenho conhecimento foram três, mas em outras instituições.

P: Em comparação com os seus colegas, por que vocês tentaram e os outros não?

R: Eu não gosto de ficar formando concepção sobre as pessoas, mas você via quem tinha interesse e quem não tinha. Professor tá dando aula, a pessoa tá conversando, aquela mente infantil, tacando bolinha de papel. Acho que tá ligado a uma questão de interesse e não de incentivo. Todo mundo queria concluir o segundo grau pra ficar livre da escola e arrumar um emprego.

Nesta entrevista, podemos ver um diferencial de incorporação da *illusio* em relação à outra tipologia. Há uma menor incorporação, pois há um menor treinamento no sentido de determinar o caminho do percurso; porém, como vimos não há também a imposição de um percurso prático. Porém o papel da escola não é de integração lógica, mas sim de desintegração, uma vez que este agente se define de maneira negativa em relação aos outros componentes de sua classe. Seu percurso é diferente dos percursos alheios. Porém, percebemos que a Escola é importante para perfeita manifestação da *illusio*, já que o provável futuro universitário é incerto sobre qual curso tentar e perde grande tempo mudando de escolha e se educando em cursinhos.

Acreditamos ser central a noção de *illusio*, para escaparmos das explicações do sucesso no

vestibular a partir de dois pontos incomunicáveis: o mérito individual ou a ação de um suposto capital cultural. Com a *illusio* observamos que o mérito individual é fruto de uma trajetória social, que contém variados graus de investimento em capital cultural, esse sendo representado, em maior evidência, como tentativa (na maioria das vezes atingida) de adentrar à Universidade. Assim, ao contrário do que muitos atestam, a Universidade é um ponto de ganho de capital cultural, sendo sua aquisição determinada pelo maior ou menor grau de incorporação da *illusio* que historicamente essa instituição requer dos agentes.

As idéias até aqui expressas nos remetem para a segunda parte das condições de possibilidade. A *illusio* se efetiva, tornando-se uma forma de vida, tão somente quando o agente possui tempo livre para tal. Um denominador comum ressaltado nas entrevistas, e evidenciado nas estatísticas é que a maioria dos agentes não trabalha ou nunca trabalhou. É no tempo livre, fora das amarras da vida cotidiana que a *illusio* do futuro universitário o conduz ao percurso do "aluno típico".

Situação de trabalho em atividade remunerada	Frequência	Percentual
não trabalha	41	68,3
trabalha até 20 horas por semana	6	10
trabalha mais de 20 horas por semana	12	20
Total	59	98,3
Não respondeu	1	1,7

Fonte: Pesquisa Perfil dos Estudantes de Pedagogia 2008/2 DE-CAE-FAE-UFMG

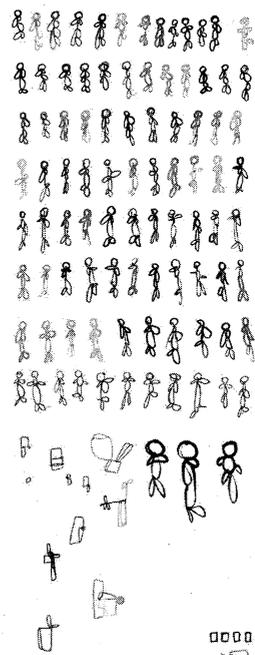


Tabela 6 - Trabalha atualmente em atividade remunerada					
		não trabalha	até 20 horas por semana	mais de 20 horas por semana	Total
Idade	18	8	2	1	11
	19	11	2	2	15
	20	5	1	2	8
	21	3	0	0	3
	22	3	0	1	4
	23	3	1	1	5
	25	0	0	2	2
	26	2	0	1	3
	28	1	0	0	1
	33	0	0	1	1
	34	2	0	0	2
	37	0	0	1	1
	50	1	0	0	1
	52	1	0	0	1
	67	1	0	0	1
Total	41	6	12	59	

Fonte: Pesquisa Perfil dos Estudantes de Pedagogia 2008/2 DE-CAE-FAE-UFMG

Quanto aos prováveis futuros universitários, o tempo livre não é aproveitado ou até mesmo não existe, para o percurso da *illusio*, como ficou mostrado na entrevista, na qual o agente relata ter ficado um ano "sem fazer nada". A *illusio* é determinada na medida em que existe tempo livre para tal, e esse é preenchido por ela. O ponto forte do tempo livre é relegar ao agente uma forma de vida única, que só é possível com a renúncia a outras atividades ou ao exercício diletante dessas. O percurso determinado raramente se desvia, se caso

sim, ou rapidamente se endireita o fluxo ou a falta de sentido conferido a outros objetos da intencionalidade, devido a falta de treinamento, transforma o agente explorador aventureiro em filho pródigo.

Portanto, há uma íntima ligação entre *illusio* e o tempo livre, mostrando as condições de possibilidade que criam o "aluno típico" e o que torna outros menos "típicos" ou, até mesmo, "atípicos". Por outro lado, acreditamos serem falhas as análises que naturalizam (bem diferente de incorporação) o capital cultural, como algo que deve ser analisado através de uma posse sincrônica, no momento de um teste, e não um dinâmico processo social, com um sentido que não se esgota em momento deliberado da análise. O que queríamos mostrar com as condições de possibilidade foi justamente uma prévia seleção simbólica, um processo com uma linguagem que poucos podem entender, devido a um exausto treinamento incorporado; um processo de seleção que não se resume ao olhar sincrônico sem retrospectiva de alguns pesquisadores, mas sim, uma evidência de como são as raízes da maneira de construção da percepção de certos agentes, um princípio de visão e divisão, como diz Bourdieu.

Outro ponto foi a evidência de um aspecto pouco debatido, talvez por inconveniência ou desconhecimento, mostrando que um fator alarmante é a evidente desigualdade simbólica: o que assistimos foi a cega alegria de uma afinidade eletiva entre uma forma de vida e uma instituição, entre um discurso e uma *práxis*, entre uma *illusio* e um privilégio. Espetáculo esse onde todos pensam ser o ator principal e o final é sempre feliz; ao protagonista privilegiado por ser quem ele é, a glória e a alegria de ser quem foi designado para ser. Não estamos dizendo que a Universidade é um todo homogêneo, mas sua seleção tende a favorecer os homogêneos de um todo.

Submetido em Março de 2009
Aprovado em Junho de 2009

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Ana. (2003). "Ultrapassando o pai. Herança cultural restrita e competência escolar" in: *Família e escola*. NOGUEIRA, M.A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, Nadir (Orgs). Vozes 2. ed.
- BOURDIEU, Pierre. (1996), *Razões práticas : sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Correa. Campinas, Papirus.
- _____. (1996a), *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo, Companhia das Letras.
- BRAGA, Mauro Mendes; PEIXOTO, Maria do Carmo L.; BOGUTCHI, Tânia F. (2001), "Tendências da demanda pelo ensino superior: estudo de caso da UFMG". *Cad. Pesqui.* São Paulo, n.113, jul. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742001000200007&lng=pt&nrm=iso. Acessado entre 01/12/2008 a 05/03/2009
- BRAGA, Mauro & PEIXOTO, Maria do Carmo L.. (2006), *Censo socioeconômico e étnico dos estudantes de graduação da UFMG*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- CICOUREL, Aaron V. (1964). *Method and measurement in sociology*. London: Free Press of Glencoe, Collier-Macmillan.
- FERREIRA, R. A.; PERET FILHO, L. A.; GOULART, E. M. A.; VALADAO, M. M. A. (2000) "O estudante de medicina da Universidade Federal de Minas Gerais: perfil e tendências". *Rev. Assoc. Med. Bras.* Vol.46, n.3. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010442302000000300007&lang=pt. Acessado entre: 01/12/2008 a 05/03/2009.
- FERREIRA, Marcelo Costa (2003). Consumo cultural e espaços sociais: os vestibulandos das universidades públicas na cidade do Rio de Janeiro, 1990. *Opinião. Publica* [online], vol.9, n.1, pp. 170-189. Disponível em : http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762003000100007&lang=pt. Acessado entre: 01/12/2008 a 05/03/2009

Fermentando o inimigo: considerações sobre a cauinagem ameríndia

Carlos Gomes de Castro

Nikolas Raphael Gil Alcon Mendes

Graduandos do curso de Ciências Sociais / UFMG

Palavras-chave:

cauinagem; fermentação; antropofagia; Araweté, Yudjá; Tupinambá.

Key Words:

cauinagem; fermentation; anthropophagy; Araweté Indians; Yudjá Indians; Tupinambá Indians.

RESUMO: Este artigo tem por objetivo fazer um contraponto das festas do cauim dos antigos Tupinambá com a dos Yudjá e Araweté. Discutimos a *cauinagem* a partir de uma linguagem culinária, abarcando principalmente questões relacionadas à fermentação e à abertura para o outro, tema transversal ao pensamento ameríndio.

ABSTRACT: This paper aims to compare the old parties of Tupinambá beer with the Yudjá and Araweté. We discuss the cauinagem from a culinary language, covering mainly issues related to fermentation and the opening to the other, a main subject in Amerindian thought. "Como posso seguir uma regra?" – Se isto não é uma pergunta pelas causas, é então uma pergunta pela justificação para o fato de que eu ajo segundo a regra assim. Se esgotei as justificações, então atingi a rocha dura e minha pá entortou. Estou então inclinado a dizer: "é assim que eu ajo".

"A cauinagem não tem necessidade de resvalar em antropofagia, pelo simples fato de que, em certo sentido, ela já o é".

(Tânia Stolze Lima)

"Se não houvesse inimigos, seria preciso inventá-los".

(Pierre Clastres)

vais de cerveja fermentada percorreram séculos e ainda hoje são parte integrante da socialidade de alguns grupos indígenas.

A par da importância dessa festa tipicamente ameríndia, retomamos, neste artigo, as narrativas de Jean de Léry (1980) sobre os antigos Tupinambá da costa e as etnografias contemporâneas sobre os Araweté e os Yudjá, de Viveiros de Castro (1986) e Tânia Stolze Lima (2005), respectivamente. Focalizamos dois pontos nas análises das cauinagens: o processo de fermentação e a lógica da predação. O primeiro remete-nos ao papel das mulheres e dos homens na construção transformadora da mandioca ou do milho em cauim embriagante, resultando na transmutação da bebida em gente. O segundo atira-nos para discussões caras às reflexões etnológicas das Terras Baixas da América do Sul, em que estão implicados temas como vingança e guerra. Esse enfoque tem como objetivo apresentar, sucinto e difusamente, as permanências e as transformações da festa do cauim ao longo do tempo.

O trajeto do texto é claro. Partimos dos rituais antropofágicos tupinambá, mostrando como era preparado o cauim e o inimigo a ser sacrificado, bem como se dava a ida à guerra. Em seguida, comparamos a feitura do cauim entre os Araweté e os Yudjá com aquela dos Tupinambá. Logo após, descrevemos, como uma costura em zigue-zague, o dia da festa do cauim entre os

Introdução

É de longa data a história das cauinagens – festins canibais movidos a grande quantidade de bebida fermentada. Os padres André Thévet e Anchieta e os viajantes Hans Staden e Jean de Léry, para citar alguns, deixaram-nos relatos que comprovam a recorrência dessas festas entre os antigos Tupinambá. Em 1555, Anchieta afirmava que as bebedeiras eram o maior mal dos gentios, pois, por meio delas, eles lembravam o passado e sentiam novamente o desejo de se vingar dos inimigos e, por consequência, comê-los (VIVEIROS DE CASTRO, 2002a, p. 250). Ao postular que as cauinagens [maior mal] funcionavam como mola propulsora de outros males, o padre jesuíta apontou, pela via negativa, para a centralidade dessas celebrações na vida social dos ameríndios. Centralidade que não pôde ser extirpada do mundo tupinambá pelos religiosos cristãos. Os festi-



Araweté e os Yudjá, pontuando partes principais desse período “incomum” para os indígenas. Na próxima parte, iniciamos uma possível reflexão sobre o processo de fermentação do cauim, comparando-o com a construção do inimigo. Por fim, apresentamos um paralelo entre guerra, predação e cauinagens, tomando como base a produção etnológica atual sobre as ontologias amazônicas.

Entramos na cozinha dos Tupinambá, Araweté e Yudjá, por meio das cauinagens. Estas nos mostram que, como afirma Lima (2005), “viver em sociedade é, antes de tudo, promover refeições coletivas e cauinagens” (p. 173). Além disso, os festins canibais antigos e atuais talvez sejam um caminho, dentre tantos outros, para o mapeamento das formas alimentares da vida religiosa, guerreira, social, humana e não-humana dos ameríndios. Daí a importância de retomar o que já foi dito sobre eles.

A cauinagem em tempos antigos

Em *Viagem à terra do Brasil* (1980 [1578]), Jean de Léry, um cristão reformado francês que aportou nas terras *brasílis* em meados do século XVI, apresenta descrições densas da paisagem local, das relações de parentesco, da economia, da alimentação e das festas dos Tupinambá, a fim de revelar, aos ávidos leitores europeus, as novidades do Novo Mundo e de compreender os significados dos rituais e dos símbolos dos povos exóticos. Tais descrições são de grande relevância para a Antropologia, porquanto, além de serem as primeiras imagens construídas dos trópicos, são também fontes documentais que favorecem a construção de teorias contemporâneas sobre os Tupinambá no campo da etnologia. Das diversas imagens dos indígenas pintadas e tecidas por Léry, optamos por abordar apenas aquelas que nos levam a apreciar e analisar as cauinagens – uma culinária festiva – e o ritual canibal, ápice da festa e cerne da vida social dos antigos Tupi da costa brasileira. Guiados pelo viajante, entremos na cozinha dos “selvagens” ameríndios.

A cozinha elaborada tupinambá é objeto de grande interesse para Jean de Léry, pois foi por meio dela que ele percebeu a possibilidade de se compreender o “ser” desses índios recalcitrantes. Seus relatos descritivos não são mecânicos ou simplistas, pelo contrário, são permeados de detalhes da natureza local, das pessoas, dos objetos e também das demarcações estruturais dos rituais, que, em conjunto, proporcionam a apreensão do sentido do ato de cauinar.

Os Tupinambá, segundo o viajante, alimentavam-se basicamente de milho, peixes e mandioca. Desta, eles produziam farinha grossa e fina e o cauim, uma bebida fermentada cujo processo de feitura ficava a cargo das mulheres do momento de colheita dos tubérculos até a mastigação, fervura e fermentação (LÉRY, 1980, p. 129). As bebedeiras eram realizadas durante os rituais antropofágicos. Nestes, os homens tinham um papel preponderante, porque eram os responsá-

veis pela ritualização da morte do prisioneiro. De acordo com Léry, eles se enfeitavam para esse grande ritual, o qual se realizava em meio a danças, zombarias e festejos diversos. As mulheres lhes dispensavam cauim, fazendo-os beber cuias e mais cuias cheias da cerveja turva e azeda. O único alimento servido após a bebedeira era o corpo do inimigo assado no moquéim. Inimigo que, antes de ser morto, era enfeitado para participar da celebração de sua própria morte. O *margaiá* (inimigo) não tinha medo de morrer, não vacilava perante os seus captadores, inversamente, demonstrava braveza e alegria, pois tinha a certeza de que seria vingado (Ibidem, p. 194-6).

A celebração de comer o outro era, para Léry, um louvor à vingança, a qual estava diretamente ligada à guerra. Esta era central na sociedade Tupinambá, que vivia em um estado permanente de guerra contra os *margaiá*. Sem a guerra não existia futuro, não existia devir; sem a guerra a morte findava, contudo, findavam-se também os filhos, os nomes e as festas (CARNEIRO DA CUNHA & VIVEIROS DE CASTRO, 1986). A movimentação da sociedade dependia, portanto, da relação existente entre guerra, vingança e cauinagens (LÉRY, 1980, p. 183).

Assim como existia uma série de preparativos para a festa do cauim, a ida à guerra também possuía toda uma ritualização e demarcações de gênero – homens e mulheres realizavam tarefas específicas. O viajante descreve tudo o que era levado para a guerra: comidas, utensílios, redes, armas. Explica como era utilizado o tacape, o arco, as rodela ou os escudos de couro e arcabuzes, além de apresentar o momento de saída para a guerra. O chamado para guerrear se dava com um discurso dos mais velhos para os mais jovens. Léry transcreve a seguinte fala de um Tupinambá:

“Nossos predecessores, dizem falando sem interrupção uns após outros, não só combateram valentemente mas ainda subjugarão, mataram e comeram muitos inimigos, deixando-nos assim honrosos exemplos; como pois podemos permanecer em nossas casas como fracos e covardes? Será preciso, para vergonha e confusão nossa, que os nossos inimigos venham buscar-nos em nosso lar, quando outrora a nossa nação era tão temida e respeitada das outras que a ela ninguém resistia? Deixará a nossa covardia que os margaiá invistam contra nós? Em seguida, o orador bate com as mãos nos ombros e nas nádegas e exclama: (...) Não, não gente de minha nação, poderosos e rijos mancebos não é assim que devemos proceder; devemos ir procurar o inimigo ainda que morramos todos e sejamos devorados, mas vinguem os nossos pais” (Ibidem, p. 184).

Pelos dados aqui apresentados, fica claro que Léry elaborou uma série de descrições capazes de revelar, em certo sentido, parte daquilo que constituía a vida e o pensamento dos índios de então. Ao acompanhar um combate dos Tupinam-

bá, ao presenciar cauinagens e ao ver um ritual canibal, o viajante percebeu as diversas camadas de significação existentes na vida dos selvagens, escolhendo dentre elas aquela que pudesse criar maior inteligibilidade para a sua tradução. Jean de Léry, além de abraçar a idéia de vingança como algo essencial para a invenção e compreensão do canibalismo tupinambá, propôs uma alegoria do ato de comer carne humana, retirando-o, assim, de uma conotação puramente carnal. O canibalismo passou a ser interpretado como um signo: devorava-se um símbolo, não um corpo. Tal noção baseava-se, fundamentalmente, na concepção de eucaristia dos puritanos, porquanto, ao se dizer, no ritual eucarístico, "tomai todos e comei, esse é meu corpo que será entregue por vós", não é o Cristo como corpo real que está ali se dando, e, sim, um signo. Pela metonímia, faz-se a transferência do corpo e do sangue para o pão e o vinho – o sangue não é mais sangue, e a carne não é mais carne (LESTRINGANT, 1997). O mesmo se dá na antropofagia desenhada por Léry: a devoração do corpo do inimigo transforma-se em um tropo – eucaristia como doação, canibalismo como vingança.

Hans Staden é outro viajante que nos relata detalhes importantes dos antigos festivais antropofágicos. Esse alemão – além de ter sido feito vítima a ser sacrificada, pois foi mantido como prisioneiro entre os Tupinambá durante quase nove meses – pôde participar de muitas cauinagens, dando-nos a possibilidade de colher informações muito ricas para cotejarmos com os rituais festivos contemporâneos. Staden (2007) enfatiza tanto o papel preponderante da mulher na produção do cauim quanto o caráter vingativo das reuniões em que se tomavam essa bebida. A partir da leitura de seus relatos e considerando o que foi apresentado da obra de Léry, surge a seguinte questão: tomando como ponto de referência as cauinagens dos antigos tupinambá, quais permanências e transformações podem ser demarcadas nas festas realizadas pelos ameríndios contemporâneos? Para tentar respondê-la, recorreremos às etnografias sobre os Yudjá, de Tânia Stolze Lima (2005), e sobre os Araweté, de Viveiros de Castro (1986).

Ao redor da panela do cauim

Os Yudjá, segundo Lima (2005), alimentam-se basicamente de peixes, mingaus e cauim, bebida fermentada que pode ser feita de várias espécies vegetais, sendo a mandioca a mais frequente. Tais produtos são colhidos nas roças dos homens, ou melhor, nas roças dos "donos do cauim". O homem, entre os Yudjá, prepara a roça e planta a mandioca, especificando o papel masculino ao redor do cauim (o dono, *iwa*, do cauim). Mas é apenas o ato de plantar que lhe cabe, ficando o restante da produção restrito à mulher: ela colhe a mandioca e a põe para pubar em canoas na beira do rio; após a puba, retira os "intestinos" do tubérculo no mesmo local; e, por fim, um conjunto

de mulheres mastiga a mandioca na casa onde será fermentado o cauim.

O cauim fermentado é encontrado em dois tipos, a saber, o refrescante (*yakupa*) e o embriagante (*dubia*). O *yakupa* é o "resto", o subproduto do *dubia*. Enquanto este é produzido em grandes quantidades – 900 a 1500 litros –, aquele dificilmente ultrapassa os 60 litros. Como os Yudjá não bebem água, o cauim refrescante torna-se um importante alimento diário para as crianças. O *dubia* é o "corpo" do cauim, isto é, a transformação da matéria bruta em bebida forte e embriagante, após trabalho intensivo por parte das mulheres. Contrariamente ao *yakupa*, o *dubia* é servido exclusivamente em dias festivos e tem como função específica matar por embriaguez. O cauim embriagante deixa alegre, fora de si, aquele que bebe. Essa cerveja pode ter sabores diversos, os quais são determinados por graus de diferença: insípido, doce, amargo ou forte, azedo ou podre. O cauim forte é o que embriaga, sendo, por isso, o mais desejado.

A vida araweté segue alguns ciclos que se desdobram desde a variação entre dia e noite até o ciclo anual, dividido basicamente em estação seca e estação de chuva. Uma das principais movimentações diz respeito às vidas na mata e na aldeia, dois modos que se complementam e se opõem quanto às atividades econômico-sociais do grupo. Viveiros de Castro (1986) contrasta esses dois momentos com as principais atividades econômicas: na aldeia, a agricultura; na mata, caça e coleta. Os Araweté ainda fazem a marcação de gênero – enquanto a caça é domínio dos homens, a agricultura fica a cargo das mulheres, sendo elas as responsáveis por quase todo o processo de cultivo do principal alimento da vida aldeã, o milho, inclusive a pilagem e torrefação.

Falar que "lois Araweté moram em aldeias por causa do milho" (VIVEIROS DE CASTRO, 1986, p.264) é trazer para a discussão vários desdobramentos da vida aldeã. Uma das consequências oriundas da relação entre o cultivo do milho e a vida levada durante esse período está justamente no fato de que essa relação é fundamental na formação do que pode ser chamado 'os Araweté', isto porque, entre outras coisas, é desse cereal que se faz o cauim, bebida essencial para as festas que se realizam durante a estação seca, fase de maior concentração de pessoas na aldeia. Assim, comparar o milho nos seus usos cotidianos e em sua expressão cerimonial maior, o cauim alcoólico, é bom para mostrar como a existência e a concentração social dos Araweté variam ao longo do período seco.

"Os alimentos à base de milho cozido obedecem a uma ordenação temporal, ao longo do ciclo anual: a partir da colheita do milho verde, há uma progressão, que vai do menos fermentado e mais substancial até o mais fermentado e menos substancial, do rápido ao lento, do sólido ao líquido, do quente ao frio, do pouco ao muito, do informal ao cerimonial, do auto-consumo ao hetero-consumo" (Ibidem, p. 321).

Guardadas as diferenças, as imagens de Léry e Staden apresentam pontos de contato com o modo de produzir cauim dos Araweté e dos Yudjá, principalmente no que concerne ao papel de donas da cozinha exercido pelas mulheres. Estas preparam alimentos cotidianos e bebidas. Mãos femininas que engordam e embriagam, nutrem e matam. Mãos que possibilitam o encontro com a identidade e com a alteridade, bem como a formação de ambas. As mulheres, apesar de fundamentais para as cauinagens, não as produzem sozinhas, porquanto são os homens que, por meio da pesca, caça e preparação das roças, abastecem a cozinha. Homens e mulheres, juntos, constroem, através da magia do produzir e consumir bebidas fermentadas, os laços do social entre os Araweté e os Yudjá. Daí a importância de se entrar nas cozinhas desses dois grupos indígenas. Nelas, encontramos a preparação do momento maior da vida social desses grupos – o momento que talvez seja o cerne de suas existências: a cauinagem.

O cauim na festa

O sol anuncia mais uma manhã aos espíritos e humanos que povoam as matas e aldeias dos Yudjá. É noite para os Araweté. Momento em que eles conversam e se encontram com os seus e seus outros na aldeia. Aparentemente uma manhã e uma noite comuns. Todavia, é, de fato, um amanhecer ou entardecer para a transgressão do cotidiano: é o dia da “festa do cauim”. Os índios, rotineiramente tímidos, discretos, comedidos, veem-se diante da possibilidade de se tornarem brincalhões, risinhos, desmedidos, em suma, caóticos.

O aviso de que tem cerveja fermentada é dado com música entre os Yudjá. Um homem, dono do cauim, após verificar se a cerveja está no ponto, pega uma trompa e a toca avisando que o festejo começará. A música é, ao mesmo tempo, um convite atrativo e um contra-convite – chama-se para estar-junto os Yudjá e os próximos (convite) e afastam-se (contra-convite) o ogro *pa'i* e as ariranhas, que, de acordo com Lima (2005),

são atraídos pelo cheiro azedo da fermentação. A resposta ao som da trompa é um sonoro “sim!” dos homens, os quais ainda estão dentro de suas casas ou nas proximidades da aldeia. São convidados para a festa também os meninos que pescam e que participam da distribuição de peixe cozido.

Os homens Araweté chegam da caçada coletiva juntos, compactos e barulhentos, pois vêm tocando suas cornetas. As carnes que eles trouxeram da mata são depositadas nos jiraus ou em moquéns. Todos, homens e mulheres, arrumam-se e comem um pouco. A figura do cantador, *marakay*, se comparada com a dos demais, é bastante destoante, isto porque é marcada por uma grande beleza corporal, dizem os Araweté. Quer-se do cantador uma aproximação da forma dos deuses, os *Mai*. As mulheres acendem fogueiras. O cantador, após ser chamado pelo dono do cauim, prova da bebida para saber se está boa. Se sim, os outros homens são chamados pelo cantador para se juntarem no pátio do dono do cauim, onde será realizada a dança e a bebedeira.

Após o chamado, os homens Yudjá, sem se alimentarem, vão alegremente para a casa do cauim. Esse primeiro momento da festa é marcado pela alegria e pela agitação. Na casa do cauim, são servidas aos homens cuias de tamanhos variados (1,5 litros, 3 litros ou 5 litros), cheias da cerveja de mandioca. Conjuntamente se oferece o cauim dádioso: “Quem dá cauim a alguém ouve uma exclamação de surpresa ‘sim!’, e recebe de volta não a cuia vazia, mas transbordando” (LIMA, 2005, p. 221). Uma embriaguez relacional – brayamente alguém recebe a cuia de um doador generoso, o qual a receberá novamente, talvez mais cheia, como vingança. Vemos a formação de um ciclo que prevalece pelo desejo vingativo, o que nos remete à relação dos antigos Tupinambá com os inimigos nos rituais antropofágicos. O dono e a dona do cauim não se embriagam, porquanto têm a função de proteger o grupo e evitar grandes exageros, que nem sempre são passíveis de contenção.

Aos poucos, como salienta Viveiros de Castro (1986), a inércia Araweté é quebrada e to-



das as pessoas presentes na aldeia se encontram no pátio do dono do cauim, que, em verdade, é mais um servidor do que um líder. Já é noite quando a dança engrena. Há toda uma lógica de quem ocupa cada posição no bloco compacto de homens que se enfileiram, lado a lado, e em filas sucessivas, tanto à frente quanto atrás do cantador, que segue no centro. Atrás dele vai o ensinador dos cantos, geralmente uma pessoa mais velha, um cantador experiente. Com o início da dança, serve-se o cauim. "Serve-se", pois é o dono, acompanhado de seus parentes mais próximos, quem se dirige às panelas de cauim. Beber é um ato inverso ao das refeições coletivas, porque os bebedores não vão às panelas para retirar o cauim, eles recebem as cuias diretamente na boca. Só os homens bebem e não comem enquanto o fazem. Essa inversão de etiqueta durante a cauinagem é ponto de contraste com a postura dos deuses, que, ao descerem dos céus para festejar, tomando e dançando no mesmo lugar onde os Araweté realizarão mais tarde a cauinagem, vão pegar diretamente nas panelas suas cuias de bebida fermentada. Não é bom que deuses, mortos e humanos se misturem, pois os dois primeiros, quando ébrios, colocam em risco a vida dos últimos; por isso, esse evento (prelibação) acontece em geral na noite de véspera da cauinagem Araweté. É deixado para o xamã e sua mulher o fardo de receberem esses convidados sagrados, outros por excelência. O xamã é quem os conduz e dá o cauim, oferece-lhes as panelas, e ainda faz a retirada da "coisa xamânica" através do benzimento.

Continua a bebedeira entre os Yudjá. Em roda, as famílias conjugais conversam, narram fatos engraçados, produzem brincadeiras desagradáveis que provocam risos e levam ao divertimento. É o momento do verbo, dos mitos, do contar com o corpo. Momento que é marcado pela alegria e pela rudeza, posto que os participantes da festa ficam cada vez mais ébrios. Movidas por essa embriaguez, as mulheres arrumam os cabelos e se pintam, assim como pintam, com urucum, os maridos delas. As mães cuidam da arrumação dos filhos mais novos.

Com o aumento e aceleração da embriaguez dos Yudjá, passa-se da alegria para a tristeza. Os mais velhos, principalmente mulheres, no auge da bebedeira, experimentam uma saudade leve que enche os olhos d'água. Saudade bela, mesmo cintilando certa tristeza, e, de acordo com Lima (2005), contagiante.

Mas é no canto e na dança que a embriaguez se exprime de forma mais efetiva, não na tristeza ou saudade. Bêbadas, as mulheres, de braços dados, em linha reta, e dando passos para frente e para trás, dançam e puxam cantos. Bêbados, os homens, com as mãos nos ombros uns dos outros, em diâmetro, acompanham as mulheres (Ibidem, p. 253).

A dança araweté continua e os cantos que a preenchem e a marcam são temas de inimigos: esta "é uma dança de guerra" (VIVEIROS DE CASTRO, 1986, p.298). O cauim, aqui, influi decisivamente sobre os dançarinos. Estes, dominados pela

embriaguez, são jogados para fora de suas condições normais de convivência, exigindo maior atenção de suas esposas no que diz respeito ao bem estar de seus parceiros. Incitados pelas músicas, os dançarinos agem como os antigos guerreiros: eles estão pintados e portam suas armas como se fossem para uma guerra. É nesse momento que a morte – narrada nas canções e concretizada no cauim que vai matando os bebedores – entra na festa e lhe dá seu próprio tom.

Os rumos da cauinagem presentificam os excessos. A embriaguez toma conta de todos os que bebem. O choro se faz presente, frases soltas entremeiam o barulho dos chocalhos misturados aos cantos. É-se envolto à confusão de sons, movimentos e imagens. Hora propícia também para se realizar algum tratamento xamânico (Ibidem, p. 337). Há, inclusive, a possibilidade do transe. Neste, os efeitos inebriantes do cauim e a confusão sonora provocada pelo chocalho do cantador e sua voz, somados às vozes dos dançarinos, provocam conjuntamente a saída de si dos participantes. A pessoa perde os sentidos e, por isso, agita bruscamente o corpo e as armas que porta, correndo o risco de ferir alguém próximo a ela (Ibidem, p. 327-8). Neste instante, é necessária a intervenção de outros homens para segurar a pessoa em transe, levá-la para as proximidades de sua mulher e de uma fogueira, a fim de que possa reviver, já que o cauim a "matou".

A dinâmica do dia da cauinagem entre os Yudjá pode ser resumida, seguindo a linha de argumentação de Lima, em três etapas: o primeiro momento se efetiva quando os homens vão para a casa do cauim e separam-se das mulheres (início da bebedeira); o segundo, quando as famílias se reúnem e iniciam um período de divertimento verbal; o terceiro, marcado pelas danças e cantos, é o momento do tornar-se outro – pelas alegrias e raivas exacerbadas, os homens, embriagados pelas mulheres produtoras de cerveja, são metamorfoseados, isto é, transformados em inimigos ou mesmo mortos pela bravura do cauim. Após esta etapa, a festa termina e, no dia seguinte, serve-se peixe cozido a todos os homens e mulheres. Os Yudjá retornam à tranquilidade e à segurança da vida comum.

Quanto aos Araweté, a cauinagem poderia ser iniciada com a prelibação divina, que ocorre ainda na véspera da festança humana, pois lá se encontram deuses e mortos, seres imprescindíveis na composição sócio-cósmica das gentes que povoam o mundo Araweté. Sendo o cauim alcoólico uma exo-bebida (bebida que se toma em companhia com pessoas de fora do grupo, normalmente afins), nada mais justo do que convidar para beber os outros por excelência desse grupo. Poder-se-ia dizer que um segundo momento se faz com a chegada dos homens da caçada coletiva com o alimento a ser consumido posteriormente. Em seguida, realizam-se os preparativos tanto do lugar quanto dos corpos para a festa. Após a ida para o pátio do dono do cauim, os homens se erguem e se põem dançando e bebendo juntos. O clímax da cauinagem é atingido quando o cauim e a dança ine-

briam por completo os homens e tornam inevitável o clima de guerra. O findar da beberagem ocorre normalmente com o alvorecer, mesmo que não tenha acabado toda a reserva de cauim preparado. Se isso vir a acontecer, a festa é retomada no fim de tarde seguinte, na casa do dono do cauim, onde ficam cantando e bebendo até que a noite tome o céu. Contudo, em nenhum momento se dança.

Fermentação do inimigo-matador

Após esse esboço descritivo das cauinagens dos Araweté e dos Yudjá, refletiremos sobre o processo de fermentação do cauim, bebida que mantém uma íntima ligação com o pensamento culinário. Para tanto, recorreremos, de início, a Lévi-Strauss (1968; 2004). Segundo este antropólogo francês, pensar a culinária é entender como os homens tornam os alimentos comestíveis de modos distintos, posto que, das centenas de alimentos presentes na natureza, apenas um determinado número delas é classificado como apropriado para o consumo, o que denota uma atitude ativa dos agentes na escolha daquilo que será comido. Contudo, não basta escolher; é necessário também definir “de que forma” um alimento será comido. Este “de que forma” traz consigo as regras de classificação do que se pode ou não comer. Pois, à primeira vista, um alimento impróprio para o consumo, se ingerido cru, pode tornar-se extremamente apreciado ao passar pelo processo de cocção. Dessa forma, um alimento não é definido como comestível *a priori*; para ser comido, ele dependerá do modo de preparo e da relação que mantém com o mundo sócio-cósmico de cada povo.

É pensando no “de que forma” e na “escolha” do que pode ser comido que entramos no papel das mulheres no processo de puba e fermentação dos tubérculos: a dona do cauim colhe uma mandioca brava que, se consumida em seu modo “natural”, pode envenenar; porém, ao passar pela desintoxicação, a puba, torna-se comestível. Numa gama de raízes, os Yudjá escolhem a mandioca, considerando o alto potencial de embriaguez que dela pode advir. Já os Araweté elegem o milho como alimento principal. O “de que forma” esses dois produtos devem ser consumidos remete-nos à fermentação, responsável pela transformação da mandioca ou do milho em agentes embriagantes. Por si só, eles não conseguem inebriar aqueles que deles comem (ou, posteriormente, bebem), mas, ao entrarem em contato com a saliva feminina, são transmutados em produtos potencializadores da embriaguez. Sztutman, a partir da leitura das *Mitológicas*, de Lévi-Strauss, delimita um possível lugar para o cauim no triado cru, cozido e podre. Nas palavras dele:

“O cauim, dentro desse arcabouço lógico, está situado a meio caminho entre a fermentação e a putrefação. Sua preparação consiste não por menos em três estágios: fermentação, amadurecimento (ou amolecimento) e azedamento (ou apodrecimento). Tal procedimento corresponde (e representa) à transformação da natureza

em cultura, do ser individual em ser social, da infância em vida adulta” (SZTUTMAN, 1998, p. 3).

A fermentação da mandioca ou do milho é, entre os Yudjá e os Araweté, uma construção feita a partir de uma transformação. Construção de caráter duplo, porque o processo de feitura da cerveja envolve o casal, os parentes próximos e outras mulheres da aldeia: está em jogo, portanto, parentes e bebida. O milho ou a mandioca mastigados por elas dão início à fermentação, isto é, o começo da vida do cauim que será ingerido dias mais tarde pelos partícipes da festança. Um momento delicado, pois, se passar do ponto de fermentação, o cauim pode azedar. Se isso acontecer, a dona da bebida fica exposta a uma situação desagradável diante das mulheres da aldeia, por não ter conseguido produzir um bom cauim, não ter trazido à vida um filho saudável, e diante dos homens, os quais lhe remetem comentários negativos por não ter preparado uma cerveja forte e saborosa. O mesmo se dá com o dono do cauim araweté, que deve cuidar para que as panelas cheias de cauim não apodreçam e, por isso, se percam. Restrições sexuais, tais como as estipuladas durante a *couvade*, indicam as semelhanças entre a gestação de uma criança e a preparação da bebida fermentada.

Esta imagem da fermentação ultrapassa aquela da separação entre natureza e cultura, porquanto, mais que um lugar tênue para o cauim, é preciso considerar que ele é o propulsor da vida social, é ele que faz crescer e esquentar os Araweté, os Yudjá ou mesmo os Tupinambá; é ele. Enfim, é ele quem dá condição de existência à mudança de perspectiva.

Para compreendermos melhor a noção do cauim como impulsionador da existência e como gente, é mister revermos, rapidamente, a posição do inimigo para os antigos ameríndios, bem como a sua (inimigo) produção. Segundo afirma Combès (1992 *apud* SZTUTMAN, 2007), o processo de maturação do inimigo e do matador dos antigos Tupinambá era como uma fermentação, uma fabricação. O inimigo passava por uma série de preparações antes de ser comido nos rituais antropofágicos: era familiarizado, recebia uma mulher de seu dono, arrancavam-se todos os seus pelos, passava por um período de reclusão, podia gerar um filho etc. Ou seja, o inimigo era tornado o mais próximo possível de um Tupi. Para não ser comido como um estranho, era preciso, primeiramente, torná-lo puro. Daí a importância da produção fermentada do inimigo, visto, a partir de então, como um afim efetivo.

O mesmo se dava para o cauim, que passava por um longo processo de maturação. Fazer cauim, para os Tupinambá, era como fazer o inimigo, pois era por meio da cerveja que se tinha a possibilidade de levar a cabo o ritual de sacrifício e, por conseguinte, o canibalismo.

Na atualidade, a perspectiva do cauim como inimigo ainda é válida. Como um filho, uma pessoa, a cerveja precisa ser fabricada, esquentada

e também necessita de um nome (LIMA, 2005). Entretanto, essa bebida ameríndia é, concomitantemente, o inimigo – aquele que é tornado próximo, aquele que será sacrificado – e o matador, aquele que realizará as façanhas do clímax da cauinagem: a morte, a potencialidade de se abrir, como num êxtase, à alteridade. Assim, é possível afirmar que o consumo do cauim é o consumo da posição do Outro, ou melhor, do Outro fermentado. Esse deslocamento da perspectiva propiciado pela cerveja nos encaminha para um tema central da filosofia ameríndia: a predação.

“Dizer canibalismo, no mundo ameríndio, é dizer relação entre sujeitos socialmente determinados. Predação não é aqui produção, mas comunicação, troca, luta. (...) O ponto de vista cria, literalmente, o objeto, ao devorá-lo” (VIVEIROS DE CASTRO apud VILAÇA, 1992, p. XIV)

O exposto acima, que parte da discussão do material etnográfico Wari’ e a centralidade da predação na vida desse grupo, como o próprio Viveiros de Castro comenta, pode ser estendido para o mundo ameríndio e, além disso, contrastado com o material existente sobre as cauinagens, a fim de se estabelecer conexões entre o consumo de bebida fermentada e a “lógica” da predação.

Sztutman (1998) apresenta-nos o cerne da ligação entre cauim e predação. Segundo ele, os Araweté e o Yudjá, ao entenderem o cauim como gente, instituem, na contemporaneidade, o ato de devorar o inimigo como a base de toda a socialidade. Como consequência, os festejos movidos a cauim seriam como uma dramatização de uma antropofagia “perdida”. Lima afirma que a distância entre os antigos rituais antropofágicos e as cauinagens atuais não é tão grande quanto os Yudjá acreditam (LIMA, 2005, p.253). Essa aproximação se dá pelo fato de que, ao se transformar em cauim, a mandioca torna-se carne humana a ser cozida no estômago daquele que bebe. Entretanto, não é uma carne-bebida que alimenta e nutre, pelo contrário, é um anti-alimento, que, de acordo com Lima (2005), Sztutman (1998; 2008) e Viveiros de Castro (1986), mata.

Mas a morte por cauim não é absoluta. É como um sonho, está no além-real (LIMA, 2005, p. 260). Em outras palavras, a morte por embriaguez é uma morte relativa, por isso permite às pessoas o retorno à condição de humanos. Esse ato de morrer provisório não inviabiliza a alteração da perspectiva, que, para o caso Araweté, acontece ao se tomar a posição do inimigo no embate cantado e dançado sob a liderança do cantor: cristalização da figura do guerreiro-matador. O cauim tomado potencializa a mudança de perspectiva, que não é mais a de um Araweté comum, mas a de alguém que atravessa a experiência da morte como um guerreiro-canibal. Aqui, a cauinagem traz consigo uma ambigüidade, pois, pela embriaguez, põe frente a frente o passado, por

meio dos feitos de juventude e da lembrança dos mortos, e o futuro, condição de morte antecipada pela bebida, condição a ser adquirida plenamente após a morte e avaliação dos deuses (VIVEIROS DE CASTRO, 1986, p. 480).

Deslindares possíveis

Retomemos algumas idéias desenvolvidas ao longo deste artigo. Os Tupinambá da costa davam importância à questão da contínua disputa entre os grupos rivais, conforme relatado em Léry (1980) e Staden (2007). Levar a guerra adiante parecia ser a única coisa a que se prestavam de modo detido esses ameríndios. Fernandes (1970) destaca a centralidade da vingança no desenrolar infundável dos embates que tinham por fim a captura de cativos. Mas por que travar a guerra em busca do aprisionamento do inimigo, que, por período considerável de tempo, era mantido entre os membros do grupo que promovera o ataque? O intuito claro era o de matar e devorar esse inimigo. Neste ponto, Fernandes afirma que a vingança não basta para explicar a razão social da guerra. Como motivo central, esse sociólogo apresenta o argumento da necessidade de manutenção do próprio grupo, do “Nós”, concluindo que a guerra funcionaria como um mecanismo propiciador da sociedade. Numa frase lapidar sobre o estatuto dessa arte, comenta o autor: “a guerra tinha por função, nessa sociedade: preservar o equilíbrio social e o padrão correspondente de solidariedade social” (FERNANDES, 1970, p. 360).

Mas o que acontece quando a guerra deixa de ser, pelo menos efetivamente, a condição de existência da própria sociedade? Quando, ao invés de Tupinambá quinhentistas, nos deparamos com os Araweté e os Yudjá, grupos nos quais o embate guerreiro com outros ameríndios é a cada dia menos frequente, menos intenso?

A proposta aventada por Lima (2005) e Viveiros de Castro (1986) é a de que o inimigo está no próprio cauim, pois o é. Mas se o inimigo atual dos tomadores de cauim é a bebida, o que conseguimos retirar disso?

A indissociabilidade entre guerra e sociedade para os Tupinambá tem sua expressão maior nos rituais antropofágicos (FERNANDES, 1970), regados que eram por muita cerveja. Hoje há a permanência das cauinagens, porém, sem a presença da morte do cativo e sua consumição entre os presentes. A ausência aqui anunciada é marcante, contudo, aparente. O que se verifica é o deslocamento do ato antropofágico: sai de cena o cativo, entra o cauim; permanece o inimigo. A epígrafe deste trabalho é outra forma de dizer isso. O cauim contemporâneo não é mais o “aperitivo” para o prato principal, ele se torna o próprio prato: o inimigo. Este, uma das imagens da afinidade, como bem nos mostra Viveiros de Castro (2002), é imanente à socialidade amazônica. Não há os Araweté ou os Yudjá – formas assumidas pelo interior –, sem que o exterior também esteja lá. Assim, dizer que o cauim assume a função do ini-

migo e que os homens o tomam, embriagam-se, e, conseqüentemente, morrem, outra coisa não é que a atualização de uma situação: a de uma antropofagia, agora por outros meios. Mas, então, para qual direção isso nos encaminha?

Se o deslocamento do cativo encontra seu porto no cauim, onde se encontra a guerra? Uma possível resposta pode ser imaginada a partir do que Clastres afirma sobre a guerra, um veículo de abertura para o exterior das "sociedades primitivas":

"Longe de ser inerte, o sistema está em movimento perpétuo, não pertence à estatística, mas à dinâmica; e a mônada primitiva, ao invés de permanecer fechada sobre si mesma, abre-se para as outras na intensidade extrema da violência guerreira" (CLASTRES, 2004, p. 255).

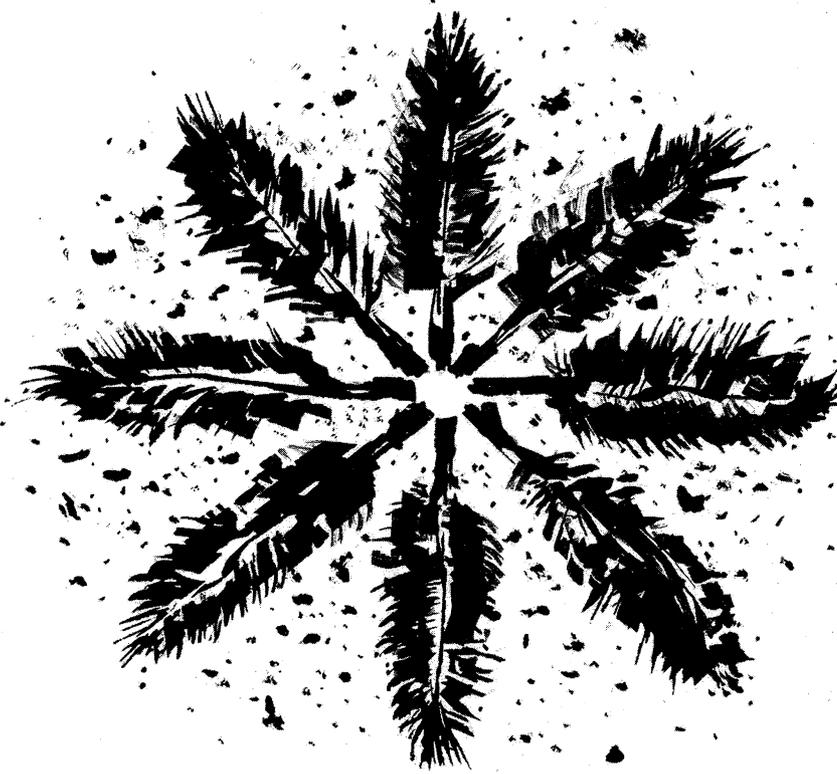
Mesmo que as guerras entre os ameríndios não sejam mais uma recorrência tal como indica Clastres, algo interessante nesse trecho nos permite falar da sua permanência (a da guerra) em outro nível, o da "abertura para o outro". É isto porque, como argumenta Vilaça (1992), fica patente que a linguagem culinária, utilizada para pensar e agir contra, com e como os "outros", é uma linguagem da predação. Se o cativo está sob a forma do cauim e se a caça de animais passa

pela guerra, visto que eles também são humanos, temos, então, uma situação de "canibalismo generalizado", ainda que em intensidades diferenciadas e vetorialmente desiguais.

Para reiterarmos a importância do estatuto ontológico de "abertura para o outro" na cosmologia ameríndia, assim como para tecermos o último nó de nossa pequena costura textual, lançamos mão da argumentação de Sztutman, que, de modo conciso, explicita-nos o cerne da festa regada a cerveja, vivificante tanto para o corpo e o espírito quanto para as sociedades dos antigos Tupinambá e dos Araweté e Yudjá contemporâneos:

"A festa torna evidente o processo incessante de troca entre interior e exterior. Estamos diante de sociedades que se realizam somente na relação com o outro, isso implica novamente a ênfase na 'saída de si', no 'êxtase antropofágico'. Droga da inconstância, o cauim existe para reafirmar a incompletude ontológica experimentada na vida terrena, apontando os caminhos da transformação a que todos os seus consumidores estão subordinados" (SZTUTMAN, 1998, p.8).

Submetido em Março de 2009
Aprovado em Junho de 2009



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CLASTRES, Pierre. (2004), "*Arqueologia da violência: a guerra nas sociedades primitivas*". In: *Arqueologia da Violência*. São Paulo: Cosac Naif.
- CUNHA, Maria Manuela Ligeti Carneiro da & VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Viveiros de. (1986), "Vingança e temporalidade: os Tupinambás". *Anuário Antropológico*, v. 85, s/ ed.: p. 57-78.
- FERNANDES, Florestan. (1970), *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- LEVI-STRAUSS, Claude. (2004) *O cru e o cozido*. São Paulo: Cosac & Naify, (Mitológicas I).
- _____. (1968), "O triângulo culinário". In: Lévi-Strauss. São Paulo: L'Arc Documentos.
- LÉRY, Jean de. (1980), *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP.
- LESTRINGANT, Frank. (1997), *O canibal: grandeza e decadência*. Brasília: Ed. UNB.
- LIMA, Tânia Stolze. (2005), *Um peixe olhou para mim: o povo Yudjá e a perspectiva*. São Paulo: ed. UNESP: ISA; Rio de Janeiro: NuTI.
- MALINOWSKI, B. (1978), *Os argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril.
- MAUSS, Marcel. (2003), "O ensaio sobre a dádiva". In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify.
- STADEN, Hans. (2007), *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Martin Claret.
- SZTUTMAN, Renato. (1998), "Cauinagem, uma comunicação embriagada – apontamentos sobre uma festa tipicamente ameríndia". *Revista Sexta-feira*, v. 2. s/ ed: s/p..
- _____. (2007), "Cauim pepica: notas sobre os antigos festivais antropofágicos". *Revista Campos* (UFPR), v. 8, s/ ed.: p. 45-70.
- _____. (2003), "Comunicações alteradas: festa e xamanismo na Guiana". *Revista Campos*, Curitiba, v. 4, s/ed.: p. 29-49.
- VILAÇA, Aparecida. (1992), *Comendo como gente: formas de canibalismo wari* (Pakaa Nova). Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Batalha. (1986), *Araweté: Os deuses canibais*. Rio de Janeiro: Zahar/Anpocs.
- _____. (2002a). "O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem". In: *A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, p. 181-264.
- _____. (2002b). "Atualização e Contra-Efetuação do Virtual: o processo do parentesco". In: *A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, p. 401-455.
- Site:REVISTA SEXTA FEIRA. <www.antropologia.com.br/tribo/sextafeira/pdf/num2/cauinagem.pdf>. Acessado: 11/09/2008.

HOBBSAWM, Eric. Globalização, Democracia e Terrorismo. José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras.

Renan Holanda

Graduando do curso de jornalismo UNICAP

O século XX encanta o historiador Eric Hobsbawm e não há quem duvide. Natural de Alexandria, no Egito, mas radicado em países como Áustria, Alemanha e Inglaterra – principalmente neste último, onde lecionou, até se aposentar, no *Birkbeck College* da Universidade de Londres –, esse crítico impiedoso do governo dos Estados Unidos esmiúça, na sua mais recente obra, ainda mais os principais temas dos últimos 100 anos e traça, sem muito otimismo, o cenário para os próximos.

“Globalização, Democracia e Terrorismo” é, antes de tudo, um prognóstico assaz pessimista – e realista – acerca do que nos aguarda neste recente século XXI. Trata-se de uma compilação de dez palestras e conferências proferidas pelo marxista, onde ele trata de diversos assuntos sempre recorrentes na agenda internacional. Logo nas primeiras páginas do livro, Hobsbawm, apesar de caminhar na contramão da maioria dos analistas, reconhece o século passado como o mais mortífero de toda a história, e realmente não há como negar tal fato. Entretanto, o ponto de inflexão na perspectiva do autor se dá, exatamente, no fato de que, para ele, “o mundo como um todo não teve paz desde 1914 e não está em paz agora” (HOBBSAWM, 2007, p. 22). Uma afirmação bastante árida em tempos de pleno otimismo global.

Na busca por melhor sistematizar o recente período, o historiador o divide em três fases: (I) a era da guerra mundial, centrada na Alemanha, de 1914 a 1945; (II) a era da confrontação entre as duas superpotências, de 45 a 89¹; e (III) a era posterior ao fim do sistema clássico de poder internacional. Na visão de Hobsbawm, as guerras, no presente século, são de uma natureza completamente diferente do que se observou outrora. Agora, as operações armadas não estão, necessariamente, sob o comando dos governos ou dos seus agentes autorizados, e cada lado do campo de batalha não

tem outro objetivo em comum além da vontade de utilizar a violência. Ou seja, em síntese, os conflitos de hoje não são mais travados por países e sim por alguns grupos bem individualizados nos seus objetivos (étnicos, guerrilheiros, separatistas, etc).

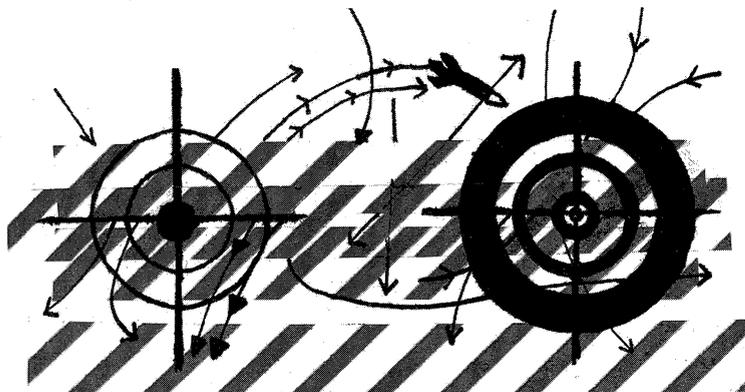
As necessidades de se formalizar os trâmites, por assim dizer, de um conflito e tornar claros os limites de um enfrentamento, acordados nas Convenções de Haia, não fazem mais nenhum sentido. Num cenário de confusão total, como num grande quebra-cabeça embaralhado sobre a mesa, não se consegue distinguir sequer a guerra e a paz. A própria Segunda Guerra começou sem declarações e acabou sem tratados. A Guerra Fria, então, foi assim denominada em decorrência da dificuldade de classificar tal período. Em seguida, tem-se os conflitos no Oriente Médio que, da mesma forma, não encontra consenso entre os estudiosos: É guerra? É paz? A única certeza, e aí não restam dúvidas, é que, até agora, não há vencedores (característica mor de uma guerra, segundo Bobbio).

Hobsbawm aponta vários fatores para tamanho caos na arena global e, entre eles, está a ausência de uma autoridade global capaz de controlar as disputas, armadas ou não, entre os Estados. No estudo das Relações Internacionais, define-se esse quadro através do conceito de *Anarquia Internacional*². Em coro com o historiador, o próprio Bobbio, em vários dos seus artigos, também parte em defesa do que ele chama de “o terceiro ausente”. Nas palavras de Hobsbawm,

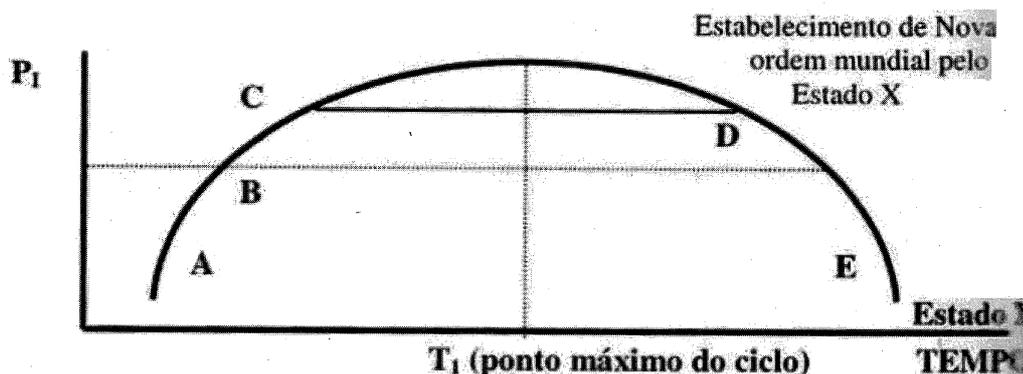
“A globalização avançou em quase todos os aspectos — econômico, tecnológico, cultural, até lingüístico —, menos um: do ponto de vista político e militar, os Estados territoriais continuam a ser as únicas autoridades efetivas. Existem oficialmente cerca de duzentos países, mas na

¹ A bem da verdade, cabe ressaltar, que o enfrentamento direto se deu por meio de terceiros, após as alianças de circunstância para eliminar os inimigos em comum (nazismo, fascismo e militarismo nipônico), como observa Seitenfus (2004).

² “A anarquia é o conceito definidor do realismo nas relações internacionais. O que se entende por anarquia não é propriamente o caos, mas sim a ausência de uma autoridade suprema, legítima e indiscutível que possa ditar as regras, interpretá-las, implementá-las e castigar quem não as obedece” (NOGUEIRA & MESSARI, 2005, p.26)



Relação da hegemonia e ordem mundial nas Relações Internacionais (Os ciclos hegemônicos da política internacional)



prática apenas um punhado deles pesa na balança, e há um, os Estados Unidos, que é esmagadoramente mais poderoso do que os demais. Contudo, nunca nenhum país ou império foi grande, rico ou poderoso o bastante para manter a hegemonia sobre o mundo político e muito menos para estabelecer a supremacia política e militar sobre todo o planeta” (HOBSBAWM, 2007, p.28-29).

Como fica claro na postura marxista do autor, o ciclo hegemônico norte-americano está com os dias contados. Aos poucos, a imposição unilateral cede espaços às negociações e a intolerância global frente aos posicionamentos adotados pelo governo Bush segue atijando, cada vez mais, uma opinião pública sempre exigente.

Uma análise bastante perspicaz sobre os ciclos hegemônicos de um determinado Estado é encontrada em Castro (2007, p. 60), sob o prisma de um gráfico, transcrito abaixo.

A figura mostra os cinco períodos de uma potência hegemônica: crescimento (A), ascensão (B), estabilização (C), declínio (D) e falência ou extinção (E)³. No momento, Hobsbawm da a entender que os Estados Unidos estariam em ‘D’, abrindo espaço para o surgimento de novos atores relevantes em escala global. No momento, temos a União Européia e alguns emergentes, principalmente os do bloco asiático, despontando como os mais preparados candidatos ao cargo de uma possível hegemonia partilhada⁴.

Sobre as mudanças sociais protagonizadas, principalmente, no último quarto do século passado, o historiador elenca várias (transformações educacionais, tecnológicas, urbanização, expectativa de vida, etc) e elege uma principal: a emancipação da mulher. No cerne dessa reviravolta, encontram-se elementos nítidos de um processo de erosão do aparato estatal. Nem mesmo o monopólio do poder e os meios de coerção podem ser observados, *per se*, como um instrumento exclusivo do Estado. Na economia, área mais sensível às transformações provenientes do fenômeno da globalização, temos um

setor privado cada vez mais atuante em assuntos da esfera pública.

Na ótica de Hobsbawm, “a tendência se reverteu” à medida que o Estado passa a transferir competências, seja para o mercado, seja para as unidades subnacionais.

“Temos uma economia mundial em rápida globalização, baseada em empresas privadas transnacionais que se esforçam ao máximo para viver fora do alcance das leis e dos impostos do Estado, o que limita fortemente a capacidade dos governos, mesmo os mais poderosos, de controlar as economias nacionais. Com efeito, graças à prevalência da teologia do mercado livre, os Estados estão, na verdade, abandonando muitas das suas atividades diretas tradicionais — serviços postais, polícia, prisões e mesmo setores importantes das Forças Armadas — em favor de empresas privadas com fins lucrativos.” (HOBSBAWM, 2007, p.41)

Na era de uma globalização dramaticamente acelerada, os limites impostos pelo espaço-tempo já não constituem, sozinhos, um obstáculo para a acentuação das crescentes reviravoltas sofridas pelo nosso planeta. Nessa conjuntura caracterizada pelo desequilíbrio, tão açoitado pela literatura econômica, espera-se mais compreensão por parte das superpotências que, certamente, emergirão após a poeira baixar. Aliás, vale ressaltar a explícita obsessão de Hobsbawm com alguns temas, dentre os quais, a hegemonia dos Estados Unidos, a guerra, a paz e o fim dos impérios.

Para o historiador, a era dos impérios chegou ao fim e, até agora, não se tem nada de efetivo em seu lugar. O número de Estados praticamente quadruplicou, na medida em que os mesmos perderam a capacidade de exercer funções essenciais, constituindo-se um verdadeiro paradoxo. Nas análises do autor, o ponto central do quebra-cabeça é: como organizar o mundo globalizado no século XXI? Tal questionamento surge quando temos um entrelaçamento catártico de

³ Em “Elementos de Política Internacional”, o professor Thales Castro aplica o gráfico de ciclo hegemônico à trajetória da União Soviética. Para mais detalhes, ver página 61 (CASTRO, 2007).

⁴ Para esse conceito, ver novamente Castro (op. cit.).

diversos fatores, tais como os já supracitados declínio norte-americano, fortalecimento do processo de globalização, e outros novos, como o aprofundamento das disparidades regionais, dos conflitos étnicos e o surgimento de nacionalismos xenófobos – este último claramente observado nas competições de futebol disputadas, principalmente, na Europa.

Dando seqüência à linha de pensamento distribuída ao longo do livro, Hobsbawm chega ao sexto capítulo partindo para a questão da democracia, ou melhor, foca-se a democracia liberal. Tomamos, nesse caso, democracia liberal como significado de um modelo padrão de funcionamento do Estado: eleições periódicas, garantia do cumprimento das leis, liberdades civis e políticas, etc. O autor faz questão de lembrar que, *stricto sensu*, não há uma conexão necessariamente lógica entre os vários fatores os quais, supostamente, compõem uma chamada “democracia liberal”. Isto é, Estados aparentemente democráticos, como observa-se atualmente na América Latina, podem ser alicerçados sob a égide de princípios também supostamente democráticos.

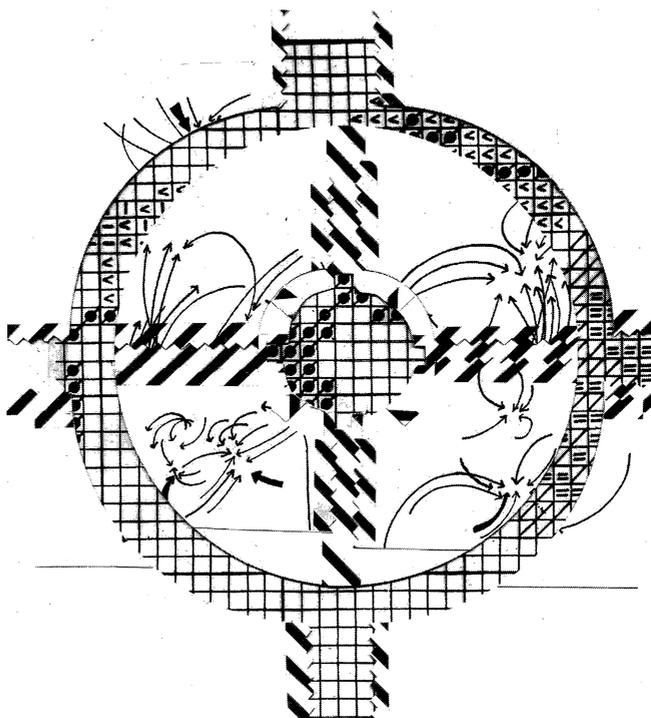
A teoria democrática sempre é tema de calorosos debates entre cientistas políticos e sociais. A concepção de democracia, tanto no senso comum como no ambiente acadêmico, encontra-se bem delineada entre dois pólos distintos. De um lado, está a tradição grega do “governo do povo”, definição proveniente do próprio significado etimológico da palavra (*demos*=povo e *kratos*=poder). Do outro, encontra-se a democracia ligada ao processo eleitoral enquanto forma de escolha de governantes. No entanto, embora haja uma gama imensa de autores, conceitos e interpretações, os estudos acerca do assunto tendem a carregar, em seu cerne, uma alta carga de concepções normativas.

Em “Globalização, Democracia e Terrorismo”, o autor levanta três observações que têm relevância imediata acerca do tema: (1) a democra-

cia liberal requer uma entidade política no interior da qual possa ser exercida; (2) um governo liberal-democrático nem sempre é superior, ou pelo menos preferível, ao governo democrático; e (3) todos mantêm um certo grau de ceticismo quando se referem à democracia. Quanto ao último item, diversos trabalhos já buscaram provar que a democracia, concebida de fato, talvez nem exista. Robert Dahl é um dos que se aproxima desses estudiosos, pois, para ele, a concepção do termo serve, em muitos casos, como um simples ideal.

“[...] gostaria de reservar o termo “democracia” para um sistema político que tenha, como uma de suas características, a qualidade de ser inteiramente, ou quase inteiramente, responsivo a todos os seus cidadãos. A esta altura, não devemos nos preocupar em saber se este sistema realmente existe, existiu ou pode existir. Pode-se, seguramente, conceber um sistema hipotético desse gênero; tal concepção serviu como um ideal, ou parte de um ideal, para muita gente. Como sistema hipotético, ponto extremo de uma escala, ou estado de coisas delimitador, ele pode (como um vácuo perfeito) servir de base para se avaliar o grau com que vários sistemas se aproximam deste limite teórico.”
(DAHL, 1997, p. 25-26, grifo nosso)

Na esteira das análises acerca da democracia, Hobsbawm traz um argumento amplamente usado na literatura marxista. Para ele, o retorno à adesão de um *laissez-faire* ainda mais radical nos anos 70, com o fim dos *welfare states* keynesianos, levanta um problema aparentemente contraditório: o ideal da soberania do mercado, caracterizado pela defesa de um Estado cada vez mais ausente, não é um complemento à demo-



cracia liberal, mas uma alternativa a ela (vide a observação 1 do parágrafo anterior).

Nesse sentido, o livre mercado surge como uma negativa à necessidade de as decisões políticas serem tomadas em conjunto, atendendo a interesses comuns, haja vista a concentração das tomadas de decisão nos gabinetes da elite. Essa questão é abordada com primor pelo cientista político George Tsebelis, no clássico "Jogos Ocultos".

A interação entre as elites e as massas na tomada de decisões políticas é uma questão importante na teoria democrática. Questões cruciais dizem respeito à importância da participação das massas no processo de tomada de decisões e suas consequências. (...) Uma descrição completa dos processos democráticos de tomada de decisão deve levar em conta tanto os canais horizontais de influência entre as diferentes elites quanto os canais verticais entre as elites e as massas que elas representam. (TSEBELIS, 1998, p. 157)

Ainda tratando da democracia, outros atores surgem como elementos centrais para o estudo do tema. Entre eles, está a grande imprensa. A opinião pública, nos dias de hoje, constitui-se num poderoso e flagrante instrumento de *accountability*. Nessa parte do livro, Hobsbawm adquire um tom mais áspero e sombrio nas suas análises. Para ele, a sede dos governos em 'aparecer' o tempo inteiro, graças a sua equipe de relações públicas, gera uma séria de problemas não muito simples de solucionar. Por exemplo, cada vez mais as autoridades se vêm às voltas com a tomada de decisões a respeito de interesses, ao mesmo tempo, técnicos e políticos. Surge, a partir daí, o problema norte: como tomar decisões de alta complexidade técnica sem abrir mão da tão procurada popularidade? Emergem, desse quadro, dois assuntos: a necessidade latente de se estreitar as relações entre os

policy makers e as comunidades epistêmicas; e os constantes problemas de Arrow com os quais os governos se defrontam, o que dificulta um debate mais rico nos processos eleitorais⁵.

Em suma, o argumento central de Hobsbawm reside no fato de que os problemas do século XXI estão sendo resolvidos com um conjunto de mecanismos políticos que são inadequados para tal fim. São inadequados porque estão inscritos no interior das fronteiras dos Estados nacionais e, na atual fase da globalização econômica, cada dia, mais novos atores não estão confinados nessa geopolítica.

Ainda assim, surge um argumento nada esperado ao término da obra: a defesa daquele equilíbrio baseado no terror visto no período de Guerra Fria. Aqui, Hobsbawm deixa claro tal posicionamento:

"Houve um tempo em que o império americano reconhecia a existência de limitações, ou pelo menos a conveniência de comportar-se como se tivesse limitações. Isso se devia basicamente ao fato de que tinha medo e alguém mais — a União Soviética. Na ausência desse tipo de medo, é preciso que o interesse próprio esclarecido e a cultura tomem seu lugar." (HOBSBAWM, 2007, p. 163)

Em síntese, apesar dos prognósticos críticos, o historiador acredita que uma das tarefas mais imediatas e urgentes da política internacional contemporânea é, justamente, dar aos Estados Unidos a melhor chance de regressar da megalomania sem propósitos para uma política externa mais racional e adequada. De todo modo, Hobsbawm nos fornece um retrato bastante realista, talvez desalentador, mas certamente imprescindível para uma melhor compreensão do mundo nesse início do novo século. "Globalização, Democracia e Terrorismo" traz, de quebra, do alto dos 90 anos do autor, um testemunho vivo e lúcido a respeito do que passamos e do que nos aguarda mais à frente.

⁵ Sobre esses conceitos, ver os artigos de Peter Haas acerca das epistemic communities e os livros "Teoria do Jogos", de Ronaldo Fiani, e "Uma Teoria Econômica da Democracia", de Anthony Downs.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTRO, Thales. (2007), *Elementos de Política Internacional: Redefinições e Perspectivas*. Curitiba: Juruá.
- DAHL, Robert. *Poliarquia*. (1997), São Paulo: Edusp.
- DOWNS, Anthony. (1999), *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo: Edusp.
- FIANI, Ronaldo. (2006), *Teoria dos Jogos: com aplicações em Economia, Administração e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- HAAS, Peter. (1992), Epistemic Communities and International Policy Coordination. In: *International Organization*, Massachusetts, v. 46, n. 1, p. 1-35, winter.
- HOBBSBAWM, Eric. (2007), *Globalização, Democracia e Terrorismo*. São Paulo: Cia das Letras.
- NOGUEIRA, João Pontes & MESSARI, Nizar. (2005), *Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- SEITENFUS, Ricardo. (2004), *Relações Internacionais*. Barueri: Manole.
- TSEBELIS, George. (1998), *Jogos Ocultos: Escolha Racional no Campo da Política Comparada*. São Paulo: Edusp.

Informações e Instruções para Colaboradores

A COMISSÃO EDITORIAL E A SELEÇÃO DOS ARTIGOS

O processo de seleção dos artigos que serão publicados estará submetido a uma prévia avaliação da Comissão editorial, obedecendo a princípios seletivos pré-estabelecidos pela coordenação expostos no seguinte endereço: www.fafich.ufmg.br/~revistatrespontos.

A comissão será formada por doze (12) integrantes, sendo seis (6) alunos, selecionados pelo próprio conselho atualmente formado e aprovados pelo Centro Acadêmico de Ciências Sociais e pelos Departamento de Sociologia e Antropologia e Departamento de Ciência Política, e seis (6) professores correspondentes às três áreas afins ao curso de Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política), indicados pelos respectivos departamentos pelos critérios por eles estabelecidos.

Dentro das atribuições da Comissão Editorial, destaca-se:

- Reunir-se periodicamente, como convocação prévia de todos os membros;
- Promover a publicidade da revista em livrarias, faculdades de ciências humanas e sociais, bem como no próprio ambiente acadêmico;
- Zelar pelo caráter acadêmico-científico do periódico;
- Definir o corpo de pareceristas adequado às demandas dos colaboradores.

Os critérios de seleção dos artigos pela Comissão Permanente serão os seguintes:

- Originalidade do trabalho;
- Cientificidade do artigo;
- Articulação das idéias e qualidade da escrita;
- Adequação às normas da Revista;
- Relevância da publicação.

Normas aos colaboradores da REVISTA TRÊS [...] PONTOS:

1. ENVIO DE CONTRIBUIÇÕES E RECOMENDAÇÕES GERAIS:

A *Revista Três [...] Pontos* recomenda aos seus colaboradores que enviem seus trabalhos (artigos, ensaios bibliográficos ou resenhas) condizentes com as seguintes normas:

1.1. O recebimento de trabalhos será feito unicamente via e-mail.

§ Contato: revistatrespontos@fafich.ufmg.br

1.2. O autor deve inserir no campo "assunto" do e-mail as palavras "Submissão de artigo".

1.3. Os artigos apresentados devem conter no mínimo 3 mil palavras e no máximo 6 mil.

1.4. As Resenhas não devem ultrapassar 3 mil palavras.

1.5. Os livros resenhados deverão: (1) ter lançamento recente ou (2) serem pouco conhecidos pelo público, mas ainda assim relevantes (P.Ex.: Obras Raras tornadas públicas recentemente). Em poucas palavras, *recomendamos originalidade na escolha dos livros a serem resenhados*.

1.6. Para que o corpo de pareceristas não tenha acesso à identidade do(s) autor(es), a Comissão Editorial fará uma cópia do artigo sem quaisquer dados sobre o autor (nome, instituição, professor orientador, agradecimentos), e tal cópia será enviada para os pareceristas de modo a garantir o anonimato do autor.

Normas e orientação para formatação de artigos

1. **Formatação do documento:** os trabalhos devem ser apresentados de modo legível. A formatação do artigo deve ser feita da seguinte maneira:

1.1. **Entre linhas:** um e meio (1,5).

1.2. **Margens** (todas): 2,5 cm.

1.3. **Alinhamento:** justificado.

1.4. **Fonte:** Times New Roman, tamanho 12.

1.5. **Grifos:**

1.5.1. **Aspas** (" "): apenas para metáforas, transcrições e citações.

1.5.2. **Negrito:** somente para títulos de capítulos, tópicos, tabelas e gráficos.

1.5.3. **Sublinhado:** jamais é utilizado.

1.5.4. **Itálico:** palavras estrangeiras, títulos de livros, jornais, artigos, teses etc., quando aparecerem no corpo do texto. Apenas muito excepcionalmente o itálico deve ser usado para ressaltar palavras e expressões — sugerimos, no entanto, que esse artifício seja evitado.

2. **Estrutura do artigo:** o artigo deve apresentar dois resumos, um em português e outro em inglês, também se aplicando tal norma às palavras-chave.

2.1. **O artigo ainda deve conter as seguintes informações:** o(s) nome(s) completo(s) do(s) autor(es), qual(is) período(s) está(ão) cursando, o nome da universidade. Caso pertençam a alguma linha ou projeto de pesquisa, os autores devem explicitá-los juntamente com o nome de seus professores orientadores— em caso de alunos de outra universidade, o número de registro na universidade e, caso seja(m) bolsista(s) de iniciação científica, a(s) instituição(ões) ao qual está(ão) vinculado(s) e a(s) área(s) de pesquisa. Além disso, deve(m) indicar e-mail para contato. O(s) colaborador(es) deve(m) especificar caso deseje(m) que o e-mail conste no trabalho.

2.2. **Os resumos** devem ser redigidos pelo próprio autor do trabalho. O resumo deve ser a síntese dos pontos relevantes do texto, em linguagem clara, concisa e direta, e deve conter cerca de 5 linhas. No caso dos resumos em inglês, a Comissão Editorial está autorizada a realizar modificações, caso considere conveniente, especialmente quando os resumos não estiverem devidamente elaborados de acordo com critérios gramaticais e semânticos da língua.

2.3. **Notas de rodapé:** as notas de rodapé destinam-se a prestar esclarecimentos ou tecer considerações que não devam ser incluídas no texto para não interromper a seqüência lógica da leitura. Essas notas devem ser reduzidas ao mínimo, devem estar dispostas em ordem numérica ao longo do texto (recomenda-se que se utilize o sistema automático de inserção de notas de rodapé dos programas de texto, como o Microsoft Word).

2.4. **Figuras:** são desenhos, gráficos, fotografias, fotomicrografias, etc., com os respectivos títulos precedidos da palavra FIGURA e do número de ordem em algarismo arábico. No texto devem ser indicados pela abreviatura Fig., acompanhada do número de ordem.

2.5. **Quadros:** denomina-se quadro a apresentação de dados de forma organizada, para cuja compreensão não seria necessária qualquer elaboração matemático-estatística. A identificação se fará com o nome do elemento QUADRO, seguido do número de ordem em algarismo romano.

2.6. **Tabelas:** Na apresentação de uma tabela devem ser levados em consideração os seguintes critérios: toda tabela deve ter significado próprio, dispensando consultas ao texto; a tabela deve ser colocada em posição vertical, para facilitar a leitura dos dados. No caso em que isso seja impossível, deve ser colocada em posição horizontal, com o título voltado para a margem esquerda da folha. Se a tabela ou quadro não couber em uma página, deve ser continuado na página seguinte. Neste caso, o final não será delimitado por traço horizontal na parte inferior e o cabeçalho será repetido na página seguinte. Não devem ser apresentadas tabelas nas quais a maior parte dos casos indiquem inexistência do fenômeno. É recomendável que o autor sempre inclua a fonte dos dados utilizados na tabela, geralmente abaixo da mesma.

Orientações técnicas: Citações e referências bibliográficas

1. **Citação de autores no texto:**

1.1. Um autor: No caso em que o nome do autor vem entre parênteses, este deve estar em letra maiúscula, seguido de vírgula, e o ano da publicação:

Exemplo: (FIALHO, 2004).

1.2. No caso da indicação do autor estar fora dos parênteses, o nome do autor não deve estar em letras maiúsculas, como no exemplo:

Exemplo: "Fialho (2004) afirma ..."

1.2. No caso da existência de dois autores para a mesma publicação, a formatação segue o mesmo padrão mostrado acima, mas deve haver o acréscimo da letra "&", no caso da menção feita entre parênteses:

Exemplos: "Nunes e Silame (2006) defendem..." ou "(NUNES & SILAME, 2006)";

1.3. Três ou mais autores: até três autores, todos devem ser referenciados.

Exemplo: "Martins, Jorge e Marinho (1972)" ou "(MARTINS, JORGE e MARINHO, 1972)";

1.4. Mais de três autores: devem ser mencionados os três primeiros autores, seguidos da expressão "*et al.*" em itálico, acrescida da data e da página, conforme já mostrado:

Exemplo: "JARDIM, SUZANO, JAMIL *et al.* (1965)" ou "(JARDIM, SUZANO, JAMIL *et al.*, 1965)";

1.5. Citação de trabalhos de diferentes autores: todos eles são mencionados, obedecendo-se a ordem alfabética ou cronológica:

Exemplos: "Atanasiu (1967), King (1965), Lirons (1955), Thomas (1973)"; ou "(ATANASIU, 1967, KING, 1965, LIRONS, 1955, THOMAS, 1973)";

1.6. Citações de diversos documentos de mesmos autores publicados em um mesmo ano: são distinguidas pelo acréscimo de letras minúsculas do alfabeto após a data, e sem espaçamento.

Exemplo: "Carraro (1973a)", "Carraro (1973b)", "(VOLKMAN & GOWANS, 1965a)", "(VOLKMAN & GOWANS, 1965b)";

1.7. Coincidência de autores com o mesmo sobrenome e data: acrescentar as iniciais de seus prenomes:

Exemplo: "Barbosa, N. (1958)"; "(BARBOSA, R., 1958)";

1.8. Citação de citação: identificar a obra diretamente consultada. A expressão latina *apud* significa citado por, conforme, segundo.

Exemplos: "Silva *apud* Pessoa (1980) diz:" ou "(SILVA *apud* PESSOA, 1980)";

1.9. Citação onde conste a numeração das páginas utilizadas: acrescentar uma vírgula após o ano da publicação, seguindo de "p.", espaçamento e o número da página. No caso em que a citação ocupa duas páginas na publicação original, então utiliza-se o hífen entre os números das páginas

Exemplos: "(BARBOSA, 2006, p. 45)" ou "(BARBOSA, 2006, p. 46-47)";

2. Transcrição textual de parte da obra:

2.1. Citação: é a menção no texto de uma informação colhida de outra fonte. Pode ser direta, indireta e citação de citação.

2.1.1. Citação direta: é a cópia exata ou transcrição literal de outro texto (leis, decretos, regulamentos, fórmulas científicas, palavras ou trechos de outro autor). O tamanho de uma citação determina sua localização no texto da seguinte forma:

2.1.1.1. Até 3 linhas: deve ser contida entre aspas duplas. As aspas simples são utilizadas para indicar citação no interior da citação.

Exemplo: De acordo com Faria (2003, p. 32), "A essa determinação, Pêcheux denomina de 'formação ideológica'[...]"

2.1.1.2. Mais de 3 linhas: deve ser destacada com um recuo da margem esquerda (4 cm), com letra aspas e em itálico.

Exemplo:

De acordo com BORGES (2003, p. 45),

"Pelos dados do IBPT, os contribuintes brasileiros pagaram aos governos federal, estaduais e municipais a soma de R\$ 546,97 bilhões no ano passado (R\$ 482,36 bilhões em 2002). Esse valor indica que a carga sobre o PIB cresceu 0,23 ponto percentual em 2003 em relação a 2002. Com base nesse aumento, a carga tributária do ano passado será de 36,68% do PIB -estava em 36,45% em 2002".

2.2. Supressões, acréscimos e comentários: utilizar colchetes []

Exemplo: "Esta [a cultura humana] só desenvolveu-se porque o homem tem a faculdade lingüística por excelência. Isto é, o homem necessita de significados para viver [...]"

2.3. **Ênfase em trechos da citação:** indicar com a expressão "grifo nosso" ou "grifo do autor" entre parênteses, após a chamada da citação.

2.4. **Notas de rodapé:** as notas de rodapé destinam-se a prestar esclarecimentos ou tecer considerações que não são incluídas no texto para não interromper a seqüência lógica da leitura. Sugerimos que tais notas sejam pouco utilizadas.

2.5. **Referências bibliográficas:** para a elaboração das referências bibliográficas solicitamos que seja seguida uma padronização própria da *Revista Três [...] Pontos*. As regras gerais são as seguintes:

2.5.1. **Livro:** sobrenome do autor (em caixa alta) /VÍRGULA/ seguido do nome (em caixa baixa) /PONTO/ data entre parênteses /VÍRGULA/ título da obra em itálico /PONTO/ nome do tradutor /PONTO/ número da edição, se não for a primeira /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ nome da editora /PONTO. (Obs: No caso de 2 autores, separa-los com "&". No caso de três ou mais autores, separa-los com ponto e vírgula ";").

Exemplo: SACHS, Ignacy. (1986), *Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir*. Tradução de Eneida Cidade Araújo. 2ª edição, São Paulo, Vértice.

2.5.2. **Artigo:** sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como no item anterior) / "título do artigo entre aspas" /PONTO/ nome do periódico em itálico /VÍRGULA/ volume do periódico /VÍRGULA/ número da edição /DOIS PONTOS/ numeração das páginas.

Exemplo: REIS, Elisa. (1982), "Elites agrárias, state-building e autoritarismos". *Dados*, 25, 3:275-96.

2.5.3. **Coletânea:** sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) / "título do capítulo entre aspas" /VÍRGULA/ in (em itálico) / iniciais do nome, seguidas do sobrenome do(s) organizador(es) /VÍRGULA/ título da coletânea em itálico /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ nome da editora /PONTO.

Exemplo: ABRANCHES, Sérgio Henrique. (1987), "Governo, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975", in O.B. Lima & S.H. Abranches (orgs.), *As origens da crise*, São Paulo, Luperj/Vértice.

2.5.4. **Teses acadêmicas:** sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) /VÍRGULA/ título da tese em itálico /PONTO/ grau acadêmico a qual se refere /VÍRGULA/ instituição em que foi apresentada /VÍRGULA/ tipo de reprodução (mimeo ou datilo) /PONTO.

Exemplo: SGUIZZARDI, Eunice Helena. (1986), *O estruturalismo de Piaget: subsídios para a determinação de um lugar comum para a Ciência e a Arquitetura*. Tese de Mestrado, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, datilo.

2.5.5. **Sites:** NOME DO SITE /PONTO/ <endereço eletrônico> /PONTO/ Data de acesso / PONTO.

Exemplo: CÂMARA DOS DEPUTADOS. <www.camara.gov.br>. Acessado entre 20/03 e 15/07 de 2006.

OBS: Pedimos que atentem para o fato de que só devem utilizar nas Referências Bibliográficas as obras citadas no corpo do texto.

IMPORTANTE: Todas as normas não mencionadas neste regulamento deverão seguir o padrão ABNT.

